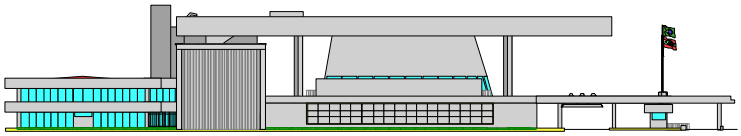
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII FLORIANÓPOLIS, 30 DE OUTUBRO DE 2007 NÚMERO 5.809

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Darci de Matos
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
José Natal Pereira – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1823**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE

Publicações Diversas
Audiências Públicas 2
Ata de Comissão Permanente..... 26
Aviso de Resultado.....26
Ofícios.....26
Projetos de Decreto Legislativo ... .27
Projetos de Lei.....28
Redação Final 28

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL PARA DEBATER O SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA) NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 14H, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Flávio Henrique dos Santos) - Senhoras e senhores, boa-tarde.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e da Comissão de Agricultura e Política Rural, iniciamos, neste momento, esta audiência pública, que vai debater sobre o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). O evento foi convocado pelo excelentíssimo senhor deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão, atendendo solicitação do excelentíssimo senhor deputado Reno Caramori.

Para compor a mesa dos trabalhos convidamos o excelentíssimo senhor Lucir Thelmo Crist, vice-prefeito de Caçador, neste ato representando o prefeito Saulo Sperotto; o excelentíssimo senhor vereador Antônio Gilberto Gonçalves, digníssimo presidente da Câmara Municipal de Caçador; o excelentíssimo senhor deputado Reno Caramori, vice-presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa e requerente desta audiência; o excelentíssimo senhor deputado Dirceu Dresch, membro da Comissão de Agricultura e Política Rural; o senhor Edson Henrique Veran, digníssimo presidente da Cidasc; o doutor Michel Tavares Quinteiro Assis, superintendente do Serviço de Integração de Produtos Agropecuários, neste ato representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e o excelentíssimo senhor Antônio Moacir Darol, prefeito de Frei Rogério, representando os prefeitos dos outros municípios. (*Palmas*.)

Registramos ainda a presença das seguintes autoridades: Rui Mirailh Mendes, gerente da Cidasc de Videira; Alceu João Sebben, gerente da Cidasc de Porto União; vereador Gilberto Amaro Comazzetto, da Câmara Municipal de Caçador; vereador Nilton Agostinho Antunes, da Câmara Municipal de Frei Rogério; vereador Sérgio D'Agostini, da Câmara Municipal de Caçador; Hilário Damaso da Silveira, representando o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas; vereador Deoclides Sabedot, da Câmara Municipal de Caçador; Francisco Twardowski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto União; Roberto Bonfleur, secretário de Agricultura da cidade de Porto União; Emerson Driessen, representando o secretário de Agricultura de Caçador, senhor Darci Ribeiro dos Santos; Álvaro Antônio Ribas Dourado, gerente regional da Cidasc de Caçador, representando o secretário da Agricultura; Eugênio Rossatto, vice-prefeito de Tangará; Alfredo Seibel Filho, presidente do Sindicato Rural de Rio das Antas; Lozivanio Luiz de Lorenzzi, representando o presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), senhor Valmir de Souza; Edinarte Antônio Beninco, diretor de Agricultura de Irineópolis; Jorge Alberto Westertlon, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador; Bernardete Masquio, também do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do Conselho Municipal de Agricultura; e vereador José Carlos Pereira dos Santos, da Câmara Municipal de Caçador.

Neste momento, passamos a palavra ao deputado Reno Caramori, que presidirá os trabalhos desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Uma boa-tarde a todos. Primeiramente quero justificar a ausência do presidente da nossa Comissão de Agricultura, deputado Moacir Sopelsa, pois está participando de uma reunião, nesse mesmo horário, em Chapecó. Mas como somos vice-presidente da Comissão e o deputado Dresch é membro, estamos aqui para representar a nossa Comissão e os demais deputados da Assembléia.

Queremos cumprimentar o vice-prefeito, Lucir Thelmo Crist, que representa o prefeito Saulo Sperotto, os demais membros da mesa que já foram nominados pelo protocolo, as senhoras e os senhores, desejando boas-vindas a todos. Esta é uma reunião de trabalho, por isso não teremos formalidades, até porque a intenção é fazer com que isso aconteça, não só em Santa Catarina, mas também em todo o Brasil.

Desde o início da nossa legislatura, junto com tantos outros deputados da área da agricultura, da pecuária e de outros segmentos, entendemos que deveríamos intensificar cada vez mais esse pleito no governo federal no sentido de que entre a União, os Estados e os municípios fossem unificados o atendimento, o acompanhamento e a fiscalização da nossa produção agropecuária, principalmente, possibilitando que o produto fabricado lá em Rio das Antas, na terra do Seibel, possa ser vendido em Caçador, em Porto União, em Florianópolis. Obviamente que obedecendo a critérios de sanidade que a lei hoje exige, mas de uma vez por todas precisamos poder produzir no nosso município e vender para quem queira consumir. Esse é o maior objetivo. Por isso nesta audiência nós contamos com técnicos que vão mostrar como isso deve funcionar.

Eu quero perguntar: quem aqui representa a SDR de Curitibanos? (*O secretário de Agricultura José Jairo Demeneck, de Curitibanos, responde, fora do microfone, que representa a prefeitura.*) E de Videira, de Canoinhas, de Porto União? (*Algumas pessoas da plenária se manifestam.*) É importante essa participação e eu gostaria que quando fosse aberta a palavra aos questionamentos, que ninguém saísse daqui com dúvidas. Se o nosso palestrante encontrar dificuldades para uma resposta imediata, tenho certeza que ele a dará oportunamente, porque nós precisamos esclarecer as dúvidas que nos afligem.

Faço esse apelo a vocês, de que esclareçam todas as suas dúvidas, porque quando retornarem aos seus municípios vocês terão que ter condições de informar os outros o que foi tratado aqui e o que é o Suasa.

Neste momento passaremos a palavra aos integrantes da mesa para uma rápida saudação e, na seqüência, a palavra será concedida ao doutor Michel Tavares, que tomará as rédeas do evento.

Assim, iniciamos concedendo a palavra ao deputado Dirceu Dresch, já que ele precisará se ausentar antes do término da reunião.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Primeiramente os meus cumprimentos ao deputado Reno Caramori, vice-presidente da Comissão de Agricultura, a todas as lideranças que estão aqui na mesa representando e a todos os demais presentes, lideranças, vereadores, e o Michel, que tem nos acompanhado em várias discussões pelo Estado.

Eu gostaria de me manifestar falando para vocês da importância deste debate. Eu acho que os agricultores familiares no nosso Brasil tiveram uma conquista importante no final de 2006, quando foi aprovada esta lei da unificação, do Sistema Unificado de Inspeção Sanitária e também agora o Sistema Brasileiro de Inspeção.

Nós temos, no Brasil, uma expectativa de avançar muito com essa nova legislação e com o incentivo da política pública - e aí é importante que os municípios estejam aqui debatendo essas questões -, porque nós tínhamos uma lei muito confusa antes. Claro, tinha a sua lógica, mas para o agricultor era muito difícil entender que o produto dele podia ser consumido no seu município, com inspeção municipal, mas não podia ser consumido num outro município ou mesmo no Estado. Nós temos a nossa divisa com o Paraná, ou do outro lado, com o Rio Grande do Sul, e o produto no município do Estado vizinho não podia ser consumido. Então o sistema unificado de inspeção cria essa possibilidade de ter um sistema único de inspeção - é claro que é opcional, mas é um sistema único. Então essa é uma primeira questão.

A segunda questão, deputado Caramori, que eu sempre levanto com o nosso secretário da Agricultura do Estado, é que Santa Catarina tem um modelo agroindustrial de grandes agroindústrias, e esta nossa região, o meio-oeste, daqui para o oeste, tem grandes agroindústrias e é uma experiência importante em renda para a região. Agora, Santa Catarina tem um potencial extraordinário em construir experiências de pequeno porte, que são as pequenas agroindústrias familiares. Qual é o agricultor que através da sua história, do seu pai, do seu avô, do seu bisavô, não tem conhecimento de agregar um valor ao seu produto? Isso é cultural nas nossas famílias no interior, então vamos aproveitar essa oportunidade.

Eu sempre digo para muitos prefeitos, e o prefeito de Frei Rogério está aqui, que às vezes os municípios pequenos se iludem ao pensar que a resolução do problema do município seria trazer uma grande indústria. Quem sabe a gente pode ter, logo, logo, dezenas de pequenas agroindústrias no interior, espalhadas nas comunidades ou mesmo na sede do município, construindo redes de comercialização e uma importante fonte de renda, de impostos, de emprego, de condição de vida para os nossos agricultores. Santa Catarina tem que aproveitar essa condição que o nosso povo tem aqui. E esse é um grande desafio que a gente tem.

Nós já realizamos três audiências, com esta é a quarta (Tubarão, Chapecó e Florianópolis), e já estamos com muitos municípios num trabalho muito avançado, como os do extremo oeste, de construir o consórcio intermunicipal, inclusive com documento enviado para o Ministério. Estamos discutindo isso na região de Xanxerê, já fizemos uma reunião em Concórdia, na semana passada estivemos em São Lourenço, debatendo também os consórcios intermunicipais que a nova lei permite e incentiva, inclusive.

Então, com certeza este será um grande debate, e eu até diria que aqui será dado o pontapé inicial; os passos futuros virão, nós temos que construir isso nos municípios, quem sabe na região, e estamos esperando uma resposta também do Estado de Santa Catarina para sabermos se ele vai, de fato, também aderir o mais rápido possível a esse novo sistema.

O meu muito-obrigado, um grande abraço e um bom trabalho a todos nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Concedemos, agora, a palavra ao vice-prefeito de Caçador, Lucir Thelmo Crist, que neste momento representa o prefeito Saulo Sperotto.

O SR. VICE-PREFEITO LUCIR THELMO CRIST (Caçador/SC) - Boa-tarde a todos e a todas.

O Poder Público municipal se sente honrado com a presença de todos os senhores aqui e se sente agradecido pela iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em discutir nesta audiência pública, junto com a Secretaria de Estado da Agricultura, com os municípios, com os sindicatos dos agricultores, a questão de permitir a comercialização. Eu até não diria permitir, mas encontrar meios que possibilitem a comercialização desses produtos gerados nas pequenas propriedades agrícolas, agregando valores, fazendo com que o nosso produtor rural se sinta mais feliz, se sinta mais ligado à sua terra, com isso trazendo benefício-s a toda uma comunidade.

Eu desejo que todos tenham uma tarde muito proveitosa e que esta audiência - talvez a primeira em Caçador - seja o início de algumas outras que vão se agregando, fazendo com que resultados positivos sejam encontrados e trazidos ao conhecimento de todos. Repito que é uma grande satisfação para nós tê-los aqui e desejamos um feliz retorno às suas casas.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o vereador Antônio Gilberto Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Caçador.

O SR. VEREADOR ANTÔNIO GILBERTO GONÇALVES (Caçador/SC) - Gostaria de cumprimentar os Deputados Reno Caramori e Dirceu Dresch, e em nome dos vereadores do município de Caçador agradecer pela oportunidade que estão dando a esta cidade de realizar esta audiência.

Quero ainda reafirmar que toda a estrutura da Câmara Municipal de Caçador está à disposição da Assembléia Legislativa. E quando recebemos o ofício assinado pelo deputado Sopelsa solicitando a realização da audiência, ficamos satisfeitos por terem lembrado desta Casa, e por isso colocamos toda a estrutura à disposição. Os vereadores de Caçador também estão à disposição, pois todos estamos aqui para bem atender vocês.

Sejam todos bem-vindos ao nosso Parlamento e à nossa cidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Edson Henrique Veran, presidente da Cidasc.

O SR. EDSON HENRIQUE VERAN - Uma boa-tarde a todos. Eu cumprimento o deputado Reno Caramori, os demais membros da mesa, as senhoras e os senhores presentes a esta audiência pública.

De forma alguma a Cidasc poderia deixar de estar presente a este evento, e a nossa equipe técnica está aqui para discutir e prestar esclarecimentos junto com o nosso colega do Ministério da Agricultura. Mas já me adianto para pedir licença para sair mais cedo, deputado, porque também vou ter que dirigir a Florianópolis.

Antes, porém, é necessário dizer que da mesma forma que o Ministério, o Estado de Santa Catarina tem o intuito de dar garantia a que o produto comercializado tenha qualidade e sanidade, oferecendo ao consumidor um produto saudável que não cause riscos à saúde pública. Evidentemente que para a instalação de inspeção, quer em nível federal, estadual ou municipal, existem alguns comprometimentos que devem ser analisados. É importante dizer que não adianta estarmos abrindo estabelecimentos com inspeção apenas com o intuito de abrir indústrias sem que tenhamos uma matéria-prima com qualidade em relação à sanidade e à saúde. Esses consórcios dentro de prefeituras é uma das soluções ideais para se montar estruturas que venham a dar condições para que os municípios se agreguem e comercializem.

Só para vocês terem uma idéia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul faziam uma zona livre de febre aftosa com vacinação e eram reconhecidos pela Organização Internacional de Saúde Animal. Quando ocorreu o foco de febre aftosa em Jóia, no Rio Grande do Sul, um pouco antes, em Joinville, foi aberto um estabelecimento para abate de ovinos, e para surpresa nossa, em seguida, ele trazia ovinos do Rio Grande do Sul porque aqui no Estado não tinha uma demanda dessas. Quando tivemos que fechar as fronteiras, a surpresa foi que o Estado não tinha condições para que ele continuasse com o seu estabelecimento, atendendo uma demanda, para suprir o mercado que ele havia conquistado.

Então, é importante não só analisar a capacidade de se instalar uma empresa, mas a sua capacidade de dar continuidade ao seu trabalho, de dar emprego, a fim de que não esteja fechada daqui a um ou dois anos por falta de matéria-prima. Por isso essa discussão é importante sobre a comercialização em nível municipal, estadual ou federal.

Quero deixar uma coisa bem clara para vocês: não existe bactéria municipal, não existe bactéria estadual, não existe bactéria federal. O que existe é bactéria! Quando há uma toxiinfecção, ela é causada por mau atendimento, má inspeção ou por um produto deteriorado. Então, como técnicos profissionais, seja em nível municipal, estadual ou federal, o nosso objetivo é que esse produto ofertado à população não cause mais malefícios do que benefícios.

Deixo aqui o meu abraço a todos e a nossa equipe estará à disposição para responder ao que for necessário daqui para frente, deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Amigo Michel, tu comandarás os trabalhos agora, e tenho certeza que serás questionado. Todos aqui estão numa expectativa muito grande.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Inicialmente quero desejar uma boa-tarde a todos e agradecer, mais uma vez, o convite da Assembléia Legislativa, bem como enaltecer a iniciativa de realizar essas reuniões, que nos fazem discutir sobre o Sisbi e sobre o Suasa.

Quando falamos de serviço de inspeção, de Suasa, de abrir mercado, de o município comercializar com outros municípios e até com outros Estados do território brasileiro, vemos com bons olhos tudo isso, porque na verdade são os pequenos agricultores familiares que estarão tendo a oportunidade de se desenvolver, de fazer progredir o seu negócio, o seu pequeno estabelecimento.

Não podemos deixar de pensar também na questão da segurança alimentar. Um dos principais objetivos do Sisbi e do Suasa é justamente harmonizar, equiparar os níveis de inspeção, os controles de inspeção que hoje são realizados nas instâncias municipal, estadual e federal. Na federal temos a concepção de que está um pouco mais avançada; os controles executados pela inspeção federal foram muito puxados também pelo desenvolvimento das exportações. Os mercados externos foram exigindo isso das grandes indústrias que têm a capacidade de exportar. Então, com isso, a parte do mercado interno daqueles estabelecimentos com mercado interno foram desenvolvendo e, hoje, possuímos também bons controles.

Quanto ao nível estadual e municipal eu conheço. O Estado de Santa Catarina é um dos Estados que possui uma das melhores inspeções do Brasil - temos viajado bastante e isso é reconhecido - e, com isso, muitos municípios também possuem bons serviços de inspeção. E essa equiparação tem que ser feita com bastante critério para não haver erros, não haver desvios.

É sobre um pouco disso que vou falar para vocês hoje. Vou mostrar a realidade, o que temos encontrado, principalmente em ações conjuntas com o Ministério Público, como essas não-conformidades em algumas indústrias atuam na saúde pública dos consumidores, quais são as orientações do Ministério da Agricultura para proceder a essa equivalência e, no final, vou mostrar bons exemplos de pequenos estabelecimentos, de inspeção municipal ou estadual, que já estão atuando nas ótimas normas preconizadas pelo Ministério da Agricultura.

(*Procede-se à apresentação de imagens.*)

O Sistema Brasileiro de Inspeção é uma subdivisão do Suasa e entre os sistemas brasileiros de inspeção, existem ainda três subdivisões: a área animal, a área vegetal e a área de insumos. Hoje vou falar especificamente de produtos de origem animal, porque é uma legislação que já está consolidada e preparada para absorver essas propostas de equivalência dos municípios e do Estado.

Rapidamente vou falar sobre a base legal disso tudo. Ela se iniciou em 1991, com a Lei 8.171, que dispõe sobre a política agrícola; depois foi publicada a Lei 9.712, em 1998, que sugeriu a regulamentação dos artigos 27, 28 e 29 da Lei 8.171, mas que só vieram a ser efetivamente regulamentados com a publicação do Decreto 5.741. É esse decreto que institui o Suasa, que regulamenta o Suasa. Após esse decreto, foi publicada a Instrução Normativa 19, em 2006, que prevê os requisitos para o reconhecimento da equivalência dos serviços de inspeção para adesão ao Sisbi. E é dessa subdivisão que eu estava falando para vocês há pouco.

Esse esqueminha aqui (*aponta para a imagem*) mostra o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e os Sistemas Brasileiros, sendo que o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária se divide em proteção dos animais e das plantas, em educação sanitária e em vigilância, e os Sistemas Brasileiro, que é o que nos interessa, tocam as três instâncias (inspeção federal, estadual e municipal), estando subdivididos em insumos, em inspeção vegetal e em inspeção animal. E é desse último que a gente vai tratar hoje, ou seja, a inspeção animal, e nas três instâncias, federal, estadual e municipal.

Qual o panorama atual? Essa divisão entre inspeção federal, estadual e municipal iniciou-se em 1989, através da publicação da Lei 7.889, vigente até hoje. O que diz essa lei? Essa lei é bastante curta, tem cinco ou seis artigos, sendo que no segundo artigo ela fala sobre as infrações e as penalidades e no quarto artigo ela fala sobre as atribuições. Ela determina, ela define que as atribuições dos estabelecimentos produtores de produto de origem animal dos municípios, dos Estados e da União são de atribuição local, do município, do Estado e do país. O que quer dizer isso? Quer dizer que o município, hoje, é o responsável pela qualidade dos alimentos daqueles estabelecimentos que estão registrados sob a sua orientação.

Essa lei está vigente, portanto, quando a gente encontra um município que não possui serviço de inspeção, que ainda não formalizou esse serviço que fará o controle da sanidade, o controle da produção de origem animal, esse município já está indo de encontro a essa lei aqui. É importante lembrar isso. Instituir um serviço de inspeção não é difícil, mas o Executivo tem que querer e a estrutura... Tudo bem, há serviços hoje, e eu conheço, que estão instituídos e não têm estrutura, mas estão correndo atrás para buscar essa estrutura, para atender a demanda dos estabelecimentos. Mas pelo menos já têm instituído, não é?

A grande falha da Lei 7.889 foi que... Só para contar como ela foi publicada. Essa lei foi publicada numa época bastante difícil, numa época de greve dos servidores públicos federais, que a utilizaram como moeda de negociação - em toda greve acontece esse tipo de negociação. Então, infelizmente, ela foi publicada de forma precipitada e o seu grande defeito foi o de não ter previsto um sistema de acompanhamento, um sistema de coordenação, de entrosamento entre os serviços de inspeção federal, estadual e municipal. Foi atribuída a responsabilidade, mas cada um com o seu cada um, não sendo prevista uma ligação, uma correlação entre eles. Com isso os municípios ficaram isolados, o Estado ficou isolado e o Ministério ficou isolado, e para corrigir isso é que voltou a idéia do Suasa e do Sisbi.

Agora, rapidamente, vou passar para vocês o que temos encontrado por aí em ações conjuntas e em estabelecimentos sem inspeção. Dizem que alguns possuem inspeção, mas na verdade esses aqui são considerados, todos eles, sem inspeção.

(Mostra fotos de casas e de abates sem higiene.)

Uma casa sem urbanização, com paredes sujas, com animais no pátio; até alguns estabelecimentos, algumas escavações sem reboco, sem porta.

Não prezam pelo bem-estar animal. Não é por que a gente gosta de um churrasco, que não vai respeitar os animais.

Aqui, são marretas. Esse abate à marreta hoje é inaceitável. O abate sem higiene, sem nenhum tipo de higiene; sem nenhum tipo de segurança higiênico/sanitária.

Isso aqui é um absurdo! Olha a quantidade de animais. Quanto tempo essas vísceras estão dentro desses animais? Quanto tempo vai durar para retirar essas vísceras dos animais? E a contaminação fecal no intestino?! Com certeza vai passar para a carne, isso é claro.

A maneira de esfola, em contato com o piso. Não sabe nem se o animal ainda está vivo, se está em sofrimento naquela hora ali.

A maneira de evisceração. As vísceras caindo no piso; o rapaz está sem uniforme, sem luvas, sem proteção, até para ele mesmo não se contaminar com alguma doença que aquele animal possa ter.

Aqui, há presença de fezes no piso - e no mesmo estabelecimento uma carcaça (não deu para ver), meia carcaça, um quarto encostando no piso também. Sabe lá se esse piso foi bem lavado ou não.

Bom, aqui também, as condições higiênicas gerais deficientes. Tipo de sanitário utilizado em um dos estabelecimentos, tipo de iluminação, tipo de transporte.

Aqui, não pode nem ser considerado um estabelecimento, isso é um curral. O animal foi abatido num curral.

Aqui, uma foto de jornal bem interessante. O veículo que transportou os animais para o abate, em um estabelecimento também a céu aberto, que não possui a segurança necessária para esse tipo de atividade, e que também está transportando a carne para o açougue, sem ser higienizado.

Aqui, o tipo de tratamento ambiental que é executado nesse estabelecimento sem inspeção; o sangue sendo escoado no piso; os ossos, resíduo de ossos.

Aí, outros estabelecimentos, fotos de jornais; animais junto ao abate alimentando-se de pedaços.

Aí a gente imagina: poxa, isso aí eu vi tantas vezes, é só fazer bem passado aquele bifinho que não vai ter problema; é só fazer aquele bifinho de fígado bem passado que está tranqüilo. Mas na verdade não é isso que a gente tem encontrado por aí. Quando a gente corre atrás dos dados eles aparecem.

Alguns dados aqui, para conhecimento geral: 40% das toxiinfecções alimentares acontecem em restaurantes e 35% em domicílio (esse é um número variável, mas gira em torno disso); 65% das infecções alimentares ocorrem por produtos caseiros; 75% dos casos de diarréia infantil têm origem nas toxiinfecções alimentares. E as doenças transmitidas pelos alimentos estão entre as cinco maiores causadoras de óbito em crianças (dados da Organização Mundial da Saúde).

Uma estimativa, que apenas 10% do número real de toxiinfecções são confirmadas, notificadas - e isso aí a gente alerta. Poxa, se tanta notificação acontece, e é uma estimativa de no máximo 10% de notificação, imaginem quantas existem que não são notificadas.

Aqui, para ilustrar, um trabalho feito por um pesquisador em Concórdia sobre enteroparasitose - parasitas intestinais. Olhem a quantidade que ele encontrou aqui, 2000, 2001, 2002. *Ascaris lumbricoides*, a lombriga; *Strongyloides*; giárdia; entamoeba; uma *Taenia*, em 2002; e por aí vai. Então, é bastante. Essa *Taenia* não, é um caso isolado, mas em termos de outros parasitas, como ameba etc, você vê que o número é bastante elevado.

A neurocisticercose, na qual já ouvimos muito falar, na verdade não desapareceu totalmente. A neurocisticercose, para relembrar a todos, é uma doença posterior à teníase, que é uma doença causada pela ingestão de carne contaminada com cisto do cisticerco. A alta infecção das fezes dessa pessoa que possui a teníase ou uma infecção por verduras ou hortas regadas, molhadas com água contaminada com esse resíduo de fezes, é que causa a cisticercose. Essa cisticercose pode ter desvios durante o seu ciclo no organismo e parar no cérebro, causando a neurocisticercose.

No Hospital Regional de Chapecó, a cada 100 casos de epilepsia 25 foram por neurocisticercose. Um em quatro casos de epilepsia é devido à neuriocisticercose, sendo que 5% desses foram a óbito.

Dado do hospital de Florianópolis, do SUS: 20% dos episódios de epilepsia tardia foram atribuídos a neurocisticercose. É um dado de 1999, um pouco antigo, mas podemos considera-lo parcialmente. A doença causa cistos na massa cerebral e segundo muitos médicos é a principal causa de neurocisticercose tardia, aquela neurocisticercose na qual o humano não nasce com ela, ele adquire durante o seu período de vida.

A toxoplasmose também é uma doença bastante incidente. A prevalência no Brasil está em torno de 40% a 80%. De acordo com os dados do Hospital Universitário da UFSC, alcançou a porcentagem de 41,91% - o que significa que essas pessoas incluídas aqui já tiveram ou tem algum contato com o Toxoplasma. Toxoplasma é um parasita que pode se alojar no olho causando cegueira. Eu conheço uma pessoa que é cega por toxoplasmose. Pode causar também danos no desenvolvimento fetal da criança.

A listeriose. Só se diz que conhece a *Listeria monocytogenes*, que é muito perigosa porque causa infecção, causa toxiinfecção alimentar, mas poucos se lembram que essa doença também pode causar danos sistêmicos no desenvolvimento fetal da criança e também no caso de meningites.

Em 2002 o pesquisador Araújo, em produtos fatiados, observou uma incidência de 80% no blanquet e 90% no presunto. Por quê? Porque a *Listeria* é uma bactéria extremamente resistente que se multiplica em temperatura de resfriamento, que pode formar biofilmes, que são pequenas camadas nos equipamentos. Aí que a gente vê que a higienização tem que ser muito bem feita.

Quando ocorre meningite, a mortalidade pode ser maior que 70%, com septicemia de até 50%; e nas infecções neonatais ou perinatais pode ser maior que 80%. Às vezes uma criança nasce no hospital, adquire uma infecção e fala-se que é uma infecção hospitalar, que o hospital não possui bom controle de higiene, mas na verdade esquece-se que, se pesquisar, a *Listeria* pode aparecer.

Um médico na Grande Brasília, numa cidade satélite, em quatro meses, detectou meningite em quatro pacientes por causa de listeriose - e meningite bacteriana devido à listeriose, devido à contaminação de alimento.

Alguns dados recentes da Saúde, conseguidos através da Divisão de Vigilância Epidemiológica da Saúde, de 2006, mostra que em Santa Catarina o número de surtos chegou a 100, doenças transmitidas por alimentos; o número total de doentes ultrapassou a 1.700 - aí se extrapola para aquele limite de 10% mais ou menos. Imaginem quantos devem ter.

Agentes etiológicos principais. *Salmonella*, *Bacillus cereus*, *Staphylococcus aureus, Escherichia coli*, *Clostridium perfringens* e outros. Imaginem os custos que a Saúde tem com isso, quanto custa para a Saúde tratar esses pacientes, os medicamentos e os afastamentos também das famílias dos doentes - são pacientes que ficam sem trabalhar, sem produzir. Aí é a hora de a gente refletir que segurança alimentar não é brincadeira, é coisa séria. Quando você faz um charque em casa é uma coisa, agora, quando você faz trinta para vender é outra coisa, a responsabilidade é enorme. E esse é o panorama atual que temos.

O que o Ministério preza? Preza um compromisso com o consumidor - acredito que também o Estado e as Prefeituras -, prezando pela inocuidade e combate à fraude econômica. Não podemos esquecer disso, porque fraude econômica é lesão ao consumidor. E a expectativa da sociedade quanto a isso? Qualidade microbiológica e físico-química dos alimentos.

Hoje o Dipoa possui a responsabilidade de coordenar e harmonizar as ações entre o serviço de inspeção, visando assegurar essa inocuidade de produtos de origem animal, de forma que o serviço de inspeção vai atuar como coordenador do Estado, e este iria também atuar como coordenador e orientador do município.

A Instrução Normativa 19, que veio posterior ao Suasa, estabeleceu os requisitos para o reconhecimento da equivalência dos serviços de inspeção nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios para a adesão aos Sistemas Brasileiros de Inspeção. Ela possui três anexos, como falei para vocês, a parte vegetal, a animal e a de insumos. O anexo I, trata da parte de produtos de origem animal; que estabelece os requisitos gerais e demais procedimentos necessários para o reconhecimento da equivalência para adesão ao Sisbi - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Como funciona essa estrutura? O Mapa, o Ministério da Agricultura, através do seu departamento de inspeção, funciona como serviço de inspeção coordenador, e as demais instâncias dos Estados, Distrito Federal e municípios solicitam uma adesão. Isso é voluntário, não é obrigatório, o que é obrigatório e continua vigente é a 7.889/89, que estabelece que a responsabilidade é do município, do Estado e da União naqueles estabelecimentos que estão registrados sob sua responsabilidade. A adesão ao Sisbi é voluntária.

Como integrar ao Sisbi? Para aderir, os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão adequar-se aos processos e procedimentos de inspeção e fiscalização, ficando obrigados a seguir a legislação federal ou dispor de regulamentos equivalentes. Não precisa ser a legislação federal, mas o regulamento das Prefeituras e do Estado tem que ser equivalente, tem que oferecer a mesma segurança de produção desses produtos. Isso aqui está previsto no artigo 133 do Suasa, do decreto. A equivalência não precisa ser necessariamente igual. O Ministério não vai querer que um estabelecimento tenha uma esteira rolante de não sei quantos metros, como um frigorífico grande, não é isso. Só que tem que ser equivalente, tem que estar nos mesmos níveis de segurança.

Quais são os requisitos para a equivalência? O que as Prefeituras, os Estados e o Distrito Federal necessitam para aderir a esse Sistema? Uma infra-estrutura administrativa mínima, uma garantia de inocuidade dos produtos de origem animal, garantia de qualidade desses produtos, ações de prevenção e combate à fraude econômica, e respeitar o controle ambiental.

Sobre a infra-estrutura administrativa, quais são os requisitos relacionados a esse tema? Recursos humanos, estrutura física, sistema de informação, e infra-estrutura para o desenvolvimento dos trabalhos. Vamos esmiuçar um pouco.

Sobre recursos humanos. É uma equipe do serviço de inspeção com médico-veterinários, agentes de inspeção, auxiliares, também auxiliares administrativos, se necessário, para executar as tarefas; devem ser em número compatível com as atividades; devem ser lotados no serviço de inspeção; e principalmente que não tenham conflito de interesses, que tenham autonomia fiscal, que tenham postura fiscal para executar as ações de repressão e também de orientação.

Também sobre recursos humanos. Para cálculo do número de funcionários deve ser utilizado como critério o volume de produção e a necessidade presencial da inspeção oficial no estabelecimento - que iremos falar mais para a frente.

Sobre estrutura física. Materiais de apoio administrativo, mobiliário, equipamentos de informática e demais equipamentos para suporte.

Sobre sistema de informação. Deve ter um banco de dados com todas as informações dos estabelecimentos e da produção local a respeito de rótulos, de cadastro dos estabelecimentos, de aprovação de projetos e plantas, dados de produção, dados nosográficos e número de abates. É importante manter sempre atualizado esse sistema.

Sobre infra-estrutura administrativa. Veículos oficiais em números e condições adequadas, respeitando as particularidades de cada região. Se uma região é muito extensa... Por exemplo, esse consórcio que estão querendo formar no extremo-oeste da Ameosc, a região deles é grande.

Eles estiveram lá conosco conversando, o Ministério do Desenvolvimento Agrário também esteve presente, e já estão bastante avançados. A minuta do termo do consórcio já está em andamento, e através de uma conversa conosco na reunião foi notado que uma sede não vai resolver o problema deles. Eles vão ter que ter uma sede, que vai se localizar em São Miguel do Oeste, e mais dois pontos avançados que vão servir de base para veículos e também de funcionários. Então, isso também tem que ser avaliado, principalmente nessa questão de consórcio, porque vai abranger grandes regiões e os serviços também têm que chegar naquele município lá na fronteira com a Argentina.

Sobre inocuidade. Referente à atividade de inspeção tecnológica e a ferramentas de autocontrole - que se baseiam em avaliação dos processos produtivos para aplicação de boas práticas de fabricação, e também através de registros e demais evidências auditáveis que comprovem o efetivo controle da inspeção higiênico-sanitária e tecnológica, análises físico-químicas e microbiológicas de água de abastecimento e dos produtos elaborados.

Sobre a atividade de inspeção, com referência àqueles estabelecimentos que possuem atividade de abate de animais, o departamento de inspeção não abre mão, deve estar presente permanentemente durante o abate um médico-veterinário oficial. O veterinário que é o responsável pela inspeção *ante mortem,* com os animais vivos; e *post mortem*, após o abate. Ele deve ter uma equipe para realizar esse tipo de inspeção.

E naqueles estabelecimentos que não acontecem o abate, como industrialização e estocagem, nós não exigimos a presença permanente do veterinário. A indústria pode executar seus programas de boas práticas de fabricação, de higiene, até a PPCC, melhor ainda, e o pessoal da inspeção vai lá para verificar e observar se aqueles controles estão sendo efetuados da forma prevista.

As ferramentas de autocontrole são essas: boas práticas de fabricação, PPHO, PPCC e algumas outras.

Sobre a qualidade dos produtos. Os requisitos relacionados com a garantia da qualidade serão avaliados mediante regulamentos técnicos de identidade e qualidade, e rotulagem.

Os regulamentos técnicos de identidade e qualidade - deve atender aos critérios estabelecidos por esses regulamentos, específicos para cada produto, estabelecidos pelo Dipoa.

Hoje, na página do Ministério da Agricultura, nós temos regulamentos técnicos de todos os produtos estabelecendo padrão de gordura, padrão de amido, padrão de unidade, o que é um charque, o que é um *jacked beef*. E no caso de novos produtos que os produtores desejam produzir, tudo bem. "Ah, não tem regulamento técnico e eu não vou poder produzir." Não é bem assim, você pode propor um novo produto.

Lá em Crissiumal já fiz auditoria sobre o Sisbi e tinha um estabelecimento de salsicharia e de embutidos, o Saci. Eles têm um produto muito bom, o charque suíno. "Nunca tinha ouvido falar nisso, em charque suíno." "É, mas tem, é muito bom..." "Ah, então vamos procurar registrar esse produto." Como é o processo de fabricação? Qual a porcentagem de umidade desse charque? É igual ao charque bovino ou não? Ou é igual ao *jacked beef*? Ou é uma carne de sol? Então, isso tem que ser estabelecido, tem que ser determinado. Mas não é proibido inventar novo produto, claro que não. Deve possuir um embasamento científico, um parecer favorável de um comitê e sempre preservar os interesses do consumidor - isso é o mais importante.

Sobre a rotulagem. Garantir que os produtos elaborados atendam aos requisitos para aprovação de rotulagem estabelecidos pela legislação federal - hoje é a Instrução Normativa nº 22 que nós seguimos -, com todas as informações obrigatórias que devem estar na rotulagem, no sentido de esclarecer ao máximo o consumidor do que ele está comprando, e a identificação correta do produto para o consumidor.

Os produtos elaborados pelo estabelecimento dos serviços de inspeção que aderirem ao Sisbi serão identificados mediante a colocação de um logotipo em seus rótulos. Provavelmente vai ser este aqui - este selo verde escrito Sisbi, Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Os selinhos do SIM e do SI não vão sumir, os carimbos do SI e do SIM vão continuar. Abaixo, ou acima ou do lado desse carimbo é que vai estar um selo complementar, que será o selo do Sisbi.

Ações de prevenção e combate à fraude econômica. Não dá para ver muito bem aí, mas este frango aqui (*aponta para a foto*) a gente encontrou todo furadinho. Pô, frango furado, frango malhado, que tipo de ave diferente é essa? Pois era frango fraudado, um frango com injeção de água - isso é o que mais a gente encontra por aí. Quem nunca comprou um corte, uma sobrecoxa no supermercado, que estava aquele bloco de gelo, botou na panela e ficou desse tamanhinho, parecendo uma codorna? Não é? Então isso aqui a gente tem que combater também, o serviço de inspeção possui o dever de combater esse tipo de atividade ilegal, porque lesa o consumidor economicamente - e isso é intolerável.

Controle ambiental. Não são os serviços de inspeção que executam o controle ambiental, mas eles têm que estar apoiados em declarações, em habilitações dos órgãos que possuem essa autonomia - no nosso caso é a Fatma. Então, hoje, para registrar um estabelecimento, um dos documentos é o atestado da Fatma. Se a Fatma deu o.k., está beleza, fique a vontade, em termos ambientais você está o.k.

Os Estados, o Distrito Federal e os municípios garantirão que a inspeção de todos os produtos, independentementedestes estarem destinados ao mercado local, regional ou nacional, seja efetuada de maneira uniforme, harmônica e equivalente em todos os Estados e municípios.

O Estado, Distrito Federal ou município que já possua um serviço de inspeção instituído e pretenda solicitar a adesão para equivalência, deve dispor de registros auditáveis referentes à implantação de seu serviço de inspeção. É muito importante, porque os serviços de inspeção vão ser auditados. E se não houver registro, não tem como a gente executar uma auditoria perfeita.

É muito papel? É papel. É burocracia? Nem tanto. Só que o registro é que diz que aqueles controles estão sendo efetuados de maneira correta. Se eu perguntar para o Fulano, lá do serviço de inspeção de Maravilha: "Pô, você faz aí análises laboratoriais de água?" "Ah, faço sim, mando de dois em dois meses." "Ah, é? Tá, mostra aí a análise." "Ah, eu não tenho aqui, mas você pode acreditar em mim, que eu mando." Aí eu vou apresentar o relatório para no nosso diretor lá em cima: "Ó, doutor *(ininteligível)*, eles falam que mandam." "Tá, mas cadê o relatório?" "Ah, eles não apresentaram papel, eu não vou apresentar o relatório, não. Pode acreditar em mim que eles mandam, o relatório está o.k. e o município está o.k." Infelizmente, a gente precisa regularizar isso, a gente precisa burocratizar um pouco essa questão de registros auditáveis - são esses registros que vão permitir que o serviço de inspeção demonstre os seus controles, demonstre que esses controles estão sendo bem efetuados.

O Estado ou município que ainda não possuir o serviço de inspeção instituído, só pode solicitar após constituí-lo efetivamente. Ele vai instituir o serviço de inspeção, vai entrar em conformidade com a Lei nº 7.889, de 1989, e aí, sim, vai poder solicitar a equivalência.

A adesão será concedida aos Estados, Distrito Federal e municípios mediante a comprovação da equivalência do serviço de inspeção em todas as categorias de estabelecimentos existentes. Há uma exceção da qual vamos falar daqui a pouco.

Para reconhecimento da equivalência ao Sisbi, o solicitante deve apresentar lista com os estabelecimentos que se propõem a integrar o sistema - esses estabelecimentos servirão de base para aferição da eficiência e eficácia do serviço de inspeção.

É muito bom esclarecer aqui que a auditoria vai ser feita em cima do serviço de inspeção. É o serviço de inspeção que vai ser auditado e não os estabelecimentos. Eles vão servir de base para a gente poder verificar se efetivamente os controles dos serviços de inspeção estão sendo bem efetuados. Esse serviço de inspeção vai apresentar uma lista de estabelecimentos. Lá em Crissiumal, por exemplo, foram quatro estabelecimentos que o serviço de inspeção sugeriu para adesão. Quatro! Eles possuem vinte! Mandaram o papel e disseram que aqueles quatro estavam aptos, estavam dentro do que a gente queria. Fomos ver os quatro e eles estavam muito bons, por sinal.

O SI que obtiver o reconhecimento de sua equivalência terá autonomia para indicar novos estabelecimentos para integrar o Sisbi.

Esse item é de extrema responsabilidade do serviço de inspeção. Por quê? Porque um serviço de inspeção que se tornar equivalente ao Sisbi vai ter autonomia total para incluir novos estabelecimentos naquela lista ou excluir. E isso tem que ser feito com muita responsabilidade. O Ministério não vai apitar nisso, não vai influenciar. Se se achar que aquele estabelecimento que não entrou anteriormente já melhorou e está em condições, o serviço de inspeção vai ter autonomia para inclui-lo.

No caso de descumprimento das normas previstas no programa de trabalho, verificados durante as auditorias, eles perdem a prerrogativa de indicar os estabelecimentos integrantes do Sisbi e passam a ter sua indicação previamente analisada pelo Dipoa.

Por isso que eu falei que é de muita responsabilidade, porque se for indicado o estabelecimento e numa auditoria anual (vão ser feitas auditorias a cada ano) for verificado que aquele estabelecimento não tinha condições de integrar, aí o sistema de inspeção pára de ter essa prerrogativa. Ele não vai ter mais a possibilidade de indicar novos estabelecimentos. Todos eles serão indicados, dali para a frente, pelo Ministério da Agricultura.

Serão realizadas auditorias e avaliações técnicas para aperfeiçoamento do Sisbi e para organizar, estruturar e sistematizar adequadamente as ações de inspeção e fiscalização no País - mais uma vez ratificando que um dos objetivos do Sisbi é harmonizar procedimentos.

As auditorias que serão feitas inicialmente - do Ministério nos Estados e Distrito Federal e do Estado nos municípios... Se o Estado não quiser aderir, porque é uma adesão voluntária, ele solicita ao Ministério uma supervisão direta ao município, como acontece hoje em Crissiumal e em Maravilha, que já solicitaram. Os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ainda não se manifestaram. Fizeram a solicitação para o Ministério, que está atuando diretamente nos municípios. Isso está previsto no artigo 135 do decreto.

O Dipoa, a pedido do serviço de inspeção proponente, pode priorizar a adesão ao Sisbi por categoria de produto (lembram que eu falei que existe uma exceção nas categorias de produto?) de acordo com a importância e organização do seu setor produtivo. Por exemplo, a área lá do sul do Estado, Araranguá, tem produtores de mel. O nosso forte é mel, só queremos produzir mel. A solicitação deverá ser acompanhada de uma justificativa (técnica, administrativa, econômica) e de um termo de compromisso assumindo no Dipoa, metas para adesão das demais categorias.

Nós estamos precisando produzir mel, então vamos solicitar essa adesão inicial só para as nossas indústrias de mel. E aí, daqui a um ano, enquadramos as outras indústrias. Também há possibilidade para isso, existe esse precedente para o Dipoa.

Os serviços de inspeção que aderirem ao Sisbi deverão incluir no seu programa de trabalho ações de educação sanitária e de combate às atividades clandestinas. O Ministério Público está nos ajudando muito nisso rodando o Estado todo - vocês já devem ter tido conhecimento de alguma ação do Ministério Público -, mas as prefeituras e os serviços de inspeção dos municípios e do Estado têm que prezar por isso, têm que brigar por isso, não só pela parte sanitária, de veiculação de doenças, mas pela parte fiscal, de impostos, trabalhista, ambiental. E aí todo mundo sai ganhando, a prefeitura recolhe mais, a Saúde gasta menos, a Ambiental não tem que se estressar com problemas de contaminação de rios etc. Então, tem que legalizar o estabelecimento.

Para formação e capacitação em educação continuada dos profissionais serão criados mecanismos de inter-relacionamento entre a União, o Estado, o Distrito Federal e os municípios aos quais pertencem os serviços de inspeção e as instituições de ensino e pesquisa. Esta semana, em Itajaí, já está acontecendo um treinamento para médicos veterinários voltados para o Sisbi. São veterinários do serviço de inspeção municipal e estadual. É uma iniciativa do Conselho Regional de Medicina Veterinária e o Ministério da Agricultura, a Superintendência da Agricultura no Estado de Santa Catarina estão apoiando, assim como o Ministério do Desenvolvimento e a Cidasc. Primeiro será em Itajaí, na semana que vem em Araranguá, no dia 15 de outubro em Chapecó, no dia 22 de outubro em Campos Novos e no dia 26 de novembro em Canoinhas. Haverá treinamento a semana toda. São trinta horas de aula sobre inspeção higiênico-sanitária de veterinários da prefeitura. Estão todos convidados. A inscrição são dois quilos de alimentos não perecíveis.

Os serviços de inspeção do Sisbi serão desabilitados na comprovação dos seguintes casos: descumprimento das normas das atividades e metas previstas e aprovadas do programa de trabalho que comprometam os objetivos do Sisbi; falta de alimentação e atualização do sistema de informação, ou seja, as informações têm que estar sempre atualizadas; e falta de atendimento tempestivo a solicitações formais e a informações solicitadas pelo Dipoa.

E quais são os procedimentos para o reconhecimento da equivalência? Como faremos isso? Como devemos efetuar a solicitação? Esses procedimentos foram previstos na Circular 52, que também está presente no *site* do Ministério da Agricultura, que dispõe sobre a padronização dos procedimentos para análises de processos para a adesão ao Sistema Brasileiro de Produtos de Origem Animal. Na circular tem todas as regras, todos os passos para adesão ao sistema. Primeiro, deve ser feita a formalização do pleito para o reconhecimento da equivalência - o ideal é que seja feito por uma autoridade da Agricultura, quer dizer, depende, pois há municípios cujos serviços de inspeção estão ligados à Saúde. Teve uma pessoa que me falou anteontem lá no treinamento que o serviço de inspeção de Piçarras está ligado à Secretaria de Obras. É um pouco diferente, mas tudo bem, contanto que haja serviço de inspeção, não há problema. Então, uma autoridade de serviço ou, de preferência, o prefeito tem que fazer essa solicitação e encaminhar diretamente à Superintendência Federal de Agricultura do Estado.

O processo vai ser instruído com um programa de trabalho de inspeção à fiscalização.

Como acontece o trabalho na inspeção? Por exemplo: eu tenho abate de bovino no frigorífico tal na quinta e na terça à tarde e naquele de frango eu tenho na quarta e na sexta de manhã. Então, beleza! Um veterinário pode acompanhar. Não precisa ter dois veterinários. Pode ter um só, que vai na terça-feira acompanhar o abate de bovino e na quarta-feira acompanhar o abate de aves. Então, isto tem que estar descrito: como vai ser o acompanhamento da inspeção das atividades dos estabelecimentos de produtos de origem animal; e uma comprovação da estrutura da equipe compatível com as atribuições. Eu tenho um veterinário e ele pode atender três estabelecimentos, porque não possuem abate no mesmo horário. Pode, sim.

Esse programa de trabalho deve conter o seguinte: organograma do órgão; o conjunto de legislações pertinentes às atividades; o regulamento, se não tiver regulamento dizendo que vai seguir o regulamento do Dipoa, na inspeção federal; o decreto, a lei instituindo o serviço de inspeção; a portaria de lotação do pessoal que está lá no serviço de inspeção; os programas desenvolvidos; a relação de estabelecimentos registrados no serviço de inspeção; a programação das atividades, que falei agora há pouco; o programa de treinamento de pessoal técnico; os dados gerais do Estado, Distrito Federal e município.

Programa de treinamento. O nosso veterinário foi naquele treinamento organizado pelo Conselho. Está aqui o diploma dele. Beleza!

Na comprovação da estrutura e equipe compatíveis com as atribuições, devem ser apresentados recursos humanos, estrutura física, sistema de informação, veículos oficiais e laboratórios também - é aquilo que falei no começo da apresentação. A partir daí, com tudo isso comprovado e encaminhado à Superintendência, é feita uma auditoria documental. Em nível estadual nós só conferimos se todos os documentos estão incluídos no processo. Se estão todos os documentos, a gente encaminha para Brasília, que vai analisar. Estando o.k. a documentação, Brasília manda o processo de volta para o Estado, que fala: "Beleza! Pode ir lá fazer a auditoria *in loco".* É feita a indicação de auditores para irem à prefeitura fazer a auditoria no serviço de inspeção; é feito um relatório da auditoria, que é encaminhado ao departamento, e é deferido ou indeferido, dando ciência ao interessado; o reconhecimento da equivalência para adesão ao Sisbi é publicado no Diário Oficial e a inserção no cadastro geral mantido pelo Dipoa.

A atualização do cadastro, no que diz respeito à adesão ou desabilitação, dados dos estabelecimentos inspecionados ou excluídos do serviço de inspeção, é de responsabilidade do serviço de inspeção dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, que devem constantemente informar o Dipoa sobre as atualizações. Se crescer o número de estabelecimentos, se for incluído um novo estabelecimento naquele serviço de inspeção, tem que colocar lá, tem que atualizar constantemente para que o Ministério tenha conhecimento disso.

Quanto controle tem que fazer, quanto papel tem que apresentar, quanto registro, não é, gente?! Pô, mas será que é possível, será que está muito longe de a gente conseguir isso tudo?

Vou mostrar a vocês agora que não está tão longe, não.

(Mostra fotos de abatedouro no Rio Grande do Sul.)

Aqui é um matadouro que fica em um município do Rio Grande do Sul, muito diferente daquelas primeiras fotos que a gente viu. Olhem só, não está asfaltado, mas já tem brita, está devidamente urbanizado, tem uma casinha limpa.

Vemos aqui a área de entrada e a recepção das aves. Olhem a quantidade! Seis caixas de aves... Umas oito, mais ou menos! Quanto dá isso?

A sangria. Estão efetuando a sangria. É um equipamento simples, não precisa daquela nória enorme, daquele disco sangrador automático. Não precisa disso, ele está sangrando as aves nesse funil.

A escaldagem. Esse bujãozinho não tinha que estar aqui, deveria estar do lado de fora. Mas tudo bem, é uma coisa que pode ser contornada, que pode ser melhorada. Faz um furinho na parede e coloca o bujão do lado de fora. É uma questão de orientação. A maioria das não-conformidades que a gente encontra em pequenos estabelecimentos é referente às boas práticas, à orientação. Você vê que é o mesmo rapaz que estava lá sangrando, não é? Esse cara aqui é treinado. Ele recebeu treinamento para poder executar essas funções que está executando aqui. É uma indústria em que trabalham cinco pessoas da mesma família.

Saindo da depenadeira. Olha o tamanho da depenadeira. Isso aqui também, esses monoblocos tinham que estar sobre estrados. Mas, poxa, compra o estrado a R$ 15 e põe o monobloco ali, é uma questão de orientação!

Aqui a evisceração numa mesa; aqui a inspeção sanitária. Olha só, estão sendo inspecionadas as vísceras nessa mesa. É tão difícil fazer inspeção sanitária, é tão difícil avaliar animal por animal para verificar se tem alguma doença que pode passar para o consumidor! Não, não é tão difícil assim não, gente!

Aqui, a fase final do processo, a pesagem; e aqui, embalando. Atestado, com o carimbo do serviço de inspeção municipal dizendo que aquele produto foi inspecionado, passou pelos controles necessários e está apto a ser consumido.

Câmara de estocagem de resfriamento. Abate de suínos separados, bem separados, nas pocilgas.

Aqui o animal está suspenso, estão fazendo a finalização da depilagem, o chamuscamento.

E aqui, logo após a sangria, retirando as vísceras, de forma suspensa, não está em contato com o piso, o rapaz está bem paramentado, com avental; aqui ele está destrinchando a cabeça, aqui fazendo a inspeção sanitária desses animais e aqui cortando a língua do suíno para verificar a presença cisticercose. Às vezes, a gente vai ao supermercado e vê aquela língua bonita de porco no açougue e pensa: que língua legal, vou comprar para fazer assada, mas poucas pessoas sabem que essa língua tem que estar cortada na parte ventral. Se ela

não foi cortada na parte ventral, não foi inspecionada. Da mesma forma um coração. Quando a gente vê um coração no supermercado, bonito, inteirão, chega a estar brilhando, ele também não foi inspecionado. O coração tem que ser cortado, fatiado para ser efetuada a pesquisa de cisticercose também.

Aqui, cortando os linfonodos, a carcaça, também para verificar a presença de alguma inflamação ou de alguma lesão próxima àquela região. Quando acontece alguma lesão, é drenada pelo linfonodo, e ele está cortando o linfonodo para ver se ele diz alguma coisa, se há alguma calcificação, alguma inflamação, algum aumento de tamanho.

E aqui ele está carimbando o pernil. É carimbo para caramba! Mas ele está atestando, está garantindo. Aquele carimbo significa que o animal foi inspecionado, que aquele produto está apto a ser consumido.

(Mostra fotos de indústrias de laticínio.)

Aqui, outro tipo de indústria, a de laticínios, para vocês verificarem os aspectos de higiene. Uma casa com calçamento, pintadinha por fora; um funcionário com máscara, com toca, bem uniformizado.

Aqui, a produção de queijo, higiênica. É permitida essa madeira aqui. Geralmente, não pode madeira no frigorífico, mas para esse tipo de recinto é permitido.

Aqui a lacradora de embalagens e o leitinho saindo com selo do serviço de inspeção.

(Mostra fotos de estabelecimentos de embutidos.)

Aqui, um estabelecimento de embutidos, as boas condições de higiene. Essa matéria-prima, não sei há quanto tempo está ali. Claro, deve existir um controle para isso, de permanência daquela matéria-prima para embutir.

Aqui, o fumeiro deles, como fazem. É um latão - não dá para ver muito bem.

Voltando um pouco naquilo que a gente falou anteriormente, não precisa ser uma sala de defumação de última tecnologia. Não precisa. Esse fumeiro dá conta, atende aos objetivos.

Aqui, uma sala de cortes, bem higienizada. Os quartos, as carcaças suspensas; uma mesa de inox. A gente falou para ele, na auditoria, que essa caixa branca deveria ser vermelha, porque aquilo ali é descarte, e todo descarte é colocado em recipiente vermelho.

Essa é uma de mel, lá de Crissiumal. Esse estabelecimento estava muito bonitinho, bem limpo, uma mesinha de controle dos tambores para armazenar o mel.

Esse aqui é de bovinos. Um pé-direito já razoável. O pé-direito de bovinos é uma coisa que a gente sempre conversa. Precisa não sei de quantos metros. Eu sou da área de aves e não sei, acho que são quatro metros mais ou menos, não é, Alceu? Precisa ser tão alto? Precisa! Imagina você pegar uma carcaça enorme, ficar arrastando no chão; vai ficar com o rabo no teto e o focinho no chão? Então, algumas considerações são necessárias, e ele fez muito bem aqui. Não é um estabelecimento grande, mas ele conseguiu fazer as estruturas e as plataformas para atender o que é exigido.

Bom pessoal, era isso que eu tinha para apresentar.

Quero justificar a ausência do superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Jurandir, que não pode vir mas passou um recado: que a Superintendência do Ministério do Desenvolvimento Agrário está de portas abertas para o pessoal, tanto para tratar dos consórcios quanto nas questões de financiamento.

Eu sei que muita gente pergunta onde está o dinheiro, quem vai ajudar. O MDA está com uma verba de R$ 1,4 bilhão para auxílio de programas de agricultura familiar a ser utilizada até dia 30 de julho de 2008. Então, é só procurar o pessoal do MDA, existem vários planos para todos os tipos de estabelecimentos e de empreendedores.

Deixo o endereço do *site* da agricultura: www.agricultura.gov.br, e o meu *e-mail*: michel@agricultura.gov.br. Qualquer dúvida, qualquer pergunta podem questionar que estarei à disposição.

Obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, doutor Michel.

Vamos abrir espaço para as perguntas da plenária.

Com a palavra o primeiro inscrito, o senhor Alfredo Seibel Filho, presidente do Sindicato Rural de Rio das Antas.

O SR. ALFREDO SEIBEL FILHO - Eu anotei as palavras do vice-prefeito e vou me valer delas. Não queremos liberação mas, sim, uma saída para a comercialização. Então, isso já diz o que queremos.

Tenho certeza de que tem muita coisa que devemos aprender para melhorar e, talvez, chegar até lá.

Desculpem a minha franqueza, o meu jeito é esse, mas não será no primeiro cartucho que nós vamos acertar tudo.

Quando o senhor finalizou, quanto à questão de treinamentos, aquela palestra será em quantas horas?

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - São sete treinamentos de trinta horas cada.

O SR. ALFREDO SEIBEL FILHO - Nem todos poderão participar. Faz quase uma semana que estou correndo atrás desse tipo de reunião. Ontem, nós tivemos uma reunião em Campos Novos com a Federação de Agricultura, da qual faço parte, e esse foi o final do nosso bate-papo, ou seja, é essa a nossa preocupação.

Uma sugestão: nós fazemos muito treinamento no Senar. Não seria o caminho preparar algumas pessoas dentro do Senar para fazer esse treinamento nessas trinta horas, quarenta horas, e distribuir essa cota no Estado para os sindicatos?

Poderia ser feito esse treinamento. Na prática, fica mais fácil, a pessoa pega mais fácil. Temos tantos outros treinamentos, inclusive fizemos um dia um treinamento, um curso sobre capricultura e depois os interessados queriam saber sobre o abate. No fim, fizeram uma mutreta e acabou por ali, porque não podiam mais fazer, era proibido abater a ovelha, o cabrito naquela hora ali. Então, acho que se fosse fazer um treinamento com pessoas capacitadas dentro daquilo ali, a nossa clientela chegaria muito mais perto e muito mais fácil.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Senhor Alfredo, concordo com o senhor. Esse treinamento foi através de uma iniciativa do Conselho de Veterinária. Estão sendo feitos treinamentos inicialmente para veterinários, porque, na nossa concepção, são os profissionais que devem conduzir o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

O treinamento do Senar eu conheço, é muito bom. E concordo com o senhor, acho que devem ser feitos treinamentos no Senar e no Senai a respeito do assunto. Agora, quem vai articular isso, é complicado, porque a gente também não pode.... Imaginem, já estão sendo feitos sete treinamentos, estou quebrando a cabeça para conseguir palestrante para esses treinamentos até o final do ano. Então, acho que isso deveria ser uma iniciativa do Poder Executivo, de cada município e também dos Estados.

No Rio Grande do Sul, a iniciativa partiu da Famurs, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, que está organizando os treinamentos. E nós aqui, não. O pessoal do Conselho me chamou, pediu para eu coordenar o treinamento. Vou fazer. Está dando muito trabalho, mas faço, porque acredito. Acho que daí vem a qualificação do pessoal para orientar e para executar os trabalhos.

Vou dizer a mesma coisa que disse na assembléia de Tubarão: não estou vendo a Fecam engajada. Falei com o deputado Dirceu, lá em Tubarão, que disse que iria conversar com o pessoal da Fecam. Acho que deve haver esse entrosamento. E se o Poder Executivo dos municípios e do Estado não tomar esse tipo de iniciativa, vai ficar mais difícil.

Mas concordo com o senhor. Não vou falar para o senhor que tenho agora o meio de realizar o treinamento, de disponibilizar, de chamar o pessoal, mas o Senar é bom, o Senai também.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Hilário Damaso de Oliveira.

O SR. HILÁRIO DAMASO DA SILVEIRA - Neste ato estou representando o secretário regional de Canoinhas, em nome de quem quero cumprimentar o deputado Reno Caramori, da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa.

Também quero justificar a ausência do secretário, bem como das demais autoridades de abrangência da regional. Eles estão em uma reunião com o conselho deliberativo da Aurora, no litoral do Estado; estão concentrando todos os esforços nessa negociação com a Aurora a fim de que ela passe a atuar no planalto norte catarinense. Então, quero justificar já que ele é um dos interessados - é presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Canoinhas.

Também quero parabenizar o Michel pela apresentação e dizer que vejo a possibilidade de a gente manter um contato e de repente uma apresentação simples, dinâmica, não cansativa nem monótona, mas que além de algumas especificações técnicas nos traga um consentimento e abra as coisas. Então, acho interessante a possibilidade de uma apresentação dessas no Conselho de Desenvolvimento Regional de Canoinhas, do qual sou secretário executivo - é um conselho que reúne autoridades regionais, prefeitos, presidentes de Câmaras e autoridades da sociedade civil.

Fica aqui o nosso convite. Se possível, gostaria de entrar em contato para tentar agendar uma apresentação simples, sem demora e bem dinâmica. Essa é a minha solicitação.

Muito obrigado.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Hilário, eu gostaria que você me mandasse o seu *e-mail.* Se você já tiver uma data, que nos convide com antecedência, para podermos nos programar. Se eu não puder ir, outro colega apto a colaborar nesse tema irá, com certeza.

Eu também queria dar uma sugestão: que juntamente com o Ministério da Agricultura fosse convidado o pessoal do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Infelizmente eles não puderem estar aqui, mas têm atendido todos os nossos anseios, têm colaborado bastante nesse processo de adequação para solicitar equivalência.

Então, encaminhe a solicitação para a gente com certa antecedência, para fazermos a ponte com a MDA. Podemos organizar, sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Roberto Bonfleur.

O SR. ROBERTO BONFLEUR - Sou secretário de Agricultura de Porto União e também coordeno o serviço de inspeção municipal da Secretaria da Agricultura do município.

Eu não lembro quem em Santa Catarina está organizando os consórcios do município de Maravilha. Foi falado?

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Maravilha está solicitando individualmente. A Ameosc está solicitando e a gente sabe que o pessoal de Lages (não sei qual o nome da associação) também já está procurando no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Inclusive, para eles já saiu um recurso de R$ 60 mil para a organização desse consórcio.

O SR. ROBERTO BONFLEUR - Eu estive em Chapecó numa audiência pública com o deputado Vignatti, e é bom que começam a aparecer municípios que tenham interesse; inclusive, foi discutido em dezembro passado no encontro territorial em Brasília, e o futuro logicamente vai ser esse. Agora, a gente tem uma dificuldade estrutural nos municípios, e é lógico que sem financiamento fica difícil. E é de se estranhar a Fecam não estar presente, porque sem os prefeitos nós vamos ter dificuldades.

Essa até é uma manifestação para que a Federação possa acompanhar todo esse processo junto. Numa reunião em Lages do Conselho Estadual dos Secretários da Agricultura, foi discutido justamente isso. O representante da Fecam estava lá e deu todo o apoio. Então, é até de se estranhar a ausência. Mas é uma saída e eu acredito que a gente tenha, pelo menos em Porto União, a possibilidade de buscar isso o mais rápido possível, sem dúvida nenhuma.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Acho que é a saída mesmo. Essa questão do consórcio é uma ponte, uma alternativa muito boa. Acho que a maioria, pelo menos aqui em Santa Catarina, está tendendo a utilizar essa alternativa.

Essa questão da Fecam já está até cansativa, o pessoal que está me ouvindo falar deve estar morrendo de raiva de mim, porque realmente estou sentindo falta deles. Eu sinto falta da participação deles, uma federação tão importante, com tanta atuação no Estado.

Com relação a esses consórcios, quem está tratando disso também é o MDA. O Eduardo, que é advogado do MDA, está pesquisando a fundo. Ele auxiliou a Ameosc a fazer o termo, aquela minuta do termo de instalação do consórcio. O pessoal já está trabalhando bastante nisso, já está com alguma coisa pronta e acredito que até o meio do ano que vem já deve estar saindo algum consórcio desse tipo, sim.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Com a palavra o senhor Vitor Koroll.

O SR. VITOR KOROLL - Sou médico veterinário da Cidasc de Videira, atualmente trabalho com serviço de inspeção.

Eu acho muito importante essa preocupação que está acontecendo aqui pelo seguinte: nós, da Cidasc, trabalhamos praticamente há trinta anos com defesa sanitária animal. Em torno de 1998 tínhamos seis estabelecimentos no Estado com serviço de inspeção estadual e atualmente temos setecentos. E todo esse serviço de inspeção estadual foi abraçado pelo mesmo corpo técnico da Defesa Sanitária Animal, ou seja, durante todo o tempo de experiência e treinamento sem defesa, e tivemos que assumir um novo trabalho com o mesmo corpo funcional e com pouco treinamento. Então, imaginem a nossa preocupação já com a parte do inspetor dentro das indústrias. E isso que nós não realizamos somente inspeção, nós fazemos todo o processo de fomento, de instalação e de acompanhamento da indústria, até o empresário receber o registro na mão. Agora façam idéia da preocupação do pessoal que vai vender. Quantas vezes a gente tem comentado!

Isto que o colega do sindicato de Rio das Antas colocou aqui de utilizar o Sebrae, a gente até sugeriu há pouco tempo, quando a Ideli Salvatti esteve em Videira, a questão daquela escola federal. Por que não enquadrar dentro dessa escola curso de treinamento, até mesmo para proprietários de estabelecimentos?! Treinamento do proprietário, treinamento de quem trabalha na linha de produção, porque o pessoal tem dificuldade em pegar gente para trabalhar na linha. Como aprender, com quem aprender, aprendizado sobre manipulação. Como disse o presidente do sindicato, nós queremos vender o nosso produto; eles querem vender um produto com qualidade, mas têm dificuldade de saber como fazer, onde fazer, quem vai ensiná-los a fazer. Então, nessas escolas do Sebrae.

A preocupação com relação à Fecam, que colocaste muito bem! Eu acho que esse pessoal tem que se comprometer com eles a ensinar a produzir e a vender, mas comerciar com qualidade. E nós temos uma deficiência enorme nesse contexto todo! O pessoal quer aderir? Quer aderir. Mas temos que nos unir com qualidade.

Porém, tem todo um processo! O Estado? O Estado tem que colocar profissionais para fazer o serviço de inspeção! Cabe ao Estado colocar profissionais, como eu falei anteriormente: de seis para setecentos! Com o mesmo corpo funcional que fazia outro serviço e com muito pouca instrução! Imaginem a ansiedade deles. Se a nossa existe, e com tal tamanho, imaginem a deles que querem vender!

Essa é a minha preocupação que eu queria registrar. E parabéns pela gente poder fazer encaminhamentos. Obrigado.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Bastante pertinente essa preocupação!

A gente já tem acompanhado um pouco o trabalho da Cidasc. Hoje, a Cidasc é invejada no País todo em termos de defesa sanitária, pelo *status* sanitário que Santa Catarina tem. E não é só aqui no País: muitos países não têm o *status* sanitário de Santa Catarina. Claro, era uma meta muito importante, e a Cidasc acabou se voltando muito para a área de defesa sanitária também, O fruto está sendo colhido agora!

A parte de inspeção também, como eu falei anteriormente: ela é muito reconhecida em todo o País,. Mas a gente constata que a estrutura da Cidasc é deficiente. É mesmo! No início do treinamento, em Itajaí, o Garcia estava lá e foi-lhe perguntado: "Quantos veterinários tem - fazendo a inspeção - para estes setecentos estabelecimentos?" "Ai, não sei. Acho que para inspeção, especificamente, são quarenta, mas tem outros da defesa sanitária e de outras funções que também ajudam, auxiliam na inspeção - mais ou menos uns cem", ele falou.

Hoje, o serviço de inspeção do Estado de Santa Catarina possui 270 estabelecimentos e 104 fiscais para atender aos estabelecimentos. Muitos, em torno de cem estabelecimentos, são de pescado, e mais quase cem são de leite e laticínios. Então, foi uma briga travada pelo Poder Executivo do Ministério da Agricultura no sentido de contratação de pessoal. Os Estados e as prefeituras também têm que reconhecer isso, que atualizar essa estrutura. E isso também é importante passar para os pequenos produtores. Eles têm que obter conhecimento de como acontece, como ocorre, como funciona o serviço de inspeção.

Para vocês terem uma pequena noção, uma vez o doutor Djalma Atanásio, colega nosso, de Brasília, bastante antigo, quando foi visitar a estabelecimento da Europa, teve oportunidade de ir a uma pequena propriedade de agricultura familiar. E tem alguns países da Europa que não permitem o abate de animais sem acompanhamento veterinário. Se o colono está matando um porco sem autorização, sem acompanhamento, ele está infringindo a lei! Então, ele observou a pequena propriedade: foi chamado o veterinário da região; o veterinário foi lá, matou os animais para ele, dentro da propriedade dele, e condenou uma carcaça de porco. E o proprietário ainda agradeceu por ele condenar, por prezar a saúde da família dele, porque a sua família iria ficar doente, se fosse consumida aquela carcaça!.

Então, realmente é uma concepção diferente. A gente tem que procurar fazer uma pequena mudança de concepção do que é realmente segurança alimentar. E esse exemplo é para citar como a coisa precisa melhorar e como o produtor necessita ser esclarecido, diante de como funciona o serviço de inspeção, como agem as doenças, o que ele pode estar passivo ante ser acometido.

O SR. RUI MIRAILH MENDES - Eu sou médico veterinário e atualmente respondo pela Gerência de Pecuária da Cidasc na SDR de Videira.

Desde 1996 tenho me envolvido diretamente com o serviço de inspeção. A minha grande preocupação é com a higiene desses produtos que saem dos nossos frigoríficos, das nossas indústrias de embutidos. A grande preocupação é tanto o consórcio como individualmente é com a questão de higiene.

Recentemente fizemos na nossa Regional 23 coletas de materiais em frigoríficos com inspeção estadual. Nós temos que admitir a nossa culpa, nossa máxima culpa: desses 23, 10% estavam em condições de consumo. Nos outros produtos havia algum impedimento para serem consumidos pelos humanos.

Eu tenho uma preocupação muito grande e vou dar um depoimento que é muito importante. Sou vítima de produtos industrializados vendidos irregularmente. Digo que sou vítima porque em 1994 eu comprei 1 quilo de camarão na praia de Itapema. Comemos o camarão, e hoje eu tenho uma filha que é transplantada de rins devido a esse camarão que estava estragado. Esse é o meu depoimento.

Por isso, desde 1996, sempre tenho me envolvido em inspeção. A minha preocupação é com a higiene desses produtos que saem das indústrias chamadas indústrias irregulares ou indústrias em que faltam técnicos, faltam veterinários para fazer essa inspeção bem feita. Essa é a minha grande preocupação.

Hoje eu saí dessa área, mas revolto-me violentamente contra a falta de higiene, deputado Reno, contra a falta de profissionais, para que façam o serviço bem feito.

O senhor, como deputado Reno, e a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa têm que exigir do governo uma solução para o problema que hoje enfrentamos: a falta de profissionais qualificados do Estado para desenvolverem essas atividades.

Acho importante o seu trabalho, acho necessário o trabalho que está se desenvolvendo aqui, mas é preciso que, antes de tudo isso, se pense em partir corretamente, partir certo: com o produtor preparado, com o funcionário preparado, com o técnico preparado. E que até a indústria que for qualificada, for certificada tenha todas as condições que a lei assim diz: veterinários, técnicos, auxiliares, proprietários conscientes das suas funções.

Esse era o depoimento que eu queria dar, deputado Reno Caramori.

Muito obrigado.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Às vezes, conhecemos mais gente com problema por doença alimentar do que pensamos. Quando eu estava desenvolvendo a apresentação, conversei com a prima da minha namorada e com mais um amigo e descobri duas pessoas ligadas ao nosso círculo de amizades que têm neurocisticercose e que já tiveram crises epiléticas por causa disso. A incidência é muito maior do que imaginamos. E quando eu citei, na apresentação, uma pessoa com toxicoplasmose e que está cega hoje, estava falando do meu avô. Ele não mora aqui, mora na Bahia, e está praticamente cego devido à toxicoplasmose.

Se a maioria dos produtores tivesse orientação e conhecimento necessário, certamente trabalharia a fundo para que isso não ocorresse. Estamos batendo numa palavra-chave aqui, e acho que todo mundo tem que assumir a orientação e a educação do pessoal que lida com isso, que manipula os alimentos, que fabrica alimentos para serem consumidos.

O SR. ARNO ERNO BIERHALS - Boa-tarde a todos.

Sou de Fraiburgo, e é uma grande satisfação poder estar aqui hoje e cumprimentar o nosso deputado estadual Reno Caramori, os nossos companheiros, o nosso agrônomo de Fraiburgo e os demais presentes.

Sou presidente da Albrapa, uma associação de pequenos trabalhadores rurais de duas pequenas localidades dentro do município, e tenho muito orgulho de estar aqui representando essa entidade.

Quero dizer para vocês que a minha preocupação nessa associação, criada há quatro anos, é com o bem-estar do nosso pequeno e médio produtor rural, que hoje está um pouco abandonado, é ajudar essas pessoas a permanecerem no campo. Então, a minha grande preocupação hoje e a do nosso prefeito municipal Nelmar Pinz é que essas pessoas tenham condições de permanecer no campo com aquele produto e que eles possam comercializá-lo. Como vocês aqui bem sabem, a gente não tem mais como fazer isso sem estar organizado e devidamente dentro da lei.

As nossas autoridades estão abrindo o olho para esses pequenos e médios produtores rurais no sentido de que eles possam ficar no campo e sobreviver daquilo que produzem, podendo comercializá-lo. Por isso, quero parabenizar o nosso deputado. Essa é uma iniciativa que hoje me deixa feliz, pois sei que temos alguém que se preocupa em deixar os nossos pequenos e médios produtores onde nasceram e onde gostam de trabalhar.

Espero, também, que os demais profissionais que hoje se encontram aqui possam vestir a camisa em prol do pequeno e do médio produtor, que hoje está descamisado e que não tem mais como permanecer no campo se algo não for feito. Quando eu vinha para cá, até disse que daqui a cinco anos, ou talvez nem isso, com as leis que hoje estão aí, se não nos adequarmos, não vai mais existir pequeno e médio produtor rural. Vocês hão de convir comigo que vai ser isso. E o que vamos fazer com essas pessoas lá na cidade se a gente ouve falar que as cidades já estão cheias de pessoas que não têm o que fazer?

Então, deputado, mais uma vez eu o parabenizo pela preocupação em trazer para a nossa região essa iniciativa, para que se possa deixar o nosso homem do campo no seu lugar, mas com condições. Uma das minhas grandes preocupações, e talvez dos demais que estão aqui, hoje, são os recursos financeiros para se poder fazer isso, porque se não houver recursos para pelo menos serem financiadas essas obras, como o nosso pequeno e médio agricultor vai conseguir fazer isso aí? Hoje os nossos profissionais... Tenho grande satisfação em dizer a vocês que a Prefeitura de Fraiburgo dispõe hoje de quatro profissionais desses, e é lei no nosso município a prefeitura arcar com as despesas deles. É de grande ajuda, quero crer, tê-los no nosso município.

Recentemente, tive a grata satisfação de conhecer uma localidade onde funcionam essas microempresas, esses pequenos empreendimentos, por exemplo, Planalto Alegre. E não é preciso grande investimento para o pequeno produtor, quero crer assim, subsistir num lugar onde ele possa trabalhar e vender os seus produtos, dentro daquilo que deve ser feito.

Meus parabéns, deputado.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Que bom que você conhece o local. Aquele lá eu só conheço por foto. E apesar de o empreendimento ser pequeno, de não ter muito custo, ouvi falar que o pessoal lá é muito profissional, muito preparado. Disseram que o dono que tem um caderninho onde tem tudo anotado: quantas aves chegam, quanto cada uma pesou, quanto ele gasta de luz, de gás. O cara está virando um profissional.

Então, por isso que falei que lidar com segurança alimentar não é brincadeira. A produção de alimentos não é brincadeira, você tem que estudar e se comprometer com aquele empreendimento.

O Jurandir pediu que eu justificasse a sua ausência e disse-se que... Até trouxe um folheto que ele distribuiu lá em Tubarão, para vocês lerem, sobre o Plano Safra 2007/2008. Para Santa Catarina, tem um R$ 1,4 bilhão disponível para o Pronaf. É muito dinheiro, gente. E tem plano para todos os tipos de empreendedor; há aqui uma quantidade de planos.

Ele mostrou uma prévia da apresentação que faria lá, e acho que, no mínimo, um agricultor tem condição de conseguir R$ 30 mil com juros de 6% ao ano. São juros baixos, e é uma quantia que, dependendo do estabelecimento, dá uma boa ajuda. Claro, as cooperativas conseguem muito mais, porque essa quantia é por cooperado, por integrado.

Então, acho que tem condição, sim. Mas o cara tem que estar disposto a trabalhar duro e se profissionalizar, encarar um empreendimento como uma coisa séria. Não é para brincadeira, não, é coisa séria mesmo!

O SR. JOSÉ JAIRO DEMERECK - Sou secretário de Agricultura de Curitibanos, e com referência a esse recurso que você fala do governo federal, gostaria de dizer que isso aí é uma armadilha muito grande que é proposta em rádio, televisão, jornal, porque na hora da prática é muito diferente.

Há uma burocracia muito grande para você conseguir tirar esse dinheiro. Eu tenho R$ 55 mil do governo federal relativos à seca de três anos atrás que não consegui liberar até hoje. Então, a burocracia é muito grande, tem que melhorar a maneira como esse recurso chega à mão do produtor. Não adianta você ter o dinheiro lá e demorar três anos.

É o seguinte: para quem vende hoje já o crédito, o governo federal, através desses programas federais, não entrega mais, porque depois que o produtor entrega ali, até virem fazer a fiscalização e chegar o dinheiro na mão do vendedor, vai de oito a dez meses.

Então, o que tem que ser feito é a gente conseguir tirar um pouco dessa burocracia. O pedido que a gente faz para o deputado, parabenizando-o pela audiência pública, é que esses recursos venham e que não seja tão difícil eles chegarem à mão do produtor. De outra maneira não adianta. Se você pede a verba e ela demora a chegar, o produtor fica mais brabo porque não tem a verba ainda.

Obrigado.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Eu concordo com o senhor. Fui dar um recado para um colega e acabei entrando numa situação difícil, mas concordo com o senhor.

Em que termos esse recurso está sendo disponibilizado, infelizmente, não posso passar para o senhor, mas também acho que tem que haver uma maneira fácil de ele ser disponibilizado para o agricultor. Concordo com o senhor, mas quem pode responder isso melhor é o pessoal do Ministério do Desenvolvimento Agrário; eu, na verdade, me meti numa enrascada aqui agora.

O SR. ANTÔNIO MOACIR DAROL - Sou prefeito de Frei Rogério.

A gente percebe que agora tanto o Ministério Público quanto os órgãos estaduais e federais estão com uma vontade grande de possibilitar que o produtor consiga se adequar e agregar valor aos produtos agrícolas. Isso vai ser de fundamental importância para a permanência do homem no campo e, com isso, evitar o êxodo rural.

Até era para estar presente aqui um produtor que há alguns anos tentou pegar e adequar uma indústria para aproveitar as frutas de descarte e industrializá-las. Por falta de orientação, ou, talvez, por falta de vontade dos técnicos que foram lá orientar, só depois de a edificação estar pronta eles disseram que tinha que ter um pé-direito de 4 metros de altura.

Eu não entendo, não vejo por que uma instalação para processar frutas de descarte e transformá-las em doces ou em algum tipo de enlatado deveria ter um pé-direito de 4 metros de altura.

Eu acho que essa ação, que essa vontade que hoje a gente vê que realmente está acontecendo (porque, pelas imagens, aquele abatedouro de frangos lá não deve ter um pé-direito muito alto), será realmente um passo importante para que o produtor rural consiga agregar valor aos produtos, senão ele acaba pegando, produzindo e vendendo primariamente seus produtos, sem agregação de valor, o que torna a propriedade inviável.

Parabéns por essa ação que vocês estão desenvolvendo.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Em termos de fiscalização de produtos vegetais, também não vou ter muito a oferecer aqui, a minha parte está relacionada a produtos animais, mas acho que as principais questões relacionadas à impossibilidade de registro de estabelecimentos e tudo são referentes às práticas mesmo de fabricação. Eu prezo e defendo você dar uma instrução de boas práticas de fabricação, e se aquele processo correr sem nenhum risco, é o suficiente.

Em relação àquele frigorífico de aves, não sei qual é o tamanho; realmente não sei dizer para o senhor. Existem questões como a do bovino, que falei para o senhor, que aí a gente não pode abrir mão, porque é questão de regulamento previsto em lei, e também porque eu não vou questionar um critério que vários técnicos muito mais experientes do que eu determinaram. A gente reconhece que para os bovinos tem que ter um pé-direito alto para eles não ficarem arrastando no chão. Mas acho que o principal quesito a ser observado é realmente a questão de boas práticas, de treinamento e de eliminação de riscos no decorrer do processo.

O SR. ALFREDO SEIBEL FILHO - Gostaria de pedir que fosse feito o curso através do Senar. Seria bastante importante fazer uma proposta, um anteprojeto para desenvolver uma cartilha, para que o Senar possa se orientar, e não [precisa ser] com o máximo detalhe, com os mínimos itens ali. Se isso for possível, talvez tenha condições de entrar em contato com o Senar; se não, posso intermediar.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Alfredo, já está em desenvolvimento a cartilha do Sisbi. É uma cartilha para serviços de inspeção municipal e estadual para adesão ao Sisbi. Eu não recebi nenhum exemplar, mas, pelo que comentei com o pessoal de Brasília, já está confeccionada, só não sei se já está impressa.

(*O prefeito Alfredo Seibel Filho manifesta-se fora do microfone: "Não está em circulação?"*)

Não, não está em circulação.

O senhor falou a coisa certa: informação. A gente é muito deficiente em informação aqui no País, até em informações ao consumidor. Ele não sabe quais são os seus direitos, quais são os padrões de alimentos. Então, acho que também é muito importante a gente olhar para esse lado de informações ao consumidor.

Até o final do ano, deve ser publicada uma cartilha, no Diário Catarinense, do Ministério Público. O Ministério Público lavrou um termo de ajuste de conduta com o Diário Catarinense, que ficou obrigado a fornecer um espaço no jornal para a cartilha, que ocupará quatro páginas inteiras. O Ministério Público nos procurou, e estamos formulando essa cartilha só sobre produtos de origem animal, para informar o consumidor. A rotulagem e o Sisbi também estarão incluídos. Iniciamos há duas semanas, e é possível que nos próximos meses se dê uma parada, porque o pessoal do Diário pediu um tempo para formalizar a gráfica, para organizar a página. Mas deve estar saindo.

Mas essa cartilha do Sisbi o senhor pode esperar, ela já deve estar na prensa.

O ESTUDANTE ANDERSON TOREZAN - Sou da Secretaria de Agricultura de Caçador.

Primeiramente, Michel, gostaria de parabenizá-lo pela apresentação.

Estou cursando a 6ª fase de Química Industrial de Alimentos, e, pela grade curricular, a gente aprende todas as análises físico-químicas e microbiológicas. Eu gostaria de saber se é apenas o médico-veterinário que pode realizar a inspeção. Ou o químico industrial de alimentos também pode realizar, como de leite e derivados, mel, algo assim?

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Anderson, infelizmente, pelo que rege a legislação da Medicina Veterinária, a inspeção de produtos de origem animal só pode ser feita pelo veterinário. Um engenheiro-químico ou um químico pode atuar como responsável técnico de indústria.

É um campo muito amplo, e a gente sente deficiência também de responsável técnico, principalmente atuante. O que se nota é que existem muitos responsáveis técnicos que só estão lá para assinar, não executam os controles, não acompanham de perto como acontece o processamento da indústria.

Eu sei que tem uma reivindicação do Conselho de Química com relação a essas indústrias de laticínios. Em Minas Gerais, eles já conseguiram, porque o pessoal do Conselho de Medicina Veterinária entrou com uma ação e o pessoal do Conselho de Química entrou com outra. Isso aí é bastante divergente.

Acho que se você entrar em contato com o seu conselho profissional, eles vão poder orientá-lo melhor. Mas conheço muitos químicos que trabalham em indústrias de produtos processados e industrializados.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Estão todos sem dúvida? Que bom!

Michel, acho que é importante essa opinião da cartilha, que já está sendo confeccionada.

Meu amigo de Fraiburgo, tenho aqui o endereço do Jurandir Gugel, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, e é bom fazer um contato com ele sobre aquilo que tu observaste.

Sei que está faltando material humano, já está anotado aqui, e vou fazer uma indicação parlamentar, através da Comissão de Agricultura, para o governador, porque já venho insistindo muito que a Cidasc tem que ser ampliada. Hoje ela é uma empresa da qual podemos falar de boca cheia, porque tem técnicos de alta capacidade, mas estão faltando. Muita gente já se aposentou, Michel, e não foi substituída; então, precisamos realmente ampliar o quadro de técnicos, de veterinários da Cidasc, bem como da Epagri. Mas hoje estamos tratando aqui da Cidasc, e vamos fazer isso.

Quem não quer se alimentar bem? Quanta gente foi vítima de contágio por vírus, por bactérias na alimentação anos atrás e ainda sofre as conseqüências? Vou fazer um contato com o presidente da Fecam, a quem conheço bem, para ele agilizar junto aos municípios esse entrosamento entre União, Estado e municípios para viabilizar a implantação desse projeto.

Queria lhe fazer uma pergunta, até porque não escutei aqui, mas é só para esclarecimento: o município pode fazer um consórcio com a Epagri e a União, através do Estado ou município, e como ficam os recursos para a implantação, digamos, de um matadouro numa comunidade, ou de uma pequena indústria? O senhor falou que tem recursos, e o meu amigo de Curitibanos falou que existe uma burocracia muito grande que dificulta a liberação dos recursos. Isso aí tem como também agilizar?

Então, são importantes essas audiências públicas justamente para isso, para sabermos onde estão os entraves e poder agilizar. Muitas vezes não sabemos o que está ocorrendo no dia-a-dia em cada atividade. O Michel também está na outra área e não sabe, não é obrigado a saber, nem tem condições de saber tudo. Por isso que se realizam as audiências públicas, para esclarecer, trocar idéias e levar as opiniões de vocês, as reclamações, as sugestões, as idéias, para que possamos agilizar o processo. Isso é muito importante, por isso agradeço a participação de vocês.

O Michel já deixou o endereço eletrônico dele para qualquer eventualidade. Tenho certeza de que ele é um lutador e que tem interesse de que esse projeto tome um rumo certo e rápido, por isso ele tem se deslocado... Michel, você achou que Caçador era mais perto? É longe! E as BRs também não estão muito boas, mas é uma realidade.

Mas vocês podem contar com o que for de competência da Comissão de Agricultura e Política Rural. Fui dois anos presidente, sou vice-presidente agora, e estamos dando uma conotação diferente. Felizmente, todos os deputados têm interesse no nosso trabalho na Comissão de Agricultura, que tem demonstrado que precisamos segurar o homem no campo.

A tua observação foi excelente, e sempre repito nas minhas falas que se as autoridades não ajudarem o colono a botar dinheiro no bolso, ele não fica na roça, vai embora, vai procurar outra atividade. O colono, o homem do campo tem que botar dinheiro no bolso, se ele não tiver lucratividade, não tiver opção, vai procurar outro caminho, e daqui a pouco quem vai plantar e colher para nos dar de comer? Então, é complicado!

Portanto, acho que nós e as autoridades competentes temos uma grande obrigação. O governo federal está impulsionando bem, os programas são muito bons, temos acompanhado; agora, temos que desenvolver esses programas.

Sobre esse problema da inspeção, venho brigando desde a minha primeira legislatura. Quando falo com um veterinário da Cidasc, o assunto é esse, porque há essa necessidade. E é assim que vamos fazer com que o pequeno produtor tenha condições de agregar valor na sua propriedade. Vai-se lá numa associação de agricultores, cria-se uma sociedade....

Em Porto União já existem alguns exemplos, temos lá a Thormann, de embutidos, tudo nos trinques. É bom isso aí, é importante. Em Caçador, temos algumas coisas nessa área de sucos, de massas açucaradas, mas também dentro desse critério.

Alguém mais quer fazer qualquer observação?

Isso aqui é uma reunião de trabalho para resolvermos ou tentarmos solucionar os problemas. Queremos que vocês nos mostrem os problemas para que possamos trabalhar em cima disso.

O SR. MICHEL TAVARES QUINTEIRO ASSIS - Deputado, quero mais uma vez agradecer essa oportunidade e enaltecer a iniciativa da Assembléia de realizar essas ações.

Estou à disposição através do meu endereço, do telefone da Superintendência de Agricultura em Florianópolis, para eventuais orientações e demais esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Reno Caramori) - Obrigado, Michel. Agradeço mais uma vez a tua boa vontade.

Quero agradecer ao pessoal da taquigrafia, ao pessoal da Comissão e deixar um agradecimento especial a vocês que vieram a Caçador hoje participar desta audiência pública. Acho que faltou muita gente, devia ter vindo muito mais, mas acho que quase todos os municípios estão representados. Porque isso é muito importante, minha gente, vocês viram aqui quantas questões foram levantadas, e é isso que precisamos.

Nada é tão fácil assim para realizar, mas se nós nos abraçarmos, se lutarmos, cada um dentro da sua área, temos condições de levar esse projeto a bom termo.

Estou à disposição na Assembléia, e acho que a grande maioria sabe o nosso telefone e endereço. O Michel também já deixou o seu endereço; então, para qualquer coisa, vocês nos procurem.

Por favor, não fiquem na dúvida! Digam aos prefeitos de vocês, às autoridades competentes dos municípios, à Câmara de Vereadores que é muito importante agilizarmos isso e criarmos um mecanismo, seja através de consórcio, seja através de parcerias, para viabilizar isso nas nossas prefeituras.

Não havendo mais quem queira se manifestar, agradecemos a presença de todos e damos por encerrada mais esta audiência pública.

DEPUTADO RENO CARAMORI
PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PARA DISCUTIR SOBRE AS QUESTÕES PERTINENTES À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DE CHAPECÓ, PALMITOS E PINHALZINHO, REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 9H, NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Vamos dar início à nossa audiência pública.

Bom-dia, e sejam todos bem-vindos - estudantes, professores, lideranças representando diferentes entidades nesta audiência. Em nome da Assembléia Legislativa agradecemos a presença de todos, através da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos o professor Antônio Waldimir Leopoldino da Silva, diretor-geral do Centro Educacional do Oeste, *campus* da Udesc Oeste; o anfitrião, professor Élio Antônio Maldaner, diretor-geral da Faculdade Exponencial de Chapecó; o vereador Marcelino Chiarello, representando a Câmara de Vereadores de Chapecó, e apoiador deste evento; a professora Luciana Carminatti, que na época da instalação da Udesc era secretária de Educação aqui em Chapecó, neste ato representando o deputado federal Cláudio Vignatti; o deputado federal Celso Maldaner; o senhor Celso Knapp, prefeito de Palmitos, é um dos lugares onde tem o curso de Enfermagem (e anunciamos já a presença do vice-prefeito de Palmitos, senhor Darcy Bortolotti); o Edenilson do Nascimento Petter, tesoureiro da UCE, representando os estudantes; o senhor Caio Mateis França dos Santos, presidente da Umes de Chapecó; o Jean Carlos Palavro, do Centro Acadêmico de Zootecnia da Udesc e o senhor Nemésio Carlos da Silva, representando o prefeito de Chapecó, João Rodrigues.

Não sei se tem cadeira para todos aqui na mesa dos trabalhos, mas vou anunciando a presença e as lideranças vão se acomodando aqui conosco: Maria Helena Kronhardt, da Secretaria de Educação de Pinhalzinho; Alvete Pasin Bedin, coordenadora do Sinte Regional de Chapecó; Edson Malacarne, presidente do DCE da Faculdade Exponencial de Chapecó; Geromil Matte, presidente da Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio; Valdemar Dreher, delegado do orçamento participativo, Santo Antônio; Everton Pedrozo da Silva, representando o Grêmio Estudantil da Escola Luiza Santin; Ligiane Rocha, presidente do Grêmio Estudantil Marechal Bormann; Sérgio Bedin, vereador de Nova Itaberaba; Léo, assessor da Câmara de Vereadores de Chapecó; Adil Knackfuss Vaz, diretor do CAV-Udesc, de Lages; Maria Helena Kronhardt, da Secretaria de Educação de Pinhalzinho, representando o prefeito de Pinhalzinho; e vereadora Márcia Rejâne Hirsch, de Palmitos. Obrigado pela presença de todos.

Durante a audiência pública vamos anunciando as demais representações.

Neste momento eu gostaria de combinar com os representantes da mesa e com a plenária quanto tempo teremos para esta audiência. Como são 9h30min, todos concordam que tenhamos duas horas de audiência pública, até as 11h30min?

(A plenária se manifesta favoravelmente.)

Com essa combinação de duas horas, temos que limitar o tempo das intervenções, para que todos nós, tanto os representantes da mesa e principalmente vocês que estão na plenária, que são os responsáveis e os atores principais desse processo, tenhamos a oportunidade de ouvir o máximo os estudantes, os professores, as lideranças pelo menos das comunidades em que estão localizados os três cursos da Udesc, a representação da Udesc, a Assembléia Legislativa, o deputado federal, os representantes das prefeituras e das câmaras, para que a gente possa democraticamente fazer uma boa audiência pública.

Então, cada representante aqui da mesa terá de três a quatro minutos cada um para a sua manifestação, totalizando assim uns quarenta minutos; e em seguida daremos uma hora e vinte minutos para os representantes da plenária.

Estamos também filmando toda esta audiência pública, que vai ser divulgada pelo Estado todo; temos aqui os nossos servidores, profissionais da taquigrafia, que vão anotar todas as nossas falas, e também está sendo gravado, para darmos publicidade oficial da Assembléia Legislativa desta audiência pública. Em nome da Comissão de Educação, da qual sou vice-presidente, desejo boas-vindas a todos.

Vou dizer rapidamente os motivos que nos levaram a fazer esta audiência pública, e em seguida passaremos a palavra aos representantes da mesa.

A motivação desta audiência pública é que as comunidades se mobilizaram, e muito, para conquistar a Udesc no oeste de Santa Catarina. Depois de trinta anos de luta conquistou-se o *campus* da Udesc no oeste. Essa foi uma vitória importante e fundamental para o oeste de Santa Catarina. Essa foi a primeira conquista, da instalação de Engenharia de Alimentos em Pinhalzinho, Enfermagem em Palmitos e Zootecnia aqui em Chapecó. E todos sabem de toda a luta, de quem participou e de quem se envolveu. Na época eu era prefeito de Chapecó e tive a grata alegria de estar junto nessa mobilização com a Reitoria, com o Antônio, que caminhava junto na comissão para implantar a Udesc aqui no oeste.

E agora perguntamos: qual é o futuro da Udesc? Vamos manter esses cursos, vamos manter essas estruturas que estão aí? Vamos construir novos cursos, novos *campi*, novas vagas? Em que área? Para que direção vai a Udesc no oeste? Como estão os cursos existentes? Qual a avaliação dos estudantes, dos professores, da direção do *campus* daqui e de outros *campus* da Udesc? Qual a avaliação que fazem aqui do nosso *campus?*

Qual é o futuro da Udesc? Vamos transformá-la num grande *campus* com força, com estrutura laboratorial, com biblioteca, com novos cursos, com novas vagas? Vamos transformá-la numa universidade estadual pública nossa, do oeste, conquistando a autonomia e independência da própria Udesc? Qual é o futuro da Udesc?

Então, são essas as maiores razões que nos motivaram a estar aqui conversando com vocês. E é nessa liberdade, nessa serenidade, nessa democracia que todos aqui estão convidados para manifestar as suas posições.

Com essa introdução vou passar a palavra aos representantes da mesa, não o fazendo pela ordem hierárquica, começando primeiramente com o nosso anfitrião.

Com a palavra o senhor Élio Antônio Maldaner, diretor-geral da Faculdade Exponencial de Chapecó.

O SR. ÉLIO ANTÔNIO MALDANER - Bom-dia a todos. É uma satisfação, em nome da Faculdade Exponencial, acolhê-los. Sejam todos bem-vindos.

Gostaria de dizer que, como instituição privada, nós somos a favor, sim, do ensino público de qualidade e gratuito. Também gostaríamos de dizer que todas as pessoas responsáveis nesse momento que lutam para o benefício dos estudantes olhassem com muito carinho para todos eles, sejam da Udesc, das instituições chamadas comunitárias ou instituições privadas.

Nós sabemos, com toda certeza, que existem hoje instituições comunitárias que têm posturas às vezes mais do que certas instituições chamadas privadas. E também existem hoje em Santa Catarina instituições que são privadas, mas têm posturas às vezes mais comunitárias do que certas comunitárias.

Com isso eu quero dizer que as instalações, os espaços físicos da Faculdade Exponencial sempre serão comunitárias e abertas para todos os segmentos da nossa comunidade, quer seja de Chapecó ou da região. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Élio.

Passamos a palavra ao diretor da Udesc, professor Antônio. Pela condição dele de diretor, que acompanha todo o *campus* da Udesc, eu acho que poderemos estender o seu tempo para mais cinco a seis minutos, para os membros da mesa poderem sentir como o diretor da Udesc está avaliando o *campus* neste momento.

Com a aquiescência dos demais membros da mesa, passamos a palavra ao professor Antônio Waldimir Leopoldino da Silva, diretor-geral do Centro Educacional do Oeste, *campus* Udesc Oeste.

O SR. ANTÔNIO WALDIMIR LEOPOLDINO DA SILVA - Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o deputado estadual Pedro Uczai, que vem fazendo um trabalho incansável em nome da expansão do ensino público e gratuito no Estado de Santa Catarina e, em especial, na nossa região. Tanto é verdade que tem lutado muito pela consolidação, pela regulamentação do artigo 171 da Constituição estadual; e tem lutado especialmente para que nesse fundo de manutenção e apoio ao ensino superior a Udesc tenha uma parcela de recursos para cada vez mais se interiorizar.

Então, a minha saudação, os meus cumprimentos, os meus agradecimentos, deputado Pedro Uczai, pelo incansável trabalho que tem feito na Assembléia Legislativa em nosso nome.

Gostaria também de cumprimentar os demais membros da mesa, todas as autoridades presentes, os nossos alunos em especial, os nossos professores, os nossos servidores, imprensa, enfim, o público em geral.

A Udesc chegou em 2004 na região oeste, criou três cursos, que todos os senhores bem conhecem, e vem desde lá fazendo o máximo esforço possível para consolidar esses cursos. É claro que começar uma estrutura totalmente nova numa região onde não havia ainda nenhum início de trabalho da Universidade é bastante complexo.

Nós temos feito o possível para dar as melhores condições ao *campus*; temos já o prédio de Pinhalzinho praticamente pronto, faltando apenas alguns ajustes; temos o prédio de Palmitos totalmente concluído, entregue para uso pleno da comunidade universitária; temos o processo de licitação do prédio de Chapecó saindo nos próximos dias, segundo definição da equipe da Reitoria, um projeto cuja construção deve se iniciar já este ano, para finalizar no ano que vem.

Temos contratado professores, temos feito concursos - esperamos imediatamente concurso para servidores -, enfim, temos tentado dar as melhores condições equipando laboratórios, adquirindo material bibliográfico, tentando fazer com que a Udesc no oeste tenha a qualidade bastante reconhecida, como em outras regiões do Estado. É um trabalho árduo, muito difícil, mas nós já sabíamos que seria assim. Estamos bastante cientes das dificuldades e lutando, evidentemente, para enfrentá-las.

Mas o que eu gostaria realmente neste momento, nesta audiência pública, é de ouvir da comunidade, dos nossos alunos, da população em geral o que pensam para o futuro do nosso *campus*. O nosso *campus* hoje se debruça sobre uma questão fundamental: como crescer? Que nós vamos crescer, não temos dúvida. Que nós vamos permanecer no oeste, isso é algo absolutamente certo. Mas a questão toda é: como crescer?

Nós devemos ter um *campus* que seja multidisciplinar, como ele é até o momento, com um curso na área das ciências agrárias, o curso de Zootecnia? Um curso na área das ciências exatas, das indústrias, como Engenharia de Alimentos? E um curso na área de serviços, na área da saúde, que é Enfermagem? Devemos continuar com um leque dessa natureza, ou devemos especializar o *campus*?

Há vantagens e desvantagens nos dois modelos. Se nós mantivermos um *campus* bastante diversificado, com certeza teremos maiores chances de atender à população, às necessidades, às demandas da população. Mas se tivermos um *campus* vocacionado, poderemos talvez utilizar estruturas, fazer a excelência mais facilmente, porque um curso acaba colaborando com outro - e do crescimento conjunto de todos, o progresso e a excelência acabam aparecendo.

Essa é uma pergunta que eu até gostaria de ter respostas ou pelo menos encaminhamentos no dia de hoje. Não temos absolutamente certeza de nada na universidade ainda quanto ao nosso crescimento. Estamos estudando formas de crescer e hoje esta audiência pode nos dar as respostas de que precisamos. A única certeza que eu tenho, deputado Pedro e demais colegas, e essa certeza quem me ensinou foram os alunos da Udesc, é de que Enfermagem é do oeste, é do CEO (Centro Educacional do Oeste) e daqui não sai; Engenharia de Alimentos é do oeste, é do CEO e daqui não sai; e Zootecnia é do oeste, é do CEO e daqui também não sai. Essa é a única certeza que eu tenho.

Nós temos que a partir daí, desses três cursos, consolidar o crescimento da universidade. Devemos também discutir se a universidade deve ficar nesses três pólos que existem hoje, em Chapecó, Palmitos e Pinhalzinho, ou se deve expandir-se para outras regiões?! Seria um crescimento caro, mas talvez necessário para realmente oferecer o ensino público e gratuito para todas as regiões do Estado.

Devemos invadir o extremo oeste? Devemos chegar a São Miguel do Oeste e região? Devemos também expandir nossos braços para a região meio-oeste, Joaçaba ou cidades circunvizinhas, ou devemos permanecer em nossas três sedes e aqui então centrar forças? São perguntas que a Udesc Oeste não tem respostas, mas que quer ver hoje quem sabe alguma indicação.

Por fim, eu gostaria de dizer que a Udesc Oeste vê como muito salutar, com bons olhos, apóia e incentiva o crescimento ou o surgimento da universidade federal em nossa região.

Aqui temos a Luciana Carminatti, que representa o deputado Cláudio Vignatti, um lutador, um batalhador por essa causa, como outras tantas pessoas.

A Udesc, quando começou a planejar sua chegada aqui em 2002, 2003, sofreu enormes pressões, as mesmas pressões que hoje são feitas contra a Universidade Federal. Nós estamos aqui, conseguimos vencer e daqui não sairemos mais. Eu tenho certeza de que a universidade federal será uma realidade e a Udesc apoiará essa nova universidade, será parceira dela. O nosso crescimento também tem que observar o surgimento dessa universidade que, certamente, em breve estará conosco.

Inicialmente eram essas as minhas palavras, e fico à disposição para os esclarecimentos, para as respostas ou questionamentos que com certeza serão feitos ao longo desta audiência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Antônio.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, com alegria queremos convidar para fazer parte da nossa mesa o nosso colega do Parlamento catarinense, deputado Herneus de Nadal; e também o Antônio Galina, secretário regional de Maravilha.

Quero anunciar a presença do Pedro, do Centro Acadêmico de Engenharia de Alimentos da Udesc, de Pinhalzinho; do Jonatas, do Centro Acadêmico de Enfermagem, de Palmitos; do Paulo Monarin, da Cresol de Chapecó; do Edgar Kremmer(?), presidente do Sindicado da Agricultura Familiar; do Cleber Juviatti, presidente da Cooper Familiar; do Roberto Cordazzo, assessor do deputado estadual Dirceu Dresch; e do Ruben Prass, da CDL de Palmitos. Obrigado pela presença.

Passo a palavra imediatamente ao deputado federal Celso Maldaner, por três minutos.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CELSO MALDANER (Chapecó/SC) - Quero parabenizar o proponente desta audiência pública, deputado Pedro, pela iniciativa; o deputado Herneus; na pessoa do prefeito de Palmitos, quero cumprimentar todos os representantes de Chapecó, de Pinhalzinho, de Palmitos, os vereadores, o vice-prefeito de Palmitos; cumprimentar o nosso primo Élio, empreendedor; também o Otávio, professor da universidade lá de Ijuí; na pessoa do Antônio, cumprimentar todos os educadores e estudantes; e o Antônio Galina, representante do governo do Estado.

Esta é uma oportunidade ímpar e eu gostaria de destacar essa parceria, pois me chamou atenção, numa universidade, aqui na Faculdade Exponencial em particular, acontecer um ato público com a Udesc e com a Universidade Federal. Que bonito! Que quebra de paradigma! Parabéns, Élio, pela iniciativa de estarmos reunidos aqui.

Para ser bem objetivo: Zootecnia em Chapecó.

Esta semana tivemos uma audiência pública lá em Brasília sobre ovinocaprinocultura. E eu começo a pensar, temos que mexer com o nosso Sebrae em Santa Catarina, aqui na agricultura familiar. Eu, que sou relator da Subcomissão Permanente da Agricultura Familiar, era para estar hoje no Maranhão e segunda-feira em Belém, em audiências públicas sobre este assunto.

Chamou-me muito a atenção por ser mais uma opção que teríamos para desenvolver na nossa região, mexer com o Sebrae em outros Estados. Destaca-se muito sobre como evitar o êxodo rural, porque é mais uma fonte de renda, e profissionalizar a questão de ovinocaprinocultura - só para dar aqui uma sugestão. Também o curso de Engenharia de Alimentos em Pinhalzinho é interessante. Acho que tudo isso agrega valor.

Eu estava aqui pensando: gestão ambiental, eu não sei como está hoje, é um assunto do momento. Por exemplo, se nós discutirmos aqui sobre time de futebol a gente não chega a um consenso, principalmente aqui, porque quem não é da Chapecoense é do Grêmio ou do Colorado. Não vamos discutir futebol, porque é um assunto polêmico. Não vamos discutir religião, pois quem não é católico é evangélico. Agora, se eu perguntar para o industrialista, para o empreendedor, para o produtor: você é a favor de água potável? Com certeza! E se eu perguntar para um ambientalista: Você é a favor de água potável? Com certeza!

Então, essa questão ambiental é fundamental hoje. Desenvolvimento sustentável, que surgiu em 1987, já foi a primeira carta mundial, encabeçada pela ex-ministra da Noruega. Desenvolvimento sustentável, quer dizer, atender as necessidades atuais sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Quem sabe é um tema interessante da nossa Udesc começar a pensar também. Porque hoje nós temos Zoneamento Ecológico-Econômico no País, temos 11 biomas, estamos trabalhando em cima disso - e o nosso Zoneamento Ecológico-Econômico é fundamental.

Há poucos dias teve uma audiência pública aqui em Chapecó, parabéns deputado Herneus pela iniciativa, sobre a questão ambiental. Acho que é importante cada município ter esse zoneamento. Inclusive já aprovamos na Comissão de Agricultura e nos próximos dias quem sabe vamos conseguir aprovar no Congresso nacional essa questão, dando autonomia para os Estados e para os municípios. Estamos fazendo o código catarinense, descentralizando, dando autonomia para que cada município possa decidir de acordo com as suas peculiaridades. Porque a questão da reserva legal, que é 20%, não se abre mão; a questão das APPs (Áreas de Preservação Permanente), que não entram nos 20% - temos que discutir; a questão do crédito de carbono; quer dizer, são assuntos interessantes.

Eu só estou dando, deputado Pedro, quem sabe uma sugestão. Parabéns pelos três cursos que já temos, mas acho que é importante.

Lembramos aqui os estudantes sobre a LDO; já lembramos sobre o sistema Acafe; lembramos também sobre a nossa Mercosul (estive em Curitibanos e me cobraram a Universidade do Planalto Serrano, estão pedindo emendas coletivas); sobre a questão do saneamento rural; sobre os hospitais regionais; e agora, no dia 8, teremos o PPA do qual, inclusive, o deputado Cláudio Vignatti é relator. Aqui em Chapecó vamos ter uma reunião da Comissão de Agricultura de Brasília na Efapi na parte da manhã, mas à tarde teremos a discussão do PPA dos três Estados do Sul, que é muito importante - e a gente precisa ouvir também.

Eu quero deixar o nosso *site* à disposição depois, para ouvir sugestões, como já fizemos esses dias na Câmara de Vereadores de Chapecó.

Então, são tantos assuntos importantes que a gente gostaria... Mas agradeço a oportunidade. Parabéns por esta audiência pública, que com certeza vai ser muito produtiva.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. ANTÔNIO WALDIMIR LEOPOLDINO DA SILVA - Obrigado, deputado Celso Maldaner.

O deputado Pedro Uczai, que está presidindo a mesa, precisou sair para dar uma entrevista, e estou aqui fazendo às vezes de mestre-de-cerimônias.

Então, gostaria de passar a palavra agora ao vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó.

O SR. VEREADOR MARCELINO CHIARELLO (Chapecó/SC) - Bom-dia a cada um e a cada uma.

Quero cumprimentar o deputado Pedro Uczai por esta audiência, pois é importante ressaltar o debate em torno da universidade do oeste de Santa Catarina, da Udesc aqui na nossa região; cumprimentar o *campus* de Palmitos; o *campus* de Pinhalzinho; e nós aqui de Chapecó, que também fazemos parte desse *campus* de Zootecnia.

Nós temos que, a partir de agora, num segundo momento, uma vez que a Udesc se consolida aqui no oeste de Santa Catarina, discutir sim quais são os rumos da Udesc, dizer para onde queremos caminhar.

Foi muito feliz o professor Antônio em levantar todas essas problemáticas daqui para a frente, ou seja, os novos desafios, os novos cursos, as novas vocações que queremos para Udesc, para que possa se consolidar enquanto incentivador e fomentador do desenvolvimento social econômico da nossa região; para que seja um potencial de novas tecnologias; que seja um potencial de surgimento da qualificação e da capacitação dos nossos trabalhadores e filhos de trabalhadores da nossa região, com o foco central.

Eu acho que está na hora de, a partir de agora, criarmos um grande fórum Pró-Udesc na nossa região, envolvendo toda a nossa região, e a partir daí começarmos junto com a Udesc - a sociedade civil organizada, que está muito bem representada aqui nesta mesa e também na plenária desta audiência; a própria universidade, que é parceira e está se colocando à disposição, que está aberta a proposições, ao debate, ao diálogo; e também envolver o governo do Estado de Santa Catarina no que diz respeito a discutir o financiamento público dessa universidade.

Esta universidade tem que ter o caráter público, *status* de universidade, como a Udesc *campus* de Florianópolis; tem que buscar a sua autonomia; o seu próprio gerenciamento; tem que ter suas próprias verbas; e poder a partir daí estar se constituído e se consolidando cada vez mais.

Sabemos da luta pela construção do *campus* em Chapecó; da luta pela aquisição do terreno; da doação do terreno, na qual a municipalidade foi parceira da universidade e já deixou à disposição; do processo licitatório que está em andamento, como o professor Antônio muito bem falou; agora, precisamos de fato discutir o que queremos com a Udesc daqui para a frente, que é o nosso segundo momento.

Para isso precisamos constituir, quem sabe, um grande fórum, que envolva os alunos, a própria universidade, as lideranças da sociedade civil e da sociedade política da nossa região, para debatermos o que queremos daqui para a frente com esta universidade - e com a força da sociedade, com a força interna da própria universidade, e com aquela representatividade que temos no campo político, fazermos com que essa universidade tenha cada vez mais excelência, autonomia e poder então se encaminhar como fator de desenvolvimento econômico, social e educacional da nossa região.

Parabéns, Antônio, pela postura no que diz respeito também em apoiar o movimento pró-universidade federal. Eu acho que esse é o papel do Estado na esfera estadual, federal e municipal, apoiar todos os empreendimentos que venham trazer ensino público gratuito e de qualidade para todos os estudantes da nossa grande região.

Bem-vinda Federal, bem-vinda Udesc, que seja um fator cada vez mais de agregação, de socialização e de complementação dos saberes da nossa região, como é a FIE, como é a Unochapecó, como é a Celer, como são as outras faculdades que aqui estão - todas se complementando e fazendo com que esta região se torne um pólo educacional, porque historicamente fomos relegados a segundo ou a terceiro plano no que diz respeito à educação.

Parabéns, a força política da nossa região, a força da sociedade e a força da própria instituição que vai dizer o que a Udesc vai apresentar para daqui a 50 anos para esta região.

Muito obrigado pela audiência - e também sou apoiador, como a Câmara de Vereadores de Chapecó, dessa iniciativa. *(Palmas.)*

O SR. ANTÔNIO WALDIMIR LEOPOLDINO DA SILVA - Com a palavra o deputado estadual Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Bom-dia a todos os acadêmicos, aos professores, enfim, a todas as pessoas que estão aqui presentes e têm como objetivo maior fortalecer, na área do ensino superior, a inclusão e o acesso dos nossos filhos à universidade.

Quero primeiramente cumprimentar meu parceiro de Assembléia, o deputado Pedro Uczai, que, através da Comissão de Educação, solicitou a realização desta audiência pública; o professor Antônio e, em seu nome, todos os integrantes do corpo docente da Udesc que estão presentes; o meu parceiro, o deputado federal Celso Maldaner; o Celso Knapp e, em seu nome, todos os prefeitos que estão aqui à frente representados, os vice-prefeitos, os vereadores; o secretário Galina e, em seu nome, todos os nossos secretários; os integrantes da Faculdade Exponencial; e, de forma especial, a representação estudantil que está aqui à frente, à mesa.

Historicamente, meus amigos, em todos os países, mede-se o desenvolvimento sócio-econômico através das oportunidades geradas nos cursos de graduação, mas no ensino de uma forma geral, tanto qualitativamente quanto quantitativamente. Lógico que nós não podemos ter quantidade sem qualidade.

Em Santa Catarina, o nosso oeste, que é pioneiro em tantas iniciativas, através da Udesc também iniciou um processo de descentralização, fazendo com que Chapecó, Palmitos e Pinhalzinho pudessem contar, mesmo com cursos isolados, com a presença da Universidade do nosso Estado para promover o desenvolvimento, o progresso e, principalmente, a integração com a sociedade, com todos os seus segmentos, inclusive com a participação efetiva do segmento produtivo, como se verifica no município de Nova Itaberaba, numa parceria, e aqui em Chapecó, com inúmeras indústrias, onde o conhecimento da ciência, da tecnologia está junto com a comunidade para promover o desenvolvimento.

Mas também é necessário dizer que Santa Catarina só oferece, da totalidade de vagas nos cursos de graduação na área pública, com as nossas universidades, a Udesc e a Universidade Federal, somente 12% do montante das vagas, o que é muito pouco. Todas as demais vagas são de responsabilidade das universidades comunitárias e das universidades particulares. Além disso, nós temos mais de quarenta mil acadêmicos, mais de quarenta mil estudantes que estão fora da sala de aula porque não têm como pagar a mensalidade. Por isso, no início, fiz referência à inclusão universitária. Nós precisamos gerar essas oportunidades.

Por que os nossos filhos estão fora da escola? Da passagem do ensino fundamental para o ensino médio, há uma grande evasão, esse é um dos gargalos. Outro gargalo é a falta de condição do pagamento da mensalidade. Nós, ao contrário do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, da Bahia e do Paraná, só oferecemos 12% de vagas públicas, como já falei. Nós aqui temos um grande desafio: promover a descentralização com mais intensidade, criar mais cursos. inclusive eu gostaria que o deputado Pedro Uczai pudesse estar conosco no fórum de descentralização do ensino superior em Santa Catarina, ele faz uma falta danada, mas não conseguiu a vaga para participar - como presidente, já o convidei para participar como deputado, informalmente, para nos ajudar.

Celso, lá em Brasília precisamos trabalhar! E agora não estou fazendo nenhuma referência a nenhum governo, estou fazendo uma referência temporal. Faz 50 anos que temos uma única universidade federal em Santa Catarina, que oferece só 11 mil vagas, o que é muito pouco. Nós precisamos fazer com que a nossa Universidade Federal também descentralize, e o Pedro está trabalhando muito nisso, assim como o Celso e o Vignatti, porque aqui não tem partido; o partido é a educação.

Se a do Estado, professor Antônio, tem feito esse processo de uma forma que não corresponde às demandas e às expectativas de todos nós, mas tem procurado estar aqui no oeste, tem procurado estar em Laguna, em Ibirama, em várias regiões, como está em Lages, em Joinville e em São Bento...

Precisamos aqui na nossa região sentir e ouvir de vocês qual é o melhor modelo, qual é a melhor forma para incluir os nossos filhos para que possam freqüentar o ensino superior. Esse é o grande desafio do fórum que eu presido, e estou junto com a Comissão de Educação para poder avançar, alcançar objetivos que nos proporcionem a condição de desenvolvimento através da formação, da capacitação e da oportunidade dos nossos jovens, que precisam acessar a escola.

Para finalizar, historicamente no nosso país - eu tomo esse cuidado, não estou fazendo referência a nenhum governo - os números depõem em desfavor do ensino de graduação, do ensino superior. Vejam que do total da população somente 2,5% de alunos acessam o curso de graduação; quando falamos da idade de 18 anos a 24 anos, só temos 11%, e o ideal seria que tivéssemos, respectivamente, 5% e 30%, que é o que se pratica, que é o que existe nos países desenvolvidos, Pedro, e essa é a nossa meta.

Como disse há pouco, Pedro, o nosso objetivo, depois de tantos anos, é fazer com que a nossa região possa prosperar. E temos que valorizar, incentivar e criar oportunidades através da educação, do ensino para que possamos alcançar o lugar de destaque que todos querem na qualidade de vida e de conforto de todas as nossas famílias.

Amigos, sou parceiro de vocês, estou junto. Agora, no artigo que regulamenta a Constituição, o 171, através do Projeto 375, vamos destinar uma parte dos recursos para a Udesc aqui do oeste; outra parte, lógico, para a graduação, mas os 10% ou mais daquele montante que foi vetado precisa ser destinado ao oeste e ao extremo oeste de Santa Catarina, que fazem por merecer pela qualidade de sua gente, pela produção, pelas condições espetaculares que têm e pelas expectativas que podem oferecer a todos.

Um abraço, obrigado pela atenção e pelo carinho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, deputado Herneus.

Quero fazer um registro de agradecimento ao vereador Marcelino, que ajudou nesta audiência, e à Luciane, que no mandato do deputado Vignatti participou dessa mobilização.

Quero agradecer a presença do vereador Fabiano da Luz, do município de Pinhalzinho, e do vereador Aristides Fidelis, do município de Chapecó.

Passo a palavra à senhora Luciana Carminatti, neste ato representando o deputado federal Cláudio Vignatti.

A SRA. LUCIANA CARMINATTI - Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar o Pedro Uczai por este ato, uma longa luta em favor da educação - acho que esse é um bom currículo para qualquer pessoa.

Gostaria também de cumprimentar o Antônio e as demais autoridades da mesa; as lideranças, o Edgar, o Cleber e o Parizotto, que fez um movimento meio sozinho, iniciou a bandeira da Udesc, acho que isso precisa ser registrado.

Gostaria de trazer um abraço do deputado federal Cláudio Vignatti, que não pôde se fazer presente tendo em vista que é o relator do Plano Plurianual, o PPA, e está fazendo audiência hoje em São Paulo, ontem em Minas, ouvindo o Brasil todo no sentido de saber para onde devem ir os recursos da União para os próximos quatro anos. Então, uma missão das mais importantes.

Quero também trazer o apoio dele em relação à implantação da Udesc e a todo o processo que vem sendo desenhado no oeste de Santa Catarina.

Gostaria de resgatar aqui que muitos acadêmicos, especialmente os que já estão num caminho bem avançado, que foram das primeiras turmas, e outros que entraram depois, em 2003 (na época o Pedro era o prefeito de Chapecó e eu era a secretária de Educação), devem ter ficado muito tristes quando Chapecó foi excluída das nove audiências para tratar da implantação da Udesc no oeste de Santa Catarina. Nós fomos a Pinhalzinho, terra do atual prefeito, fazer a defesa para que também Chapecó fosse incluída como um *campus* importante nessa região. Fizemos a defesa - está aí o Antônio, que é prova de toda a nossa luta incansável para garantir o ensino superior aqui no oeste.

Na ocasião, colocamos o prédio onde hoje funciona a Udesc em Chapecó, destinamos a estrutura inicial (estou recuperando, Antônio, aqui um pouquinho a história), inclusive já tínhamos visitado áreas de terra para que a prefeitura pudesse fazer parcerias, porque sabíamos que a Zootecnia necessitava de campo de atuação.

Hoje, conversando com alguns educadores e acadêmicos da Udesc, eles manifestam essa preocupação: a falta de estrutura para desenvolver a prática de ensino, fundamental também no ensino superior.

Então, quero fazer um registro, porque não se faz universidade só com banco, sala de aula e professor. Universidade precisa ter investimentos em pesquisa, em ensino e em qualificação.

Quero registrar também isso, porque acho que o Antônio tem sido um batalhador, mas precisa de mais apoio para que esses acadêmicos saiam dessa instituição não só com o diploma, mas com a certeza de que serão bons profissionais e que vão conseguir desenvolver um bom trabalho.

Gostaria de fazer esse registro, Antônio, porque sei das dificuldades que vocês estão passando, especialmente aqui em Chapecó, que é a maior cidade, que deveria estar anos-luz à frente dos municípios aqui da região - a gente vê faixa aqui de Águas, de Riqueza, de Caibi, de Palmitos.

Chapecó precisa de mais apoio, mais investimento, mais envolvimento para que o ensino seja fortalecido de fato e não só de direito - Nemésio, gostaria que você transmitisse isso ao prefeito.

Também quero dizer da expansão do ensino superior que tivemos nos últimos anos, e creio que é importante para a gente compreender o que é que está acontecendo hoje em Santa Catarina e no País.

Quando a gente vê a Universidade Federal de Santa Catarina se instalando em Curitibanos, em Joinville e no sul, isso é muito positivo. Eu acho que o Antônio foi muito feliz na sua fala. Quando somos dirigentes de fato, temos que compreender que não somos inimigos, adversários do ensino privado. Tem lugar para o ensino privado, tem lugar para o ensino comunitário, mas nenhuma nação soberana pode abrir mão de um ensino público que o Estado tem que oferecer.

Quando a gente faz a luta pela Udesc, e também a luta pela Universidade Federal da Mesomercosul (e estão aqui o Élio, os Maldaner, em dose dupla, e o Herneus)... Quero dizer que o projeto da Universidade Federal da Mesomercosul é a possibilidade de termos uma universidade federal aqui em Chapecó e na região oeste. E aí, é claro, vai exigir de nós, Antônio e Élio, um diálogo muito fraterno, tranqüilo, para discutir essa estruturação do ensino superior público, o que cabe a cada um, o que cabe à Udesc, que parcerias, que cursos, que troca de educadores, que troca de laboratórios, de estruturas, porque o dinheiro público é de todo mundo. Então, nós precisamos discutir a aplicação desses recursos.

Para encerrar, gostaria de dizer que existem muitas demandas colocadas. Eu vejo muita gente preocupada com o acesso, o que acho fundamental, mas neste País o maior investimento público para pesquisa hoje está indo para as mãos de um profissional em São Paulo que está discutindo, construindo uma tese para entender para que lado o cachorro abana o rabo. Isso é lamentável! Nós temos problemas enormes para tratar! A universidade precisa pôr na mão isso e ajudar, senão ela não tem função. Para discutir isso não precisa de universidade, não precisa!

Por último, queremos sugerir, numa proposição do próprio Pedro, que a partir desta audiência seja construído um documento, uma carta de compromisso a ser enviada aos governos, às prefeituras, sugerindo os caminhos que a Udesc no oeste deve assumir a partir de agora, uma carta de compromisso desta comunidade para o fortalecimento da Udesc no oeste de Santa Catarina.

Um grande abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Luciana.

Gostaria de registrar a presença da secretária da Educação, a professora Loreci Orsolim Pfeifer; dos representantes da Acip/CDL, do prefeito e do vice-prefeito, do vereador Norberto Paulo Gonzatti e do vereador Alencar Fiegenbaum, todos de Palmitos. Eles estão em peso aqui, acho que têm uma boa reivindicação!

Obrigado a todos pela presença.

Em seguida à fala dos componentes da mesa, passaremos a palavra à plenária, para que todos possam se manifestar.

Passamos a palavra ao representante do prefeito de Pinhalzinho, a Maria Helena, por até três minutos.

A SRA. MARIA HELENA KRONHARDT - Quero cumprimentar o Pedro; o Antônio, coordenador da Udesc no oeste; os deputados Maldaner e Herneus; o nosso secretário regional Galina, sempre presente; e os demais participantes da mesa.

Eu represento aqui o Anecleto, prefeito de Pinhalzinho, que não pôde se fazer presente - trago um abraço dele a todos vocês e um cumprimento especial a todos os alunos da Udesc que aqui estão. Inclusive eu vim com a caravana da Udesc de Pinhalzinho, da Engenharia de Alimentos, acompanhei-os no ônibus, juntamente com as coordenadoras. Cumprimento todos os alunos, professores, coordenadores, funcionários da Udesc, principalmente, que estão aqui.

Quero dizer que Pinhalzinho apóia muito a Udesc, tanto que temos lá a Udesc, e lutamos muito para isso. Pinhalzinho lutou muito, desde o ensino a distância, a Pedagogia a distância. Também fiz parte daquele grupo e, depois, juntamente com o Antônio, outros professores e prefeitos - na época, Darci Fiorini, depois o João Rodrigues e o Anecleto Galon -, lutei para que a Udesc continuasse em Pinhalzinho.

Estamos muito felizes com a Engenharia de Alimentos. Temos lá um prédio muito bem estruturado, quase pronto, com capacidade, com estrutura para abranger novos cursos. Queremos levar mais cursos para Pinhalzinho, e há também condições para funcionar no período diurno, já que por enquanto é só no noturno.

Então, apoiamos a Federal? Apoiamos. Mas, em primeiro lugar, apoiamos a Udesc, queremos que permaneça no oeste, porque é um ensino gratuito e um ensino de qualidade.

Em função de termos Engenharia de Alimentos em Pinhalzinho, vamos ter agora, no final de outubro, o primeiro congresso catarinense do leite. É uma parceria da Udesc, Prefeitura e empresas privadas. Então, uma universidade, uma faculdade instalada, um curso bem instalado no município só traz coisas boas, só faz o município crescer. E isso nós queremos continuar. Pinhalzinho fará de tudo para que a Udesc, ensino gratuito e de qualidade, permaneça no oeste.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Maria Helena.

Quero registrar a presença dos representantes do Hospital Regional de Palmitos e dos diretores da Udesc do oeste, o diretor de ensino Luciano Emílio, o diretor de extensão Daniel Raimann e o diretor administrativo Rosemário Barichello.

Com a palavra o secretário Antônio Galina, por até três minutos.

O SR. SECRETÁRIO REGIONAL ANTÔNIO GALINA - Quero cumprimentar o proponente da audiência pública, deputado Pedro Uczai, parabenizá-lo por esta bela iniciativa de trazer a discussão da Udesc para o oeste catarinense; o diretor dos três *campi* da Udesc (Chapecó, Palmitos e Pinhalzinho), professor Antônio Waldimir Leopoldino da Silva, que foi meu professor também na pós-graduação de Bovinocultura de Leite, não canso de dizer; o deputado federal Celso Maldaner; a representante do deputado federal Cláudio Vignatti, Luciana Carminatti; o deputado estadual Herneus de Nadal; a secretária de Educação de Pinhalzinho, Maria Helena; o Celso Knapp, prefeito de Palmitos; o Nemésio; o Maldaner, da Faculdade Exponencial - parabéns por ter cedido este espaço aqui, é importante, é uma faculdade particular envolvida, comprometida também com as causas da educação, parabéns; o representante da UCE, Edenilson; e todos vocês do *campus* da Udesc de Chapecó, do curso de Zootecnia, do *campus* da Udesc de Pinhalzinho, do curso de Engenharia de Alimentos, e também do *campus* da Udesc de Palmitos, do curso de Enfermagem. Parabéns a vocês. Como eu já falei anteriormente, uma faculdade particular envolvida e comprometida também com essa causa.

Está se tentando trazer a Universidade Federal para o oeste catarinense, com um esforço muito grande da bancada federal catarinense, um esforço muito grande também da bancada estadual, da Assembléia Legislativa, a bancada do oeste catarinense, para fortalecer, assim, o ensino público e gratuito em nível federal, pois no Rio Grande do Sul nós temos cinco universidades federais - Santa Catarina tem apenas uma universidade federal, com dez mil vagas, como já foi colocado anteriormente.

A Udesc já se comprometeu, já se envolveu, trouxe três *campi* para o oeste. Parabéns! Nós temos a certeza de que com o comprometimento da reitoria, com o comprometimento do professor Antônio, que é responsável pelos três *campi*, nós podemos expandir ainda mais os cursos aqui para o oeste catarinense, ou criar mais *campi* ou, talvez, trazer mais cursos para os *campi* que já existem. Então, parabéns à Udesc por esse comprometimento. E o governo do Estado, através do artigo 170, também tem expandido nas universidades comunitárias, a exemplo da Unochapecó, da Unoesc, da UNC, da Uniplac, da Univille, da Unisul, enfim, de todas essas universidades que fazem parte do Sistema Acafe. O governo do Estado tem uma parceria através dos artigos 170 e 171. E nós somos parceiros também, deputado Herneus, deputado Uczai, através da Secretaria Regional, para termos ensino público e gratuito de qualidade e para termos mais cursos aqui no oeste catarinense. Torcemos para isso, e tenho certeza de que a Assembléia Legislativa vai brigar por isso e que a Udesc também irá ramificar os seus cursos, expandir mais ainda os seus *campi*.

Parabéns pela iniciativa e parabéns a vocês que se comprometeram e estão presentes participando desta audiência pública.

Obrigado e bom-dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Passo a palavra agora ao Celso, prefeito de Palmitos, representando as lideranças da região.

O SR. PREFEITO CELSO KNAPP (Palmitos/SC) - Quero saudar o Pedro, que está presidindo esta audiência; o professor Antônio, nosso companheiro e lutador da Udesc; o deputado federal Celso; o deputado Herneus, enfim, todos já nominados.

Quero, ainda, saudar todos vocês que estão nesta audiência, especialmente aqueles de Palmitos, o meu companheiro vice-prefeito Darcy Bortolotti, a Márcia, presidente da Câmara de Vereadores, e os vereadores Alencar e Norberto.

Eu gostaria de dizer a todos aqui que viemos com dois ônibus, todas as lideranças, do Hospital Regional, da Acip/CDL, dos universitários e dos colégios do município.

Já tivemos uma comissão em nosso município para a instalação da Udesc e agora criamos uma nova comissão para dar continuidade, para ampliar os cursos.

Como eu acho que toda audiência tem que ter um foco, nós, da comissão, reunimo-nos em nosso município e gostaríamos de dar esse foco. As nossas lideranças, por saberem que a Udesc tem centro de estudo em Lages, em Joinville e, também, em Florianópolis, gostariam que fosse criado aqui no oeste o centro de ciências da saúde.

Essa é uma proposição do nosso município. Gostaríamos que essa questão fosse levantada aqui nesta audiência. Por isso, vou convidar o presidente da nossa comissão para ler uma moção e entregá-la ao presidente, para que você, Pedro, levante essa questão com todas as entidades.

(*Palmas.*)

O SR. ADALBERTO DE OLIVEIRA - Obrigado, prefeito.

Saúdo a mesa e todos vocês.

Primeiramente, quero dizer que fazem parte dessa comissão a vereadora Márcia Rejane Hirsch, presidente da Câmara de Vereadores; a Giovana Giacomolli, presidente da Acip/CDL; a professora Loreci Orsolim Pfeifer, secretária municipal de Educação; o Jonatas Soares Claro, presidente do Centro Acadêmico de Enfermagem, e o Iluí Walter, presidente do Hospital Regional de Palmitos, todos presentes.

Nós oferecemos como sugestão e trazemos esse pleito que vou entregar depois ao presidente Pedro para que tome as devidas providências: (*passa a ler*)

"Considerando ser a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), mola propulsora do desenvolvimento social, econômico e cultural; considerando a importância de se manter a Udesc fortificada e identificada na grande região oeste; considerando possuir a Udesc curso de Ciências de Tecnologias na região norte do Estado, Ciências Agrárias na região serrana e Ciências da Educação na Capital do Estado; considerando a mesma possuir curso de graduação em Enfermagem com ênfase em saúde pública na região oeste; considerando por fim os dados negativos que pesam sobre a população oestina no que se refere à saúde, resolvem apresentar esta moção ao magnífico reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina com os seguintes pleitos:

Solicitar a criação e instalação do Centro de Ciências da Saúde na região oeste do Estado, eis que a Udesc possui a regionalização de cursos em regiões eqüidistantes do seu Centro Administrativo, possibilitando que o desenvolvimento científico, cultural e econômico aconteça simultaneamente em todo o Estado de Santa Catarina, desde já enfatizando a importância da instalação do referido curso no oeste do Estado, porquanto essa grande região não pode ficar preterida quanto ao crescimento e ao desenvolvimento em relação às demais regiões;

Solicitar à Reitoria da Udesc que não crie novos c*ampi* universitários na região oeste, priorizando, em caso de instalação de novos cursos, os municípios onde já atua, possibilitando que os educandos oriundos do ensino médio do grande oeste permaneçam próximos das suas origens;

Manifestar o interesse de toda a sociedade palmitense e da grande região na criação de um novo curso na área da saúde, no *campus* da Udesc Palmitos, tendo em vista a grande necessidade de oferta de ensino superior público na mesorregião oeste para abrigar o significativo número de estudantes que emergem anualmente e necessitam ampliar os seus conhecimentos e passar a contribuir no futuro com o desenvolvimento e melhoria de vida da população, potencializando a capacidade empreendedora e profissional;

Registrar, ao final, a possibilidade de utilização do espaço territorial existente para ampliação do *campus* e, especialmente, a possibilidade de utilização do espaço remanescente da fusão dos hospitais Sociedade Hospitalar Beneficente Divina Providência e Sociedade Assistencial e Hospitalar Palmitos, surgindo então o Hospital Regional de Palmitos, disposto a firmar parceria nesse grande empreendimento."

Meu caro Pedro, são quarenta entidades que assinam esta moção que tenho o prazer de entregar a você, para que dê os devidos encaminhamentos. Todas essas entidades estão aqui representadas, inclusive com o apoio de municípios vizinhos de Palmitos, o que já foi registrado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Parabéns pela mobilização de toda a comunidade e de todas as entidades da região de Palmitos.

Com a palavra o Edenilson Petter, tesoureiro da UCE, por até três minutos.

O SR. EDENILSON PETTER - Bom-dia a todos os estudantes; ao deputado Pedro, que propôs esta audiência pública; ao deputado Celso Maldaner; ao deputado Herneus; ao Caio e ao Jean, estudantes que estão na mesa; e a todos os demais presentes.

Eu queria dizer que a União Catarinense dos Estudantes tem acompanhado o processo de construção da expansão da Udesc para o oeste de Santa Catarina, mas também quero levantar aqui, e acho que deve ser a mesma preocupação que deve ter o professor Antônio, coordenador da Udesc aqui na região, que a gente precisa da Udesc no oeste, mas em condições de oferecer um ensino público gratuito e de qualidade e que possa praticar ensino, pesquisa e extensão. Para isso, a Udesc precisa de recursos.

Os estudantes estão aqui em grande número, e isso é muito bom, porque mostra que todos estão interessados, precisam que a universidade seja de fato uma universidade e não simplesmente um curso. *(Palmas.)* A universidade precisa ter ensino, pesquisa e extensão; a universidade precisa ter professores qualificados; a universidade precisa ter laboratórios de alta tecnologia; a universidade precisa, de fato, ter um ensino de qualidade, e o oeste já é merecedor disso.

A União Catarinense também apóia a criação de uma universidade federal no oeste, porque todas as universidades que venham a ser criadas, sejam elas públicas, privadas ou comunitárias, irão, cada vez mais, trazer desenvolvimento para a região.

Então, a União Catarinense está nessa luta e a partir de agora vai acompanhar cada vez mais, juntamente com os centros acadêmicos, não vamos parar de lutar enquanto a Udesc não for, de fato, uma universidade com um centro no oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Edenilson.

Com a palavra o senhor Nemésio Carlos da Silva, representando o prefeito de Chapecó.

O SR. NEMÉSIO CARLOS DA SILVA - Primeiramente, gostaria de abreviar a minha saudação trazendo o abraço do nosso prefeito João Rodrigues a toda a comunidade acadêmica.

Saudando o deputado Pedro e o professor Antônio, saudamos toda a composição da mesa.

Gostaria de elogiar o Pedro por essa iniciativa, acho que mais do que nunca está na hora de fazermos essa discussão.

Parece-me que o deputado Herneus de Nadal (tivemos a oportunidade de participar do fórum da Educação) traz um dado que tem que ser o centro da discussão, que é exatamente o baixo percentual de acesso da nossa juventude ao ensino superior hoje. Somente 12% de vagas são oferecidas dentro do ensino público e gratuito.

Hoje temos uma rede instalada no Estado de Santa Catarina de universidades comunitárias que poderiam estar servindo exatamente para abrigar, para ter acesso ao ensino público e gratuito. É vontade das universidades comunitárias ampliar esse acesso ao ensino público e gratuito.

Quero discordar de um aspecto levantado pela Luciana. Todos nós sabemos que embora não seja responsabilidade direta dos municípios a questão do ensino superior, os verdadeiros parceiros no sentido de trazer o acesso ao ensino superior na nossa região têm sido exatamente os municípios.

O nosso prefeito, quando foi buscar a Universidade Federal de Santa Catarina... Lá foram investidos em torno de R$ 300 mil para permitir que fosse aqui instalado um *campus*, o que não se concretizou, infelizmente está indo para a região de Curitibanos. Mas os municípios, embora com todas as suas dificuldades, com todas as suas responsabilidades de investimentos e políticas públicas, ente federativo com menor percentual de recursos públicos, têm sido os grandes parceiros.

Quero reforçar que o município de Chapecó, assim como os demais municípios, é parceiro no sentido de permitir o acesso ao ensino público de qualidade, como disse o Edenilson, garantir que o tripé ensino/pesquisa/extensão seja o cerne do ensino superior no desenvolvimento de novas tecnologias, no desenvolvimento humano e social deste país.

Parece-me que este tem que ser o cerne da questão: o acesso ao ensino superior. E nós temos várias formas.

Participei, Pedro, de todo o processo de reforma sanitária deste país e acho que a saúde nos dá um exemplo muito interessante. Já discutimos a unificação da Saúde, o Sistema Único de Saúde, o maior avanço que tivemos neste país, por que não discutir isso na Educação? Por que não criamos um sistema único de educação neste país, no sentido de fazer com que os recursos públicos não sejam disputados, mas somados para permitir o acesso do cidadão?

Eu lembro o que tínhamos na área da saúde até 1988, 1990: o governo do Estado, com dinheiro público, investindo na unidade sanitária; o município, com dinheiro público, investindo na unidade sanitária; o governo federal, com dinheiro público, investindo na unidade sanitária. Um disputando com o outro, os três usando dinheiro público. Por que a gente não usa essa experiência do Sistema Único e faz isso com a educação, para que o dinheiro público do Estado, do município e da União seja canalizado de forma a permitir o acesso dos nossos acadêmicos ao ensino superior?

Quero deixar aqui o abraço do nosso prefeito e dizer que somos parceiros, como sempre fomos. Queremos, sim, que seja ampliado cada vez mais, com qualidade, o ensino superior em nossa região.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Nemésio.

Concedo a palavra ao Caio Mateus França dos Santos, presidente da Umes.

O SR. CAIO MATEUS FRANÇA DOS SANTOS - Bom-dia a todos os estudantes; ao deputado Pedro, um incansável lutador pela educação; aos demais membros da mesa; ao Jean, do C.A. de Zootecnia de Chapecó, e ao Mateus, que está no fundo - o C. A. de Zootecnia sempre protagonizou muitas lutas em nosso município, o que não é de hoje, desde a prefeitura até reivindicar melhores condições na Udesc.

A educação está sendo a ordem do dia, a pauta do dia, desde o acesso à Universidade Federal do Mercosul, com todo esse debate que tem na região e a questão do artigo 170, de acesso, de inclusão, até o *campus* da Udesc na nossa cidade.

Como a platéia é essencialmente estudante, temos que dizer que a luta que sempre pautou o movimento estudantil foi educação pública gratuita e de qualidade. Pública a Udesc já é. Gratuita também. E a qualidade? Será que a qualidade é o *campus* que a gente tem? Citando Chapecó, porque sou daqui, o C. A. de Zootecnia no centro de Chapecó é um curso que não tem nada a ver com um centro, os estudantes ficam numa latinha de sardinha, podemos chamar assim, dividindo espaço no corredor com os armários. Será que essa é a Udesc que a gente quer? Será que a falta de acesso à pesquisa e à extensão é a Udesc que o pessoal tanto lutou? Então, quando se fala em educação, não é só a Udesc, é a Udesc com qualidade.

O secundarista é um dos principais preocupados com o acesso à universidade. O espaço que a gente já tem não dá para sucatear. Ou será que a lógica é essa mesmo, de sucatear a Udesc para passar para Lages? Falando do C. A. de Zootecnia de Chapecó, será que a lógica é essa? Essa é a preocupação que a gente traz como estudante secundarista para esse debate.

A educação tem que ser tratada como prioridade. Além do debate sobre a Udesc, tem o debate sobre o artigo 170, cujos repasses das bolsas estão atrasados; tem o debate longo sobre a Federal do Mercosul, que precisa de um engajamento maior da comunidade, acho até que o pessoal dos cursos é parceiro nessa atividade. E quero dizer o seguinte: de parceiros a Udesc já está cheia. A questão é que tem que sair do discurso e ir para a ação concreta, que é ver se o terreno da Udesc serve, para garantir ao estudante que está entrando agora - alguns estão concluindo o curso sem nenhuma perspectiva de (*ininteligível*)…

Então, fica o recado: nós estamos preocupados com o acesso, a inclusão do jovem à universidade. É um desafio para os deputados, para o Celso Maldaner, para o Herneus de Nadal, que estava aqui, para o Pedro Uczai, que sempre carregou essa bandeira da educação, e é um desafio nosso, dos estudantes secundaristas, universitários, quem está cursando e de quem quer cursar.

Um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Jean Carlos Palavro, do Centro Acadêmico de Zootecnia.

O SR. JEAN CARLOS PALAVRO - Bom-dia a todos, aos acadêmicos do curso de Zootecnia, aos acadêmicos do curso de Enfermagem, aos acadêmicos do curso de Engenharia de Alimentos.

Quero cumprimentar o deputado estadual Pedro Uczai, o professor Antônio e os demais integrantes da mesa; o Caio e o representante da UCE, que são estudantes que se põem à disposição para lutar por uma educação de qualidade; o Jonatas, presidente do Centro Acadêmico de Enfermagem; e o Pedro, presidente do Centro Acadêmico de Engenharia de Alimentos.

Vou falar um pouco sobre o curso de Zootecnia em si, algumas lutas que a gente vem travando e o que a gente quer para esse centro.

Nós, do curso de Zootecnia, temos, como o Caio colocou, a visível problemática em relação ao prédio. O prédio em si, a estrutura (sala de aula, laboratório) é o que se apresenta como um problema de maneira mais visível e fácil a percepção. Sabemos que as salas e os laboratórios não são adequados e que a comunidade perde com isso, porque não temos condições de fazer pesquisa e extensão para contribuir com a região, que necessita muito e que está muito ligada à questão agropecuária. E o curso de Zootecnia poderia fortalecer as famílias rurais e fixar os jovens no campo.

Então, esta é a problemática que a gente vê de primeira mão e que a comunidade, acredito, está consciente: de que o curso de Zootecnia não tem as condições adequadas para o seu funcionamento. Mas essa problemática não é a principal; eu acredito que a falta de recursos, sim, é o que inviabiliza a nossa boa educação, a nossa educação de qualidade.

Portanto, principalmente nesta audiência, a gente quer pautar por que se garantam recursos para o Centro de Educação Superior do Oeste. Com recursos, esses imbróglios, essas problemáticas que a gente tem serão resolvidas de maneira bastante simples. Porque se colocarem recursos e se garantirem para nós - acadêmicos, professores, diretores - vamos fazer acontecer cursos de qualidade, cursos que sejam reconhecidos por toda a comunidade e por todo o oeste de Santa Catarina. Também quero pautar por se fazer estudos adequados de viabilidade, especialmente viabilidade financeira, antes de discutir novos cursos.

Outra questão: antes de se pensar em mudar simplesmente o nome do Centro de Educação Superior do Oeste para qualquer outro nome, que se pense em uma universidade estadual do oeste de Santa Catarina. Sabemos que a mudança de nome não vai garantir nenhum recurso, vamos continuar repartindo a mesma quantia de recursos com os outros centros. Mas uma universidade do oeste de Santa Catarina, uma universidade estadual no oeste de Santa Catarina vai garantir, sim, recursos e vai atender à saúde, atender ao meio rural agropecuário, que é a nossa base de renda. Não podemos esquecer do meio rural e de todas as cidades, porque elas dependem quase que exclusivamente da agropecuária. Então, temos que pautar, sim, por uma universidade do oeste de Santa Catarina, uma universidade estadual no oeste de Santa Catarina. Isto é, através disso conseguiremos recursos para que os cursos que estão aqui tenham qualidade e possibilidade de realizar pesquisa e de realizar extensão.

Quero pedir isso aos deputados estaduais e federais, aos prefeitos, aos representantes dos prefeitos, porque, com certeza, se eles forem solicitados a essa luta, vão se engajar conosco nessa universidade, e que de antemão, antes que isso se concretize - isso é um sonho para alguns anos -, eles já garantam recursos na Assembléia estadual, na Assembléia federal. E, também, que a gente dê passos para que isso se concretize, fixando esses cursos aqui de uma maneira efetiva, com qualidade. Futuramente, com uma universidade estadual no oeste de Santa Catarina, a gente conseguirá atender a grande maioria das reivindicações que existem em termos de educação no oeste de Santa Catarina.

O meu muito-obrigado a todos, especialmente a presença de todas as pessoas, dos acadêmicos e das autoridades. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Jean. Eu deixei o Jean falar dois minutos a mais para ele bem representar a comunidade acadêmica da Udesc.

Agora vamos abrir as inscrições para a plenária se manifestar. Aliás, já temos alguns inscritos. Então pergunto quem ainda deseja fazer uso da palavra, porque temos trinta e nove minutos para encerrarmos esta audiência, e eu tinha calculado pelo menos quarenta minutos para as falas do plenário. Então estamos mais ou menos dentro do nosso tempo, pois temos quarenta minutos.

Portanto, vamos começar pelos que já estão inscritos para se manifestar, que podem ficar aqui na frente, a fim de utilizarem o microfone, já que tudo está sendo registrado, gravado e filmado. E se houver mais alguém que deseje usar a palavra, por favor, inscreva-se. Assim não perderei o controle do horário.

Este é o primeiro bloco de inscrições; depois faremos mais um bloco; para em seguida passarmos aos encaminhamentos, que deverão necessitar de uns dez minutos.

Com a palavra o primeiro inscrito, o senhor Paulo Cassol, professor da Udesc, por até três minutos.

O SR. PAULO CASSOL - Bom-dia a todos. Sou professor da Udesc em Lages.

Estamos aqui valorizando sobremaneira esse evento, muito bem promovido. Aproveito para cumprimentar o deputado Pedro, da Comissão de Educação da Assembléia; o deputado Herneus; o deputado federal Celso Maldaner; o professor Antônio da Silva, representante da Udesc aqui da região oeste; as demais autoridades; a prefeitura; as lideranças estudantis e a todos e a todas que se fazem presente, em prol de uma causa tão importante e justa como é o ensino superior público acima da Udesc, aqui na região oeste.

Quero dizer que reconhecemos, sobremaneira, a importância e o grau de direito que residem nesta causa da educação superior no oeste de Santa Catarina. A importância até pela justiça que se faça ao cidadão aqui do oeste, porque, em relação aos demais brasileiros de universidades federais que têm em outros Estados, aqui nós só temos uma, como já foi dito aqui. Do mesmo modo, aqui dentro do Estado de Santa Catarina a gente observa que as vagas do ensino superior público estão concentradas em algumas regiões, e é justamente deficiente aqui na região oeste. Então, é uma questão de justiça esta causa da educação superior pública aqui no oeste, deputado Pedro.

Da mesma maneira, é uma questão de direito, porque o cidadão do oeste está produzindo riquezas, enfim, para a Nação, para o Estado, e ao mesmo tempo está arrecadando imposto. Mas com certeza está saindo mais imposto daqui do que retornando ao Estado, e o ensino superior público é uma grande forma de retornar ao cidadão esse investimento que ele faz no serviço público.

Deputado, eu gostaria de dizer que, nessa questão da universidade estadual, primeiramente, entendemos que embora haja justa causa para ainda ter uma universidade própria aqui no oeste, dada a circunstância, nós acreditamos que a própria Udesc poderá ter um grande centro aqui na região oeste. Neste primeiro momento, temos até o estatuto da universidade atualizado, que justamente prevê esta condição de haver unidades fortalecidas, independentes, autônomas, gerando a sua estratégia, a sua política pedagógica.

Sabemos que a Udesc demorou bastante para vir ao oeste. Veio muito tarde. Há mais de vinte anos, já como professor da Udesc, ouvi falar de luta, de causas, mas nunca se apresentou uma oportunidade como de fato aconteceu, por mobilização de lideranças, enfim, muito importante há pouco tempo. Ao mesmo tempo em que a Udesc veio tarde, quando veio perdeu também a oportunidade de carimbar o recurso com a LDO e com o próprio Orçamento, para a pujança que realmente o *campus* e a região merecem.

Então, entendemos que agora é a oportunidade única que temos até para resgatar essa dívida, de certa maneira, do Orçamento estadual. Que num projeto consistente ainda com o crescimento, com o fortalecimento do *campus* nós possamos resgatar, então, inclusive essa questão acerca do orçamento. Achamos fundamental que o orçamento esteja carimbado na LDO, no Orçamento do Estado, porque o ensino público tem o seu custo. Ele é gratuito para o cidadão, mas ele não é gratuito para a sociedade. Isso tem que estar previsto; pôr o preto no branco, como se diz.

Assim, o *campus* do oeste não ficará com sobras ou com disputas, não ficará rateando recursos já escassos dentro da Udesc, como nós observamos, infelizmente, nos últimos tempos. Então, essa é uma questão fundamental de todos nós.

Também, realmente quero opinar que, como disseram o prefeito e o professor Antônio, agora estamos na fase de fortalecer o que temos e o que existe. E esse fortalecimento passa, talvez, até pela agregação de cursos que possam criar, então, uma estrutura comum, equipes de trabalho que logo adiante gerem a pesquisa e a própria pós-graduação.

Portanto, o evento é fundamental para isso e precisa ter continuidade. Realmente, a própria Udesc, a Prefeitura, a Assembléia Legislativa, a mobilização dos estudantes da comunidade e da Udesc são fundamentais para que se dê seqüência a esse debate, a fim de que ele seja conclusivo. Realmente ter um projeto consistente de desenvolvimento, assegurando-se o recurso necessário e justo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, professor Cassol, que aqui participa dando esse apoio e debatendo conosco sobre a Udesc.

Como há dez inscritos, se cada pessoa falar dois minutos, teremos vinte minutos de manifestações do plenário e mais oito minutos para os encaminhamentos. Então, vamos assim proceder, ou não cumpriremos o que nós determinamos coletivamente.

Com a palavra o senhor Pedro Henrique Santos, presidente do Centro Acadêmico de Engenharia de Alimentos da Udesc de Pinhalzinho.

O ACADÊMICO PEDRO HENRIQUE SANTOS - Primeiramente, gostaria de cumprimentar todos os membros da mesa, especialmente os acadêmicos da Udesc, que, assim como eu, não estão contentes com a situação da nossa universidade, especialmente aqui no oeste.

Queria deixar bem claro que a situação de Pinhalzinho não é aquela que foi comentada, ou seja, que o nosso prédio é ótimo, que apresenta uma estrutura ótima, principalmente para a abertura de novos cursos. Quem ainda não conhece o prédio de Pinhalzinho, pode visitá-lo que vai ver que falta um monte de coisas básicas. E acho que isso não é só em Pinhalzinho, mas também em Chapecó, no curso de Zootecnia e no de Enfermagem. Então, esse é um problema dos três cursos aqui do oeste.

Por isso gostaria de cobrar de todos os políticos, principalmente dos deputados, um apoio veemente a essa luta pelo melhoramento da Udesc aqui no oeste. Como que um curso como o de Engenharia de Alimentos, o de Zootecnia e o de Enfermagem vai poder crescer na região se não há um laboratório básico para o desenvolvimento da pesquisa nessas áreas?

Então, queria pedir o apoio dos deputados não só para o laboratório, mas para toda a parte física dos nossos três cursos.

Não é xenofobia não querer montar outros cursos no oeste, como a aplicação de uma outra universidade federal ou coisas afins, é que como esses cursos vieram para o oeste com a Udesc, a gente gostaria que fosse dado maior apoio a eles, porque hoje a gente não conta com isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Pedro.

Com a palavra a Juliana Cândido, aluna de Engenharia de Alimentos da Udesc de Pinhalzinho/SC.

A ACADÊMICA JULIANA CÂNDIDO - Bom-dia a todos.

Eu só queria salientar o caso do Pedro fazendo uma pergunta: como querem trazer mais cursos para o oeste se falta uma estrutura mínima para os cursos atuais?

Não somos contra trazer mais cursos, só que eu acho que antes deveriam arrumar os cursos que já existem aqui. Por exemplo, no prédio onde eu estudo não tem nem telefone. A Udesc não ter um telefone é um absurdo!

Então, eu só queria que vocês refletissem sobre trazer um curso; antes de fazer isso, é preciso montar uma estrutura boa. Eu já estou no meio do curso e não tem laboratório; a próxima turma que vai se formar também não sabe se vai ter esse laboratório. Só queria que vocês pensassem nisso.

Obrigada pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o senhor Anderson Corassa, doutor em Zootecnia.

O SR. ANDERSON CORASSA - Bom-dia. De antemão, quero fazer uma manifestação como professor colaborador na ativa da região oeste. Sou natural de Concórdia, e, como boa parte dos pais e parentes dos senhores, tive que percorrer mais de 1.500 quilômetros para fazer a minha graduação e pós-graduação, porque, infelizmente, o sistema público estadual não me ofereceu essa oportunidade, tive que partir para outros Estados da Federação para poder tê-la.

É por essa mesma oportunidade que nós temos que lutar cada vez mais para termos ensino público gratuito e de qualidade, como tem sido colocado aqui. Mas a minha proposição não é levantar o problema, e sim tentar levantar uma sugestão. Ficamos boa parte do tempo escutando as apresentações de todas as autoridades e dos responsáveis aqui, e o meu momento é de pergunta e de sugestão ao mesmo tempo para as autoridades aqui presentes.

Graças aos esforços e à competência da iniciativa privada, temos em Santa Catarina atividades produtivas (e falo com excelência na parte de Zootecnia) no que se refere à avicultura e à suinocultura, referenciadas no País e no mundo inteiro, por competência das pessoas que aqui trabalharam. Então, e desculpem-me se eu não estiver contemplando a questão legal, porque eu a desconheço, não é minha área, gostaria de saber (até como sugestão, para tentar sanar toda essa problemática, que a gente sabe que pode ser resolvida com uma palavra só: recursos) se já há um amparo legal ou alguma coisa nesse sentido que possibilite que parte da arrecadação dessa iniciativa privada, das agroindústrias em especial, que fazem seu trabalho com tanta competência, possa ser destinada de forma imediata e com competência, com agilidade, para a Udesc (aqui a gente está falando de Udesc) e os três *campi* que agora a gente tem.

Temos que resolver esse problema, e gostaríamos de ter um direcionamento específico, rápido, ágil desses recursos aqui no oeste, e de forma efetiva, para tentar sanar ou amenizar todos esses problemas que a gente tem. Se não se tem sequer estrutura para uma sala da aula digna, oxalá falar em pesquisa ou em extensão!

Por isso o meu questionamento, e gostaria de ouvir das autoridades se há amparo legal para fazer um procedimento desse tipo, se já existe alguma coisa contemplada, ou se isso que eu estou falando é utopia.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, professor.

Com a palavra o senhor Fabiano da Luz, vereador de Pinhalzinho.

O SR. VEREADOR FABIANO DA LUZ (Pinhalzinho/SC) - E relator da CPI da Udesc.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Ah, é.

O SR. VEREADOR FABIANO DA LUZ (Pinhalzinho/SC) - Bom-dia. Como relator da CPI que apura irregularidades numa construção da Udesc, eu vejo que os municípios não estão sendo parceiros, como foi colocado aqui. O que dá para perceber é que alguns dos municípios estão se preocupando em trazer os *campi*, mas não em receber os estudantes que estão vindo para os municípios. E essa falha você percebe quando tem vestibular: falta local de alimentação para os estudantes, falta comunicação sobre quitinetes e locais para esses estudantes se estabelecerem, e o preço do aluguel está sendo um absurdo. (*Palmas*.)

E aí dá para perceber que os municípios que estão se tornando pólos educacionais também estão se tornando exploradores, da mesma maneira que os municípios que se tornam pólos turísticos. É muita exploração! O valor cobrado para levar os estudantes até as universidades está muito alto. Esses municípios vão ter que se tocar, vão ter que perceber o que é receber um estudante, valorizar a presença dele no município e, principalmente, perceber que existe uma potencialidade muito grande no meio dos acadêmicos que poderia estar sendo aproveitada pelos municípios em várias áreas, e não está.

Então, o que está mais faltando para os municípios hoje é justamente a valorização do ser humano: bem receber, bem atender, ter uma equipe que encaminhe esses estudantes. Os pais que mandam os filhos estudar longe se preocupam, querem saber se eles estão bem, se estão bem alojados, se têm bom acompanhamento lá.

Sobre a falte de estrutura, eu achei que era só Pinhalzinho, mas vi que Chapecó também tem problemas relacionados à estrutura. Em Palmitos, que estivemos visitando, pelo menos a estrutura física do prédio não é tão deficitária. E agora, felizmente, os estudantes não precisam mais de guarda-chuva para estudar dentro da sala.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Fabiano.

Com a palavra o Mateus Pies Gionbelli, acadêmico de Zootecnia da Udesc de Chapecó

O ACADÊMICO MATEUS PIES GIONBELLI - Bom-dia a todos.

Gostei muito das palavras do professor Anderson e gostaria de reforçar o que ele colocou.

Achei esta audiência aqui muito louvável e muito importante para ouvir o que a comunidade da região oeste tem a dizer sobre o futuro do *campus*. Existe uma comissão que está discutindo o projeto político-pedagógico do *campus* do qual eu faço parte como representante dos estudantes, cujos trabalhos, infelizmente, agora estão um pouco parados, e esta audiência também tem um papel muito importante de passar o que a população deseja para que os trabalhos possam ser mais bem direcionados, visto que essa comissão também faz uma série de estudos, uma série de levantamentos para que se planeje o futuro do *campus* de forma bem embasada, não só em relação a negócio político, a manifestações, a isso e a aquilo, mas também com relação ao estudo do *campus* dessa região e da região oeste também.

Eu gostaria de dizer que muito se discute sobre o futuro, mas se não há recurso, tem que se trabalhar em cima dessa questão aí, porque não adianta a gente planejar muita coisa, querer isso e aquilo, fazer coisas gigantescas, sem ter como se expandir de forma adequada. Os nossos cursos, e não são somente os de Chapecó, mas os de Pinhalzinho e de Palmitos também, têm uma série de problemas que precisam ser sanados, então, tem que ser dada certa atenção para isso, e não só querer trazer mais e mais. Além disso, como o colega comentou aqui hoje, eles não estão bem estruturados com o que têm hoje.

Era esse o recado que eu gostaria de deixar, pedindo a atenção das autoridades para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Mateus.

Agora vamos ouvir o Jonatas, presidente do Centro Acadêmico de Enfermagem.

O ACADÊMICO JONATAS ANDRÉ SOARES CLARO - Bom-dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar os colegas de Engenheira, de Zootecnia e dizer que o Centro Acadêmico de Enfermagem pensa na manutenção dos prédios que já existem, com toda a estrutura, com o corpo docente. A gente pensa nesse sentido também.

Eu acho que na Udesc está faltando alguém que diga por que a Universidade veio para o oeste. Fala-se muito que o curso muda para lá, muda para cá, os professores falam, mas isso fica nos bastidores, o que falta mesmo são as pessoas dizerem o que a Udesc quer.

O município de Palmitos e a região estão dando uma força à Udesc, e acho que tem que se pensar sobre essa questão. Peço que os deputados reflitam sobre isso, porque a Universidade não está dizendo por que está aqui no oeste. Se definirmos que ela vai ser agrária, ou da área da saúde, ou da área de engenharia, que seja, pode ser qualquer uma dessas, mas a questão de futuro tem que ser pensada.

A gente participa de discussões em congressos, em conferências na área da saúde, e o oeste é bem debilitado nessa área, haja vista que só temos um hospital regional, o de Chapecó, que recebe gente de todo o extremo oeste, de todo o meio-oeste e para o qual faltam serviços. A população tem que se deslocar até Florianópolis, distante cerca de 600 quilômetros, 700 quilômetros para ter um serviço de maior complexidade ou de média complexidade, portanto, o governo federal e o estadual precisam dar uma atenção para a saúde pública, e, se formos refletir, a Universidade é um caminho para se chegar a isso.

Então, eu queria cumprimentar o município de Palmitos pela liderança nesse sentido, acho que é um caminho que tem que se pensar. E não que para os cursos que estão aqui já estabelecidos não se tenha que olhar, o pessoal precisa disso realmente, porque a situação está bem dificultosa.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Jonatas.

Com a palavra a Taciana Diesel, acadêmica de Zootecnia da Udesc de Chapecó.

A ACADÊMICA TACIANA DIESEL - Bom-dia a todos. Primeiramente, eu queria agradecer ao deputado Pedro e ao pessoal que manifestou essa preocupação com a situação da Udesc no oeste e chamou esta audiência.

Durante essa minha caminhada na Udesc, participei de inúmeros debates e discussões e ouvi muitas promessas no sentido de apoio, de encaminhamentos; no entanto, a gente está numa situação em que muito pouco de concreto foi encaminhado até agora. Então, eu gostaria que esta audiência realmente tomasse encaminhamentos concretos. Não sei como vai ser, se se faz um fórum para estudar essa ampliação, a situação da Udesc aqui...

Quero, ainda, reforçar o pedido de que se faça um estudo em cima de parâmetros técnicos (é viável ou não, tem recursos ou não), que não seja mais uma vez em cima de interesses políticos. Nós, que estamos lá, sabemos o que a gente passa quando se tomam decisões em cima de interesses políticos apenas.

Também quero reforçar o que o Jean colocou, ou seja, que se saia daqui com encaminhamentos que possam garantir recursos que venham diretamente para o oeste.

Antes da audiência, conversei com o Edenilson, e ele me disse que a Udesc devolveu dinheiro no ano passado para os cofres do Estado. E a gente não tem dinheiro aqui! Então, que se passe diretamente para cá uma quantia para que consigamos estruturar e nos manter aqui.

Também reforço a idéia de que sejam tomados encaminhamentos para que daqui em diante se caminhe em direção à estruturação de uma universidade independente, que possa atender melhor as necessidades do oeste catarinense.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Taciana.

Com a palavra o senhor Cleber Joviatti, coordenador da Cooper Familiar, cuja presença agradeço.

O SR. CLEBER JOVIATTI - Inicialmente, bom-dia.

Queria cumprimentar a iniciativa do deputado Pedro, nosso deputado parceiro.

Queria contribuir para o debate levantando uma questão. Eu já fui acadêmico, saí da área acadêmica, mas, como sociedade civil organizada, a gente tem a representação da agricultura familiar, já muito bem debatida aqui, e fiquei pensando o seguinte: a universidade pública tem que contribuir para o processo de desenvolvimento regional. Esse é o objetivo do dinheiro público para a universidade. E aí, nós temos a seguinte preocupação, pensando hoje na área agrária, na área agrícola da agricultura familiar: o acesso das pessoas a essa universidade. De que forma elas têm acesso, quem chega a essa universidade? Essa é uma preocupação que temos.

Citando o exemplo das áreas afins à agricultura, ou seja, os cursos de Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, qual é o público que realmente chega a essas universidades e se é ele que realmente vai responder...

Não estou aqui fazendo uma crítica, não estou dizendo que as pessoas que hoje estão no curso de Zootecnia não deveriam estar lá. Não é isso que quero dizer. Agora, é o seguinte: tem algum critério? A gente sabe que não tem, mas temos que pensar como poderemos contribuir para que aumentem as vagas para os filhos dos agricultores, que realmente têm necessidade e que, muitas vezes, não conseguem chegar a essa universidade. São essas pessoas que conhecem a fundo a realidade da agricultura e que podem melhor contribuir para o processo de desenvolvimento regional e para a agricultura.

Então, quero levantar esse questionamento, esse debate dizendo o seguinte: como podemos melhorar a forma de acesso a essa universidade para fazer com que essas pessoas possam contribuir para o processo de desenvolvimento com essa universidade pública?

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Cleber.

Com a palavra o Edson Malacarne, presidente do DCE da Faculdade Exponencial de Chapecó.

O ACADÊMICO EDSON MALACARNE - Bom-dia a todos.

A gente sugeriu ao Pedro, ao Marcelino, vereador, que trouxessem esse debate da Udesc (*ininteligível*). Apesar de ser uma faculdade particular, como o seu Hélio colocou antes, é uma faculdade que pertence à comunidade de Chapecó, que tem alunos carentes que estudam aqui, que se beneficiam do projeto do Pedro, do artigo 170, não é, Pedro? Então, é uma universidade que pertence à comunidade de Chapecó, e hoje já está inserida nessa comunidade.

Como acadêmico de Direito, vejo que muito se pensa em trazer a Udesc ou a universidade federal, e nós, como presidente do DCE aqui da Faculdade Exponencial, sempre apoiamos porque achamos importante ter essa possibilidade de acesso à educação, só que também precisamos pensar um pouco na condição do estudante. É aquilo que o colega colocava antes: que estrutura estamos fornecendo a esse estudante? Que estrutura esse estudante tem para se formar?

Na Udesc de Chapecó, sem laboratório, sem pesquisa, sem extensão, não se consegue formar bons profissionais. Será que esses profissionais que vão sair graduados pela Udesc, que não fizeram um bom laboratório, que não tiveram esse trabalho de campo, vão ter condições de prestar um bom serviço à comunidade? Que tipo de profissionais, que tipo de acadêmicos a gente quer? Queria que a gente refletisse um pouco sobre isso.

Gostaria também de deixar um pouco no ar a questão do artigo 170. Dias atrás, em Florianópolis, a gente participou da audiência pública sobre isso, e no artigo 170 tem previsto 10% para a Udesc.

(O deputado Pedro Uczai corrige o acadêmico dizendo que é o artigo 171.)

No artigo 171, então. E houve um compromisso do reitor da Udesc de que 10% desses recursos seriam para investir na construção do *campus* em Chapecó e na estruturação dos *campi* do oeste. Então, a gente precisa tirar daqui uma resolução palpável para que se consiga cobrar realmente da Udesc, sendo esse artigo 171 sancionado, a aplicação desse recurso, para que o estudante consiga se formar em uma instituição que proporcione essa qualidade de ensino.

Militamos muito tempo no movimento estudantil secundarista, e a gente vê novamente os professores em estado de greve, então, vamos observar a questão da qualidade do ensino médio. Se formos analisar, veremos que a qualidade da educação no ensino médio é muito baixa; a maioria do pessoal que hoje é acadêmico da Udesc necessitou fazer um cursinho pré-vestibular, ou então é oriundo de escola particular. Isso significa que a escola particular está oferecendo mais qualidade e a escola pública não, por isso que tem esse acesso.

Então, a gente precisa investir na qualidade do ensino médio público e gratuito, bem como no ensino fundamental, que é a base para o ensino médio, e aí é mais critério do Poder Público municipal.

Quero dizer ao Enemésio que a gente tem presente a importância do incentivo do Poder Público municipal. Estamos trabalhando num projeto, a ser apresentado ao Poder Público municipal, no sentido de ser transformado o ISS que a faculdade paga num projeto que beneficie os acadêmicos em bolsas de estudo.

Também sugerimos ao Pedro (e sei que o Herneus se posicionou favorável) para que inclua no artigo 171 as universidades pagas.

Gostaria de agradecer todos por terem vindo e ao Pedro a oportunidade de estarmos participando desta audiência pública.

Obrigado.(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra à senhora Alvete Pasin Bedin, coordenadora do Sinte Regional de Chapecó.

A SRA. ALVETE PASIN BEDIN - Bom-dia a todos.

Como disse o Edson, estamos neste momento, infelizmente, em estado de greve, já que não estamos conseguindo alcançar aquilo por que a gente tanto tem lutado.

Eu gostaria de parabenizar o Pedro. Como eu sempre digo, orgulha-nos muito, como educadores, tê-lo como deputado e como professor, por estar sempre à frente das nossas incansáveis luta. Em seu nome, quero parabenizar a mesa pelas belas falas significativas, que contribuíram muito para este momento.

Como defensora da rede pública estadual e, hoje, como defensora do ensino público superior, gostaria de pedir que as nossas autoridades e o nosso governo estadual olhem para esses cursos e parabenizar os estudantes e os professores da Udesc por essas denúncias, por essas reivindicações, porque só assim iremos avançar e conseguir os nossos direitos.

A nossa preocupação é com a qualidade de ensino tanto na escola pública estadual como no ensino superior, por isso, que os recursos venham para que essa Udesc tenha condições de dar formação a seus professores e de obter material. Sabemos como estão hoje as escolas públicas estaduais em Santa Catarina; portanto, que possam ter estrutura física, condições de trabalho, material didático, material humano, que hoje são muito precários.

Então, nós queremos essa qualidade para que o aluno não saia dessa universidade apenas com o diploma, e sim com uma boa formação, para que possa ser um cidadão e um contribuinte para essa sociedade.

Eu gostaria de parabenizá-los e deixar esse pedido.

Muito obrigada, e sucesso a nós todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao senhor Geromil Matte, presidente da Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio, um dos locais com previsão para ser construído o *campus* da Udesc de Chapecó.

O SR. GEROMIL MATTE - Quero dizer para vocês que nós, moradores do bairro Santo Antônio, estamos esperando a construção do prédio da Udesc de braços abertos e que Apoiamos todos vocês que estão empenhados nessa luta.

Obrigado. (*Palmas.*)

(O senhor Geromil Matte entrega um documento ao deputado Pedro Uczai.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra à Mirian Bricalski, acadêmica de Enfermagem da Udesc de Palmitos.

A ACADÊMICA MIRIAN BRICALSKI - Bom-dia a todos.

Sou da 5ª fase de Enfermagem, e, quando entrei na Udesc, sempre se falava numa família entre Enfermagem, Zootecnia e Engenharia de Alimentos. Eu acredito na Udesc, o meu sonho é me formar, e penso que os zootecnistas também têm esse sonho, por isso estão aqui, assim como os alunos de Engenharia de Alimentos. Então, esse é o sonho de todos nós, e acreditamos na Udesc.

Espero que essa família, que esses três cursos continuem, que sejam fortalecidos a pesquisa, o ensino e a extensão para eles e que haja estrutura de laboratório dentro da universidade para as aulas práticas.

Quanto aos estágios, essa é uma dificuldade nossa e dos outros cursos. Os alunos da 7ª fase e da 8ª fase de Enfermagem têm que se deslocar, ou seja, pagam o aluguel em Palmitos e têm que pagá-lo também em Chapecó, porque têm que fazer estágio em UTI, em Pediatria e em outras especialidades.

Então, que a Universidade pense sobre isso, em recursos ou em construir uma casa para os acadêmicos estarem nesse período, ou seja, que pense numa solução para esse problema.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Vamos conceder uma brecha aos professores da Universidade, que gostariam de se manifestar.

Concedo a palavra ao professor Luciano Emílio Hack, da Udesc Oeste de Chapecó.

O SR. LUCIANO EMÍLIO HACK - Eu só queria responder a duas questões, porque isso me incomoda. Acho que às vezes se usa de má-fé, ou não.

Primeiro, é a questão do telefone. Eu trato diretamente disso, então não é problema da Udesc, que já encaminhou a solicitação faz tempo.

Infelizmente, pelo fato de o prédio estar afastado, a Brasil Telecom tem dificuldade em implantar o telefone. Então, seria bom que as pessoas procurassem por informações, e não simplesmente jogar a coisa assim.

Também foi falado que a Udesc devolveu dinheiro. Não é verdade; informem-se também sobre isso. A Udesc é obrigada a devolver o recurso que sobra porque ela tem um orçamento para gastar. Se não devolver, o reitor é preso. E queria aqui, de público, agradecer ao deputado Celso, que em determinado ano conseguiu que a Udesc recebesse o recurso financeiro de volta, que foi investido na Universidade. Então, a Udesc tem que devolver recurso que sobra para o Estado, e nessa ocasião nós o conseguimos de volta.

Esse é só um esclarecimento, porque às vezes as palavras são jogadas em público, e eu não queria que vocês, especialmente os alunos, tivessem uma idéia errada. Então, procurem quem realmente conhece os procedimentos para saber como funciona a Universidade.

Eu gostaria de saber dos deputados, entrando no foco desta audiência aqui, o que pensam sobre a expansão da Udesc: ela deve ser nos três municípios ou tem que se expandir para outros municípios? O próximo curso, por exemplo, onde instalar? Num outro município ou num dos três onde já está instalada?

Obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o professor Arnildo Korb, do curso de Enfermagem da Udesc Oeste.

O SR. ARNILDO KORB - Eu gostaria somente de fazer algumas correções ao que, por vezes, têm conotação de falácia.

Ontem eu e os acadêmicos da Enfermagem ficamos muito chateados com um colunista do município que colocou o seu pensar no jornal sobre Udesc, universidade estadual, universidade federal sem antes ter talvez certa propriedade ou conhecimento mínimo sobre a importância de uma universidade estadual e de uma universidade federal. Então, essa é a preocupação que trago.

Hoje foram colocadas algumas falas aqui no sentido de que as universidades públicas privilegiam estudantes de instituições secundaristas privadas. Isso é um equívoco. Duas pesquisas, não é, professor Luciano, o senhor que é diretor de ensino, uma feita em 2004 e outra agora recentemente aqui no oeste, na Udesc, mostram que 66% dos nossos alunos provêm de escolas públicas. E olhem que somos rigorosos na seleção!

Então, nós somos democráticos. A Universidade é aberta, não privilegia ninguém. Os nossos alunos da Enfermagem não são privilegiados, não são elite de escola pública. Inclusive, se essa reformulação da Lei 170 for feita, eu dou os parabéns, porque precisamos de bolsas para os nossos alunos, isso é uma realidade. Portanto, essa era uma correção que queria fazer.

Outra coisa é quanto à pesquisa e extensão. Falo pela Enfermagem, e agradecemos o apoio da municipalidade, que tem contribuído para os nossos projetos. Até então, temos sido elogiados em todos os encontros de extensão. É uma pena que o nosso diretor de extensão, o professor Daniel, não esteja presente, porque ele poderia falar muito bem sobre isso.

O Centro do oeste tem sido uma referência em projetos de extensão. E somos em poucos professores efetivos, precisamos aumentar o nosso quadro, aí certamente os nossos projetos começarão a aparecer mais na mídia, a ser mais divulgados. Mas o que fazemos é com carinho, com dedicação, e, apesar de poucos recursos, temos resultados, isso que é importante. O pouco do dinheiro público que pegamos, nós valorizamos e temos resultados. Para nós o que interessa é a satisfação da comunidade.

E pesquisa não se faz só em laboratório, isso é outra falácia. Pesquisa se faz só em laboratório.

Portanto, estão aí os professores das Ciências Humanas e também o professor Uczai para falar sobre isso. E essa é uma preocupação que eu tenho.

Então, agradeço o espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o senhor Germano Güttler, professor do Centro de Ciências Agroveterinárias, da Udesc de Lages.

O SR. GERMANO GÜTTLER - Bom-dia a todos. Sou professor do Centro de Ciências Agroveterinárias, de Lages, nos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal.

Estou há quinze anos na Udesc - dez anos como professor efetivo. Eu tenho paixão por essa instituição, só que tem certos momentos em que a gente não pode discutir as coisas de forma apaixonada, a gente tem que saber dividir isso.

Eu vejo assim, numa breve avaliação dos três anos desses três cursos aqui no oeste: tudo bem, eu acho assim... nasci em cidade pequena, me criei em cidade pequena, e acho que quando um curso, uma empresa, uma instituição se instala num local pequeno é uma revolução para a cidade, mas para a instituição é um problema seríissimo. Quando a Enfermagem, a Zootecnia, a Tecnologia de Alimentos vão ser curso de excelência? Que vai solicitar mestrado para a Capes?

Aqueles professores, doutores bons que vocês têm e que fizeram doutorado em escolas de primeiro mundo, inclusive no Brasil, não só fora. Eles vão ficar aqui sempre dando aulas para vocês? Enquanto eles sabem que em Curitiba, São Paulo, Harvard, Londres o currículo deles bate muita gente de lá, para ter dez orientados em mestrado e ter um currículo enorme para ser respeitado no mundo inteiro!

Quando que nós vamos convidar um professor visitante do Hospital Central de Nova York, para ficar aqui dois meses dando curso para vocês? Isso só um centro de excelência consegue!

E nós dividindo força, dividindo curso, tanto tecnicamente, quanto fisicamente?! (*Palmas*.) Nós temos uma visão física e técnica - a distância que vocês têm e mais a diferença de um curso para o outro. Gente, se não juntar isso, não adianta, nós sempre seremos curso médio! E os alunos vão ser no máximo iguais ou piores aos professores, dificilmente vão ser melhores, não é?

Então, o que nós buscamos? A questão do hospital. Bom, se a Udesc decidir fazer um centro de saúde num desses municípios aqui, em qualquer que seja isso, ótimo, vamos peitar isso junto, porque o bolo é um só! Mas acho que hoje um curso (não um centro de saúde) de Medicina, deve ser 15% a 20% que a Udesc tem para fazer investimento. Eu acho que um curso de Medicina não saí mais que sete milhões por ano!

Há menos um ano tivemos uma questão polêmica em Ibirama e Laguna, em que seis milhões, aproximadamente, foram para aumentar o nosso repasse a fim de formar dois centros! Gente, não são dois cursos, são dois centros! Vamos fazer Medicina? Bom, talvez a gente tenha que escolher quatro ou cinco cursos para fechar na Udesc. Tudo bem, se for essa a decisão, nós fazemos! Agora, vamos fazer de uma forma racional e não apaixonada, vamos deixar as paixões de lado.

Outra coisa que tenho medo é que essa decisão, de novo, seja feita fora da Udesc. Para mim, pela decisão desses cursos ter saído daqui, a principal fonte da decisão, não foi a Udesc. Agora temos professores, alunos e funcionários aqui da Udesc. Será que esses cursos vão se unir, vão mudar, vão crescer? Será que vamos ter novos cursos? Será que realmente serão vocês, seremos nós que vamos decidir isso? Eu não sei, gente!

Aqui falaram quinze pessoas, que foi basicamente política. Desculpem-me, eu estou colocando somente a minha opinião. E forçamos a barra para ter mais duas ou três inscrições, porque foram somente dez da platéia que falaram! Qual vai ser o peso da decisão, agora, sobre o futuro da Udesc?

O meu pedido e a minha preocupação é que a decisão, pelo amor de Deus, seja de vocês. Falo vocês, porque sou da Udesc, mas também sou de outro centro. E lá nós vamos dar todo o apoio. Teremos eleições daqui a trinta e poucos dias, e eu acho que todos os candidatos estão comprometidos em colocar a decisão sobre vocês. Vamos assumir essa decisão! Nós temos opiniões, vocês têm opiniões, mas acho que a proposta, a solução tem que sair do grupo de vocês. Essa é a minha maior preocupação.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Neste momento, vamos para os encaminhamentos, já que os oradores finalizaram. Que pontos e quais propostas vieram para a mesa, saindo das falas de vocês?

Primeiro: proposta de criar um fórum de articulação, debate para discutir o futuro da Udesc, que teria representação acadêmica, dos estudantes, dos professores, da direção da Udesc, das lideranças políticas e de entidades da região. Então, se há consenso ou não. Segundo: produzir um documento desta audiência, dos principais pontos para encaminhar à direção da Udesc, ao governo do Estado e à Comissão de Educação da Assembléia. E, terceiro: os pontos específicos a cada um, o que é comum e o que é consenso aqui.

Vamos ver se é consenso aqui, companheiros: melhorar, ampliar a estrutura dos atuais cursos. Este é o primeiro ponto de várias falas desta audiência: antes de discutir outros cursos, outras estruturas, melhorar a qualidade dos cursos existentes. Isso é consenso? (*A platéia aplaude e aquiesce.*)

O que eu captei para colocarmos nesse documento? A estrutura física. Como a construção do *campus* aqui em Chapecó, melhorar a estrutura física de Pinhalzinho (aqui teve várias falas) e melhorar, se houver necessidade, a estrutura física em Palmitos.

Levantou-se: laboratórios, bibliotecas - condições e ambiente de estruturação dos cursos atuais. Tem consenso esse ponto? (*Palmas.*) Este é o primeiro ponto: melhorar as atuais condições, melhorar os atuais cursos, como laboratórios, bibliotecas, professores, pesquisa, extensão, ensino, e a estrutura física para construção. Inclusive, aqui em Chapecó e construção de uma nova estrutura física.

Segundo ponto: em relação ao financiamento do *campus* da Udesc, em relação ao financiamento da Udesc. Que cada vez esteja mais claro quanto recurso está disponível para o *campus* da Udesc, para os atuais cursos ou para possíveis expansões. Nesse aspecto discutiu-se a questão privada, de outros tipos de apoio, que eu acho que fica em aberto, não vamos discutir aqui. Mas fica em aberto formas de apoio, de financiamento.

Em relação ao financiamento da Udesc, está tramitando na Assembléia Legislativa uma proposição de regulamentação definitiva do artigo 171 da Constituição do Estado que prevê várias proposições de parlamentares. Está se chegando a um acordo dos vários parlamentares da Assembléia de que a gente não mexa nos 70% que já virou lei, que são recursos para bolsas, para pesquisa, para extensão, e que também vai atingir os alunos da Federal e da Udesc, que é para bolsa de pesquisa, porque se colocar em outros termos exclui os alunos da Udesc para essas bolsas de pesquisas e extensão. Mantendo como está na lei, permite que esses recursos sejam destinados para os alunos da Udesc.

Por isso é interessante. Se há consenso sobre essa posição, para a gente discutir na Assembléia, que eu e o deputado Herneus, aqui, e o representante do deputado Dirceu Dresch possamos levar à Assembléia Legislativa essa proposição. E os 30% que foram vetados pelo governo do Estado, a gente propôs lá na audiência, nas várias proposições, que eu acho que está construindo o consenso. O próprio deputado Herneus de Nadal, no seu discurso, concordou que os 10% sejam destinados para a Udesc, mostrando que já avançamos no debate, na discussão. E isso que é importante.

Por isso que a audiência pública que houve na Assembléia foi importante. E eu quero fazer o registro da sensibilidade do deputado Herneus, que inicialmente tinha uma outra proposição e agora concorda com essa decisão. Isso é maturidade. Inclusive quero fazer esse registro publicamente, que é manter os 10% para a Udesc. Eu acho que isto ajuda (*palmas*) e merece o meu reconhecimento aqui: esses 10% para a Udesc, que era a nossa posição, e os outros 20% para o destinado, que já foi discutido.

Então, financiamento. Além do orçamento, além de buscar outros recursos, essa questão do artigo 171 sai com esta posição dos 10% para a Udesc.

E os 70%, mantém-se comum está?

(*Manifestações fora do microfone. Ininteligíveis.*)

Para o oeste, aqui, porque é para expansão da estrutura da Udesc no oeste. Está lá na letra da lei.

(*Manifestação fora do microfone. Inaudível.*)

Todo para o oeste! Os 10% para a expansão dos cursos da Udesc no oeste. (*Palmas.*)

Em relação à outra proposição - e aí eu passo a ler uma fala de alguns professores que assinaram aqui: ao Centro de Ciências e Saúde no oeste, e particularmente novos cursos de saúde em Palmitos. Recebemos esse documento.

Tem possibilidade de a gente deliberar aqui, no conjunto da audiência, ou tem possibilidade de deixar em aberto tanto para discutir com o fórum como deixar em aberto para discutir com o PPP - Projeto Político Pedagógico - do *campus* da Udesc.

Por quê? E por isso que nós queremos encaminhar isso. O prefeito, o presidente da comissão, o Bandeira, e os demais representantes - está a maior representação de Palmitos - estão aqui, para nós chegarmos a um acordo. (*Passa a ler*.)

"Como docente do Centro de Educação Superior do Oeste, gostaria de recomendar que seja tomado cuidado ao encaminhar qualquer definição no tocante à vocação da Udesc no oeste. Entendo que qualquer definição com relação ao futuro do Centro (se a vocação será para o ramo da saúde, por exemplo) deverá estar cercada de um estudo que envolva, inclusive, ouvir a comunidade" que está aqui representada. "Outros estudos devem ser feitos, como na área de infra-estrutura, campos de atuação de profissionais das diferentes áreas etc. Acredito que devam ser encaminhadas propostas que deverão ser analisadas com base em estudos mais completos.

Reiteramos a fala da Direção-Geral do CEO de que os cursos que estão instalados atualmente aqui no oeste devem ficar aqui no oeste."

Então, as professoras Mayra, Luísa e Fernanda manifestam essa preocupação. Por isso, eu não poderia deixar aqui, democraticamente, de manifestar.

Então nós temos, como tem...

(*O senhor deputado Herneus de Nadal manifesta-se fora do microfone dizendo que cada cidade tem a sua peculiaridade de curso; que, dentro da área, Pinhalzinho pode pedir e Chapecó também, dentro da área.*)

Isso. Ótimo.

Então, eu tenho uma proposta de encaminhamento: primeiro, toda esta plenária legitima a reivindicação da região de Palmitos. Portanto, legitimamos esse documento e essa reivindicação? (*Palmas*.) Legítimo, *o.k.*? Assim, legitimamos.

Segundo, fica em aberto essa possibilidade de qual é o espaço da discussão dessa definição. Que nem é de nós, deputados, nem é de outros, mas é a própria estrutura universitária que tem autonomia, que é a Udesc. E as professoras levantam a necessidade de estudo.

Então, vamos ver esse estudo, esse debate da questão do fórum. É consenso constituir esse fórum? Com representantes de alunos da Udesc, dos três cursos; de representantes dos professores da Udesc aqui do oeste; de representantes da direção da Udesc do oeste; de representantes da comunidade - por exemplo, das Prefeituras dos três municípios, das Câmaras de Vereadores dos três municípios e de entidades que gostariam de participar deste fórum; e representantes...

(O senhor deputado Herneus de Nadal manifesta-se fora do microfone: "E da Comissão de Educação.")

Comissão de Educação...

(O senhor deputado Herneus de Nadal manifesta-se fora do microfone: "Também o Fórum Parlamentar.")

O Fórum Parlamentar do Ensino Superior, cujo presidente está aqui, o deputado Herneus, e a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Estamos acrescentando aqui: e o Fórum Catarinense dos Deputados Federais.

Tem acordo nisso? De todos juntarem? Até porque eu quero defender esse fórum. Eu não quero nem céu nem inferno, quero aqui, por direito de ser deputado e professor, manifestar a minha posição.

Quando se discute o futuro da Udesc, a sua constituição aqui não é só de responsabilidade dos alunos, dos professores da Udesc, é de responsabilidade das forças políticas do oeste. E tenho que reconhecer - faça-se justiça aqui - que a Udesc no oeste, com problema ou sem problema, cedeu graças ao envolvimento de professores da Udesc, graças a professores contra a Udesc no oeste, mas também graças ao envolvimento de lideranças políticas no oeste de Santa Catarina. E eu não vou destacar nenhum nome aqui, para não cometer injustiça. Mas essa falsa discussão aqui de que nós políticos somos os problemas, e quem é professor, quem é aluno não é problema? Não, é para que direção nós queremos a Udesc! Têm alguns que são contra a Udesc, têm outros que querem fechar a Udesc no oeste, porque não presta, porque não deve! Inclusive professores da Udesc! Da Udesc! Eu ouvi! Eu ouvi! (*Palmas.*)

Portanto, esse discurso não cabe para nós aqui. Esse discurso não cabe aqui! Quem está aqui... é porque somos aliados dos estudantes, somos aliados dos professores, somos aliados do Antônio! E o Antônio sabe o que estou falando! Ele sabe do que eu estou falando - quando fui prefeito desta terra.

E quero parabenizar todos os prefeitos atuais, porque estão expandindo a Udesc! Eu não estou preocupado com partido político aqui! O objetivo desta audiência é expandir a Udesc, melhorar os atuais cursos. E as denúncias que os alunos fizeram aqui foram o melhor! É isso mesmo! A audiência pública é para isto: trazer os problemas para nós ajudarmos na solução.

Então, é consenso o fórum? (*Pausa.*) É consenso? *O.k.*

(Manifestação fora do microfone: "Inclui as SDRs, também. Secretarias...")

Sim, as secretarias, o governo do Estado, todos que queiram participar, *o.k.*? Isso está constituído? Temos consenso?

Em quarto lugar, eu quero referendar e legitimar o PPP da Udesc. Mesmo que estejamos na atuação política, a universidade é autônoma. Nós não temos interferência interna nos conselhos da Udesc. Um estudante de Chapecó comentou aqui sobre o Projeto Político-Pedagógico da Udesc do oeste. Nós queremos legitimar! Essa é a autonomia da universidade. Tragam para nós as demandas; tragam para nós as reivindicações; Inclusive, as reivindicações que Palmitos fez aqui, o Projeto Político-Pedagógico discute e contempla essa reivindicação legítima da comunidade de Palmitos! *O.k.*?

Então, vamos legitimar o PPP. Acho que isso é fundamental para respeitar a autonomia universitária, pois é essa a concepção que nós temos de universidade. Tem acordo? (*Pausa.*) Portanto, vocês têm autonomia para discutir o futuro da Udesc no oeste de Santa Catarina, para legitimar.

A questão de novos cursos é o último ponto dos encaminhamentos que eu vi aqui. Depois eu passo a palavra para alguém da mesa que queira fazer uso da palavra e ver se tem algumas discordâncias ou consonâncias.

Novos cursos: é consenso nesta plenária que nós do oeste reivindiquemos novos cursos para o oeste de Santa Catarina. É consenso.

E não é consenso em quê? Porque há duas posições nas manifestações desta plenária: uma é que se expandam em novos cursos nas atuais estruturas existentes - ou Palmitos ou Chapecó ou Pinhalzinho; e a outra posição é que se possa expandir para outras regiões do oeste de Santa Catarina. Então, tem duas posições: nós resolvemos hoje aqui ou deixamos em aberto.

Eu tenho uma posição pessoal.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O.K.?

Não sei se alguém quer se manifestar mais um minuto sobre esse ponto. Se conseguirmos chegar a um consenso, deliberamos aqui, senão deixamos em aberto para o fórum deliberar.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CELSO MALDANER (SC) - Aqui os deputados foram questionados sobre qual a posição do deputado federal e dos deputados estaduais.

Eu, particularmente, sou muito sincero e muito honesto: tem que pensar na extensão, na pesquisa. A minha opinião é ampliar esses três que existem. Não adianta eu querer levar para Maravilha ou não sei aonde; eu acho que temos que pensar nesses três que existem e estruturá-los. Essa é a minha opinião.

Inclusive, eu gostaria de colocar aqui sobre a viabilização de recursos. Temos o PPA dia 8. Foi decidido para este ano o mínimo de 18 emendas coletivas e o máximo de 23, para todos os Estados brasileiros.

Então, eu acho que a Udesc aqui do oeste deveria marcar forte presença, se organizar, na audiência pública com os três Estados do Sul, em Florianópolis. Se nós botássemos uma emenda coletiva... Vejam a bancada federal: nunca tivemos tanta representação; hoje temos cinco deputados federais que representam o oeste lá na Câmara Federal, e quatro, inclusive, estão na base do governo! Eu entendo que uma emenda coletiva de R$ 15 milhões seria possível para essas três.

Portanto, eu acho que temos que trabalhar muito forte nessa questão de viabilizarmos uma emenda coletiva, porque se colocarmos uma emenda individual, nós vamos ter que repartir um pouquinho para cada um. Curitibanos já me cobrou uma emenda de R$ 500 mil, inclusive publicamente, lá, o deputado Onofre Agostini. Então, acho que temos que trabalhar muito forte, pois há recursos. Existem recursos! Não é por nada que estamos aí na base do governo. Ficamos até as três da madrugada para viabilizar a questão da CPMF em Santa Catarina. Não quero entrar aqui nos recursos que virão para Santa Catarina, mas acho que temos que cobrar aquilo que temos direito.

É a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - *O.K.*

Então, já tem posição sobre expandir os cursos e para aonde. E quanto à questão da emenda orçamentária, eu acho que é consenso aqui que os deputados federais do nosso oeste, juntamente com a coletiva da bancada, possam incluir emenda orçamentária para expandir a Udesc no oeste. É consenso? Claro que sim, não é?

(*A plenária concorda.*)

É consenso. Está certo. Obrigado, Celso.

Tem alguma posição contrária a esta de expandir cursos não em novas cidades, mas nas atuais estruturas? (*Pausa.*)

Eu quero manifestar, também, a minha posição, que é muito tranqüila, muito serena, nunca fiz disputa de espaço regional. A Universidade não é discussão de espaço regional. Porque se se monta em um município, mas naquele não tem estrutura, o aluno daquele município ou de outra região não consegue fazer um bom curso. Então, nós temos que centralizar um pouco o *campus* da Udesc nesses espaços que existem hoje, não expandir também... É uma irresponsabilidade expandir para outras cidades. Essa é a minha visão. Essa é a minha visão! Cada aluno aqui testemunhou: tem que ampliar as estruturas atuais.

Segundo, um aluno se deslocar 50 quilômetros, 100 quilômetros para uma ótima universidade, eu me desloco todo dia. É esta coisa que o professor levantava aqui: centro de excelência.

Se nós botarmos estruturas em cada município, será impossível os prefeitos montarem a estrutura que exige a Udesc. Agora, se tu montas uma grande estrutura em grandes centros, como Chapecó, ou pegar aqui na área de Engenharia de Alimentos, em Pinhalzinho, ou de Enfermagem, em Palmitos, melhorar as estruturas existentes, ampliá-las, com certeza nós vamos ter uma Udesc cada vez mais qualificada.

Eu fiz esse debate com a Comissão, na época. Eu tenho convicção acadêmica, tenho convicção administrativa, tenho convicção financeira. Quando se diz que a Brasil Telecon não atende ao telefone, é isto! É um pouco esta coisa de construir a estrutura onde tem condições de ter qualidade - a universidade. Então, não adianta nós querermos imaginar: agora vem a reivindicação de São Miguel e nós deputados vamos fazer essa bandeira juntos. Conquistamos, e depois?

Então, eu quero concordar que manter as três estruturas, fortalecer os *campi*... Não sei qual a área daqui de Chapecó, e não é porque eu tenho espaço aqui, mas a cidade de Chapecó é o centro regional que deve ser a sede da Udesc, deve ser o centro fortalecido da Udesc, como pode ser em Palmitos e em Pinhalzinho.

Esta é a minha posição acadêmica: de laboratório, de formação acadêmica, de localização dos professores e doutores. Eu dizia, quando queriam em Cedros: eu quero que o jovem lá de São José dos Cedros se desloque para Chapecó e faça um extraordinário curso, do que ter uma merreca de curso lá em Cedros, fazendo de conta que lá tem ensino superior da Udesc. Eu falei lá em Cedros! Eu falei lá! Porque temos que ter responsabilidade, e o professor foi feliz, de como a gente quer expandir a Udesc. Expandir com qualidade, essa é a minha posição.

Com a palavra o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado Pedro, é importante essa definição neste momento. Até porque, cada uma das três cidades que abrigam o curso da Udesc, que abrigam a Udesc, tem suas peculiaridades. Palmitos fez uma solicitação na área do curso lá existente. Assim como Pinhalzinho, logicamente, vai tentar ampliar a sua atividade e os seus cursos dentro daquilo que está se propondo, se propôs e que lá tem. Como Chapecó fará o mesmo.

Então, depois nós não vamos gastar as nossas energias numa discussão política com todos os municípios da região sobre aonde vai esse curso, aonde vai o outro curso. Vamos fortalecer essa nossa iniciativa através da atividade, aí mais abrangente, em cada uma das sedes da Udesc, distribuídas nesses três municípios da nossa região.

Então, parece-me que nós temos que liquidar isso agora, para que depois o nosso estudo seja aquele discutido com a sociedade, com os acadêmicos, com a Udesc, para sabermos aquilo que é mais importante para a sociedade na determinada região em que nós vamos aumentar os cursos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Vamos ver se tem consenso, porque essa decisão é muito importante. Este plenário subordina a nós deputados, o Celso, o Herneus, eu e todos os outros deputados da região oeste, a decidir a partir de hoje que a Udesc vai se expandir - isso tem consenso. Mas onde? Onde já existem os atuais cursos - Palmitos, Pinhalzinho e Chapecó.

Tem consenso? Vamos nos pronunciar pela importância política que tem essa decisão? Levante a mão quem concorda com esta posição: expandir novos cursos na Udesc nas atuais estruturas existentes - Pinhalzinho, Palmitos e Chapecó. Levantem a mão, por favor. (*Palmas.*)

Quem é contra e quem é a favor da expansão para outras regiões do oeste de Santa Catarina levante a mão. Quem se abstém?

Então, por unanimidade, está aprovada essa decisão.

Encerramos as proposições.

Passo a palavra ao Antônio Waldimir Leopoldino da Silva, diretor da Udesc, para fazer a sua consideração final.

Em seguida, concluiremos esta audiência extraordinária, que conta com a presença de vocês.

O SR. ANTÔNIO WALDIMIR LEOPOLDINO DA SILVA - Para finalizar, mais uma vez eu gostaria de agradecer ao deputado Pedro Uczai, propositor desta sessão centralizada da Comissão de Educação. Também gostaria de agradecer a presença do deputado Herneus de Nadal, do deputado Celso Maldaner, enfim, todas as autoridades que aqui se fizeram presentes, os nossos acadêmicos, a sociedade em geral.

Eu quero dizer, para finalizar, algumas rápidas considerações. Fico muito feliz quando, quatro anos depois da Udesc ter sido criada, no quarto ano de criação da Udesc, nós temos mais uma nova audiência pública, repetindo aquilo que nós fizemos há seis anos: sete audiências públicas, percorrendo toda a região oeste, ouvindo a população, o que acabou sendo a mola propulsora da instalação desse *campus*.

É muito importante. Este momento marca mais um ponto, uma virada de página na nossa universidade, consolidando o que nós temos. Claro que é preciso melhorar, claro que é preciso aprimorar, mas marcando a partir daqui um outro momento, agora um fórum de debates, que certamente nos ajudará a projetar o futuro da nossa universidade.

Eu fico muito feliz por ver aqui algumas falas dos nossos acadêmicos preocupados com a qualidade do curso, preocupados com a qualidade do ensino. Isso é muito importante e isso me dá força para que, em Florianópolis, eu reivindique cada vez mais condições para a nossa universidade. Não pensem vocês que sou diretor que gosta de acadêmicos passivos. Para muitos, é fácil dominar uma platéia e ter uma massa de cordeirinhos. Não é o que quero! Eu quero gente que questiona, porque isso me dá respaldo para lutar cada vez mais pelo nosso centro.

Mas também gostei de ouvir falas de pessoas que eram contra a universidade do oeste, pessoas que lutaram para que a Udesc não estivesse aqui e que vieram hoje se engajar no processo. Fico feliz! Eu acho que sempre é bom, sempre é tempo para que mais e mais pessoas estejam do nosso lado.

Eu gostaria de dizer que o nosso futuro a nos pertence, parodiando o ditado popular. Quando entrei, aqui, na sessão, o reporte do Jornal Sul Brasil, perguntou-me: "Professor, a Udesc fica ou não no oeste?" Eu fiquei estarrecido com a pergunta dele! Mas ele realmente representa a sociedade, e muitas vezes a sociedade tem dúvida se nós viemos para cá a fim de ficar.

Todos nós devemos sair daqui com esta consciência: a Udesc chegou ao oeste, veio para ficar, daqui não sai mais, e se depender da vontade desta direção que aí está, como eu já disse, Zootecnia, Enfermagem e Engenharia de Alimentos não saem do oeste. São do oeste, são do CEU(?) e aqui devem permanecer.

Também gostaria de dizer que é importante, no momento em que queremos aprimorar as condições dos cursos que ai estão, fazermos a discussão, sim, de novos cursos! As coisas podem correr paralelas! Não se deve pensar que se discutir novos cursos significa implantar amanhã um novo curso e deixar mal os que aí estão. Não! Significa começar uma discussão que tem de ser longa, porque esta universidade é pública! Como pública que é, tem que ser responsável pelo dinheiro que é investido aqui. E, sendo responsável, tem que ouvir a população. Não é possível a universidade fazer um projeto gestado dentro da sua casa sem que se ouça a população.

Eu quero dar um exemplo bem peculiar: hoje, temos o curso de Zootecnia na Udesc com ênfase em sistemas orgânicos de produção animal. Dentro do nosso *campus*, discute-se se essa ênfase deve permanecer ou não.

Pois bem, quatro Ministérios do governo federal criaram uma comissão de discussão e de ampliação do ensino em todos os níveis nas áreas do agroecologia e dos sistemas orgânicos da produção.

Deputado Pedro, deputado Herneus e deputado Celso, nesse final de semana nós estamos indo em um fórum (domingo e segunda) em Guarapari, Espírito Santo, como apresentador de uma mesa redonda para contar a nossa realidade, a nossa experiência! Nós estamos quatro anos à frente do que o MEC começa a discutir agora! Vamos perder isso?

Nós temos que ouvir a população, se a população quer uma Zootecnia tradicional ou quer uma Zootecnia com ênfase orgânica. Nós temos que ouvir a população se o curso de Enfermagem tem que ser tradicional ou com a ênfase que tem hoje em saúde pública. Nós temos que ouvir a população a cada passo que vamos dar.

Esse é o início! Não se pretendeu aqui, em momento nenhum, fechar a questão, dizer: vai se aprovar o curso tal, ou vai se aprovar outra coisa. É o início da discussão e é assim que tem que ser entendido, pelo menos a direção assim entendeu.

Para concluir, eu gostaria de dizer o seguinte: também fico feliz, deputado Pedro, que já saímos daqui sabendo que a Udesc deve ficar nas três cidades. Isso é um ponto importante para a discussão Projeto Político-Pedagógico, o projeto do *campus*.

Finalizando, eu gostaria de dizer algo ao Geromil Matte, presidente da Associação dos Moradores do bairro Santo Antônio. Geromil, assopraram-me, em *off*, como se diz, que há uma preocupação do bairro; que há dúvidas no bairro quanto à Udesc. A universidade vai para o bairro Santo Antonio, sim! Neste momento, o prédio da Udesc está sendo licitado pela universidade. A Udesc construirá o prédio, que terá 3.131 metros quadrados na sua primeira etapa. Então, o bairro Santo Antônio ganhou o *campus* da Udesc (*palmas*), e nós temos a felicidade de saber que hoje está sendo lançada pela Prefeitura a licitação do acesso oeste, que vai passar por trás do nosso terreno e vai facilitar ainda mais o acesso à Udesc.

Portanto, não tenha dúvidas disto e transmita aos seus companheiros que a Udesc é do oeste, veio para ficar e, mais do que do oeste, mais do que aqui de Chapecó, é do bairro Santo Antônio.

Eu quero agradecer e dizer que a direção continua, cada vez mais, sensível aos apelos da população, tentando construir um projeto coletivo, com todos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Antônio.

Eu gostaria de fazer um agradecimento a todos que estão na mesa: Maria Helena, representando o prefeito de Pinhalzinho; prefeito Celso, toda a sua equipe e lideranças de Palmitos; Nemézio Carlos da Silva, representando a Prefeitura e o prefeito; deputado e meu colega Herneus de Nadal; Celso Maldaner, deputado federal, que esteve atento em toda a audiência pública; Antônio, nosso amigo e diretor aqui do campus; vereador Marcelino, representando a Câmara, a quem agradeço pessoalmente toda a mobilização da sua equipe para fazer acontecer esta audiência, bem como à Luciane, do mandato do deputado Vignatti, que se mobilizou para isso; e Galina, da Regional de Maravilha, representando o governo do Estado.

Quero agradecer aos queridos servidores da Assembléia Legislativa, da imprensa, da taquigrafia, da coordenação de educação, e também a todos vocês alunos, professores daqui e professores que vieram do *campus* de Lages, que nos prestigiam com a sua presença.

Eu acho que o grande sonho, que deixei aqui por último, esse sonho de utopia, de vista longa e passo curto - que penso ser consenso de todos vocês, porque um aluno levantou aqui também, e é o meu sonho, é que esta Udesc, lá na frente, no futuro, quem sabe daqui a cinco anos ou dez anos, que vai ter um outro nome mas vai ser a universidade pública estadual do oeste de Santa Catarina - uma nova universidade estadual, como outros Estados têm tantas. Nós vamos conquistar autonomia, independência, soberania e de ter mais uma universidade estadual aqui no oeste de Santa Catarina. Eu acho que hoje esse é o sonho de muitos.

Muito obrigado a todos vocês pela oportunidade. Nós, metodologicamente, estendemos meia hora mais esta audiência porque começamos às 9h30min.

Um grande abraço, bom almoço, bom retorno e felicidades a todos.

Viva a Udesc, a universidade pública!

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Está encerrada a audiência pública.*)

DEPUTADO PEDRO UCZAI
PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia trinta de outubro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Deputado Onofre Santo Agostini, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima quinta reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados José Natal Pereira, Professor Grando, João Henrique Blasi, Pe. Baldissera - substituindo o Deputado Dirceu Dresch, Onofre Santo Agostini, e Deputado Reno Caramori, substituindo o Deputado Joares Ponticelli. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, colocou em discussão e votação o Projetos de Lei Complementar nºs 0040.4/07, de autoria do Governo do Estado, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado". Relator Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Na ocasião o Conselheiro José Carlos Pacheco, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, teceu considerações sobre o mesmo, e os Projetos de Lei nºs 0519.5/07, de autoria do Governo do Estado, que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Ilhota (criação de parque industrial)". Relator: Deputado João Henrique Blasi. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; e 0536.6/07, de autoria do Governo do Estado, que "Autoriza a reversão de imóvel no Município de Joinville". Relator: Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Onofre Santo Agostini
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 2228, de 23/10/2007, comunica que, **não** atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 034/2007, referente à aquisição de 120 camisas pólo piquê e 650 camisetas meia malha, todas personalizadas, para uso da Escola do Legislativo (ALESC), **foi indicada a repetição do certame**.

Florianópolis, 30 de outubro de 2007.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
PREGOEIRA

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 116/07
DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de manutenção do título de Utilidade Pública Estadual que a entidade cumpre todas as finalidades estatutárias e não remunera, por qualquer forma, os cargos de diretoria e também que não distribui lucros, bonificações ou vantagens aos dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Declaramos ainda, que a entidade possui os seguintes registros estatutários no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Blumenau:

1. Estatuto registrado em 06/11/1989;

2. Alteração Estatutária registrada em 12/12/2005;

Sem mais para o momento, era o que tínhamos a declarar.

Associação Blumenauense de Apoio e Prevenção a Aids
CNPJ 00.968.315/0001-27
p/ Maria José de Oliveira Benites
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 30/10/07

*** X X X ***

CI Nº 496/07 Florianópolis, 24 de outubro de 2007
Exmo. Sr.
DEPUTADO JULIO GARCIA
Presidente da Assembléia Legislativa de SC
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Mesa Diretora desta casa Legislativa, cópia do Termo de Adesão à Frente Parlamentar Catarinense da Segurança Alimentar e Nutricional, subscrita por 15 Parlamentares, para que seja reconhecida junta à Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

No aguardo dos encaminhamentos que se fizerem necessários, agradeço a atenção.

DIRCEU DRESCH
Deputado Estadual - PT/SC

Lido no Expediente
Sessão de 30/10/07

TERMO DE ADESÃO
FRENTE PARLAMENTAR DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Excelentíssimos Senhores Deputados e Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Pelo presente TERMO DE ADESÃO, convido Vossa Excelência, a subscrever a solicitação de constituição e a ingressar na **FRENTE PARLAMENTAR DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**, no âmbito do Poder Legislativo Catarinense, que deverá ser composta por uma Coordenação Executiva de 03 (três) Parlamentares.

A Frente Parlamentar, que ora propomos, terá os seguintes objetivos:

a) Promover ações com vistas a aprimorar a legislação estadual, consoante com a legislação federal, de modo a assegurar a todos os catarinenses o direito fundamental a alimentação;

b) Apoiar a implantação e consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no âmbito do Estado de Santa Catarina;

c) Discutir, acompanhar, apoiar ou propor a tramitação de propostas que ajudem a democratizar o acesso regular e permanente de todos os catarinenses a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente;

d) Realizar ou apoiar a realização de seminários, debates e outros eventos que tratem do tema, com ampla e democrática participação da sociedade;

e) Promover ações com o objetivo de ampliar as condições de acesso aos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

f) Defender a conservação e o enriquecimento da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais; do fortalecimento o cooperativismo, do associativismo e da economia solidária;

g) Incentivar a criação de entidades assemelhadas em casas legislativas municipais, promovendo o intercâmbio com estes entes;

h) Atuação conjunta com a **Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional** constituída no **Congresso Nacional** nos termos do Ato da Mesa da Câmara dos Deputados n.º 69/2005.

Nestes termos, defendemos a constituição da Frente, através da adesão de Parlamentares que entendam que esse tema mereça atenção especial deste Poder Legislativo, e que posterior a sua instituição, atue em conjunto com os movimentos sociais, dos Conselhos dos Poderes Executivo Estadual e Municipais, bem como cidadãos militantes e estudiosos dos temas relacionados com a segurança alimentar e nutricional, visando o debate de uma concepção abrangente e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como dos princípios que orientam o direito humano a alimentação e a soberania alimentar.

Florianópolis, 10 de julho de 2007.
DIRCEU DRESCH
Deputado Estadual - PT
Lista Adesão de Parlamentares:
Nome:
01. Pedro Baldissera
02. Joares Ponticelli
03. Silvio Dreveck
04. Jailson Lima da Silva
05. Odete de Jesus
06. Sérgio Grando
07. Cesar Souza Júnior
08. Ana Paula Lima
09. Moacir Sopelsa
10. Edson Renato Dias (Piriquito)
11. Reno Caramori
12. Sargento Amauri Soares
13. Pedro Uczai
14. Narcizo Parisotto

A FRENTE PARLAMENTAR DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
MANIFESTO

A economia mundial produz alimentos suficientes para saciar a fome de 12 bilhões de pessoas, duas vezes a população mundial. Mesmo assim, no mundo inteiro, quase 1 bilhão de seres humanos continuam sofrendo de desnutrição crônica e, a cada ano, 36 milhões de pessoas morrem em conseqüência da fome no mundo. No Brasil, segundo o IBGE, 14 milhões de pessoas ainda viviam em situação de insegurança alimentar grave em 2004, ano em que foi feita a PNAD. Com um agravante: a prevalência de insegurança alimentar foi maior nos domicílios com pessoas de menos de 18 anos de idade.

Na outra ponta existe o problema da obesidade, conseqüência de novos e piores hábitos induzidos pelas indústrias de alimentos que, ao anunciar massivamente seus produtos em outdoors, rádio e, principalmente, na televisão, convencem as famílias a consumirem cada vez mais itens industrializados como gorduras e açúcar. Muito além de apenas influir nos índices de obesidade, os maus hábitos alimentares repercutem em problemas como o aquecimento global. Segundo a FAO, para se produzir 1 caloria de proteína animal, queima-se dez vezes mais combustíveis fósseis e emite-se dez vezes mais gás carbônico que a produção de 1 caloria de proteína vegetal.

São extremos que se tocam. Não nos conformamos com eles e vamos lutar para superá-los. **A FRENTE PARLAMENTAR DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**, articulação suprapartidária pretende, no âmbito do Congresso Nacional, se somar às iniciativas da sociedade e do governo brasileiro com vistas a aprimorar a legislação federal, de modo a assegurar a todos os brasileiros o direito humano fundamental à alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Ela pode se consolidar como importante ferramenta de apoio e referência da sociedade civil organizada e do Governo nas etapas de discussão e encaminhamento dos dispositivos legislativos que aprimorarão o marco regulatório do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.

A FRENTE PARLAMENTAR DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL vai agilizar a discussão e a tramitação de propostas que estimulem a economia solidária e o microempreededorismo coletivo e a agricultura familiar, que é responsável por 77% dos postos de trabalho no campo e produz mais de 60% de todos os alimentos consumidos pelos brasileiros. Vai, sem dúvida alguma, apoiar o fortalecimento do programa Fome Zero e suas ações estruturantes, como a Bolsa Família e a Merenda Escolar.

Nascendo forte, com o apoio manifesto de mais de 230 deputados e senadores, **A FRENTE PARLAMENTAR DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL** está aberta à participação dos movimentos sociais, conselhos e fóruns relacionados com os seus objetivos. Esta parceria e esta abertura ao diálogo vão ajudar o Brasil a superar a fome que ainda assola os segmentos empobrecidos da sociedade, garantindo a inclusão social, econômica e política das famílias que vivem abaixo da linha da pobreza para que todos tenham garantido o sagrado direito humano à alimentação.

Brasília, 10 de abril de 2007

*** X X X ***

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/07

Altera a redação ao art. 1º do Decreto Legislativo nº 18.276, de 29 de maio de 2007.

Art. 1º O art. 1º do Decreto Legislativo nº 18.276, de 29 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica suspensa a execução do § 1º do art. 129 da Lei nº 170, de 20 de outubro de 1983, com redação da Lei Complementar nº 47, de 17 de dezembro de 1997, e do art. 15 da Lei nº 2.826, de 26 de novembro de 1987, alterado pelo art. 6º da Lei Complementar nº 20, de 15 de dezembro de 1993, todas do Município de Chapecó, em razão da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos autos da Argüição de Inconstitucionalidade em Apelação Cível em Mandado de Segurança nº 1998.009406-2, observada a retificação do acórdão, por erro material."

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de outubro de 2007
Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2007

Disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 136/2007.

Art. 1º As relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da Medida Provisória nº 136/2007, conservar-se-ão por ela regidas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de agosto de 2007.

Deputado João Henrique Blasi

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 538/07

Institui o Dia Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, que passará a integrar o Calendário de Eventos do Estado de Santa Catarina, e será comemorado, anualmente, no dia 28 de maio.

Parágrafo único. Nessa data, serão realizadas atividades em conjunto com o Poder Executivo Estadual e as entidades representativas, visando a conscientização e a prevenção da mortalidade materna.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente
Sessão de 30/10/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que "Institui o Dia Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna", a ser comemorado, anualmente, no dia 28 de maio.

Com isto, pretende-se que na data estabelecida o Poder Executivo Estadual, em conjunto com as demais entidades que se relacionam com a prevenção desse sério problema de saúde pública, realize atividades visando a conscientização da população, especialmente das mulheres e operadores da saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a morte materna de uma mulher durante a gravidez ou até 42 dias após o término da gestação, independentementeda duração ou da localização da gravidez, a causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. Não é considerada morte materna a que é provocada por fatores acidentais ou incidentais.

A morte materna é um bom indicador para avaliar as condições de assistência à saúde de uma população. A partir de análises das condições em que e como morrem as mulheres, pode-se avaliar o desenvolvimento de uma determinada sociedade. Razões de mortalidade materna são indicativos de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde.

A morte de uma mulher durante a gravidez, o parto, aborto ou pós-parto, definida como mortalidade materna, permanece como uma questão de saúde pública, de fundamental importância na agenda da saúde no Brasil, e envolve circunstâncias plenamente evitáveis. Entre as causas mais freqüentes estão as doenças hipertensivas da gravidez, hemorragias, infecções puerperais e aborto.

Este projeto é de interesse público coletivo como política de saúde preventiva, acompanhando o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, instituído em 28 de maio de 1984, no IV Encontro Internacional Mulher e Saúde e do Dia Nacional de Prevenção da Mortalidade Materna, conforme estabelece a Portaria nº 663/94, do Ministério da Saúde e, face à relevância do tema, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente propositura.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 539/07

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Alaor Francisco Tissot.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Alaor Francisco Tissot.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 30/10/07

JUSTIFICATIVA

Nome: Alaor Francisco Tissot.
Filiação: Nelson Tissot e Alice Tissot.
Natural; Curitiba - Pr.
Nascimento: 20 de Fevereiro de 1939
Formação: Técnico em Contabilidade.
Administração e |Gerência - IDORT -São Paulo.
Casado com Marisa Tissot, desde I961.
Filhos; Cristiane do Rocio Tissot de Souza e Nelson Tissot Neto.
Netos: Maria Cecilia Tissot de Souza
Rodrigo Tissot de Souza - ambos nascidos na Ilha de Santa Catarina.

Tendo chegado em Santa Catarina em novembro de I968 foi contratado para assumir a Gerência da Empresa Catarinense de Refrigerantes Ltda, fabricante de Coca-Cola para a Região. A Fábrica foi inaugurada em março de 1969, no Bairro Saco dos Limões.

No mesmo ano, foi convidado para sócio, tendo sido nomeado na ocasião para assumir o cargo de Diretor-gerente da Empresa.

A partir daí foi responsável pela construção e inauguração da Fabrica de Coca-Cola em Blumenau - Sc, em Janeiro de 1977, em Chapecó - Sc, em Janeiro de I979; em Antonio Carlos -SC, em Fevereiro de I986.

Encarregado da Concessão da Água Mineral Imperatriz, desde I98I, atualmente arrendada a Jan Bebidas.

Fundador da TRANSBEL, Transportadora dos Produtos fabricados pela Catarinense no Estado de Santa Catarina, até Janeiro de 1993.

Fundador da Associação dos Transportadores de Carga da Grande Florianópolis, transformado em Sindicato, exercendo a função de Diretor Tesoureiro. Desligou-se em I995.

Fundador da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do estado de Santa Catarina - FETRANSCESC no cargo de Diretor Tesoureiro, até I995.

Sócio Proprietário da Mastercar - Distribuidora de Veículos - atividade em suspensão, devido ação judicial do Distribuidor Master e o Fabricante Coreano da Daewo.

Sócio da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, desde I97I, Ex-presidente nos anos de I984/I986, reeleito para o período 1986/I988.

Ex-Presidente da Associação Com. e Ind. de Fpolis, ano 2001/2003, reeleito para o período 2003/2005.

Ex-Vice Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina - FACISC, no período de 1995/1997.

Atual Vice Presidente Regional da FACISC, no terceiro mandato Consecutivo.

Conselheiro da Secretária de Desenvolvimento da Grande Florianópolis, desde a sua Fundação.

Membro do Conselho de Desenvolvimento de Santa Catarina em 2004 e 2005.

Fundador e Vice-Presidente da Fundação Pró Turismo de Fpolis - PROTUR, na Presidência de Fernando Marcondes de Matos, vindo a substituí-lo, exercendo a Presidência por mais de 3 anos,

A PROTUR foi transformada posteriormente no atual Convention Bureau de Florianópolis.

Fundador e Presidente da ONG FLORIPAMANHÃ, atualmente exercendo o cargo de Presidente.

Agraciado em 2004 com a medalha honra ao Mérito Anita Garibaldi; Mérito Lojista do CDL - Florianópolis; Troféu Oleiro - Município de São José; Trófeu Imprensa, Associação Catarinense de Jornalistas, entre outros.

Membro desde I97I do Lions Clube Florianópolis Norte.

Membro e mantenedor do Albergue Noturno Manoel Galdino Vieira (Florianópolis) desde I982.

3º Vice Provedor da Irmandade do Senhor dos Passos e Hospital de Caridade, eleito em 2007.

Atua como sócio no ramo de hotelaria, reflorestamento e imobiliário, (terrenos e condomínios).

Atualmente também exerce a função de Presidente da SC-Parceria, a convite do Governador Luiz Henrique da Silveira.

Em razão desse histórico, e por toda a contribuição em favor de Santa Catarina é que apresento o presente Projeto de Lei, para conceder a Alaor Tissot, o título de Cidadão Catarinense, convidando aos parlamentares desta egrégia Casa de Leis a aprová-lo.

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 264/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Portadores de Artrite do Vale do Itajaí, em Itajaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Portadores de Artrite do Vale do Itajaí, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

*** X X X ***